

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGLETRAS

SÍLVIA OLIVEIRA CUNHA MOURA

**A VOZ LIBERTA: A POÉTICA DE RESISTÊNCIA EM *EU, MULHER NEGRA,*
RESISTO, DE ALZIRA RUFINO**

São Luís - MA
2025

SÍLVIA OLIVEIRA CUNHA MOURA

**A VOZ LIBERTA: A POÉTICA DE RESISTÊNCIA EM *EU, MULHER NEGRA*,
RESISTO, DE ALZIRA RUFINO**

Dissertação apresentada como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de Teoria da Literatura, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLETRAS), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Orientadora: Profa. Dra. Linda Maria de Jesus Bertolino.

Moura, Sílvia Oliveira Cunha.

A Voz Liberta: a poética de resistência em Eu, Mulher Negra, Resisto, de Alzira Rufino. / Sílvia Oliveira Cunha Moura. – São Luís(MA), 2025.

105p.

Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Linda Maria de Jesus Bertolino.

.

1. Alzira Rufino. 2. Mulher negra. 3. Voz poética. 4. Resistência. I.Título.

CDU: 821.134.3(81)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

SÍLVIA OLIVEIRA CUNHA MOURA

**A VOZ LIBERTA: A POÉTICA DE RESISTÊNCIA EM *EU, MULHER NEGRA*,
RESISTO, DE ALZIRA RUFINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLETRAS), da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como requisito para à obtenção do Título de Mestre em Letras (Área de concentração: Teoria Literária).

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Linda Maria de Jesus Bertolino (Orientadora)
Doutora em Literatura e Práticas Sociais - UnB
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente



LINDA MARIA DE JESUS BERTOLINO
Data: 10/09/2025 12:22:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Eurídice Figueiredo
Pós-doutorada em Linguística, Letras e Artes
Universidade Federal Fluminense

Documento assinado digitalmente



ALGEMIRA DE MACEDO MENDES
Data: 16/09/2025 11:22:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Algemira de Macêdo Mendes
Doutora em Letras
Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, todo-poderoso.
À Alzira Rufino (em memória).
À minha tataravó negra, Vó Luiza (em memória).
Às minhas avós Serafina Rodrigues e Daila Costa (em memória).
Ao meu avô Gentil Monteiro (em memória).
Aos avós do meu marido, Rosa Moura e Jaime Moura (em memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a **Deus**, que proporcionou a minha existência e todas as experiências que estou vivendo. Sou gratíssima ao amor da minha vida, **Zanato Medeiros de Moura**, por todo amor, apoio, incentivo e por ter me acompanhado sempre nessa jornada. À minha mamãezinha, **Maria da Conceição**, por todo amor e carinho dedicados a mim e ao meu filho amado. Ao príncipe **Isaac Zanato**, que durante as aulas do mestrado, à noite, me fazia chorar de saudade. Ao meu pai, **Sílvio da Costa**, por todo carinho e amor. Ao meu titio José de Ribamar, por todo apoio, carinho e pelos livros. Vocês são minha força e inspiração; obrigada, Senhor, por minha família.

Gratidão à professora **Linda Maria Bertolino**, pela orientação, apoio, dedicação, preocupação e carinho ao longo da produção desta dissertação, e por compartilhar seu conhecimento de forma inspiradora. Agradeço a Deus todos os dias por ter sido a senhora a minha orientadora.

Agradecimentos especiais aos membros das bancas de avaliação, as professoras **Eurídice Figueiredo e Algemira de Macêdo Mendes**, participantes do exame de qualificação e banca de defesa, pelas importantes contribuições para este estudo.

Agradeço à **Universidade Estadual do Maranhão**, universidade pública e gratuita, que possibilitou a minha formação em duas graduações, em duas especializações e agora na pós-graduação, em nível de Mestrado. Sou grata também aos professores do programa, os quais são maravilhosos, em especial Solange Guimarães Santana Moraes, Iranildes Costa e Regina Zilberman. À secretária do curso, Aline Pinheiro. Ao professor Francinaldo de Jesus Moraes, por todas as contribuições e as bancas dos meus trabalhos a qual participou.

Às minhas amigas Ariana Magalhães (minha companheira de choro, de estudo e de quarto; obrigada, amiga, pela lembrança, amizade sincera e o Bernardo), Priscila Lima (minha amiga que a distância não separa, unidas pela nossa maravilhosa orientadora, sou grata por tudo), Ana Rosária (obrigada, por todo apoio, incentivo, livros) Ana Paula (obrigada por todo apoio), Carla Marina (obrigada por sua sensibilidade, cuidado e carinho que dedicou à Ariana e a mim), Luana Mendes (às

nossas viagens para seminários e apresentações de trabalho). Aos demais colegas, Adriana, Hedra, Jéssica Rabelo, Jéssica Brússio, Luíla, Valéria, Tony e Ingrid, pela parceria, troca de informações e apoio acadêmico e emocional, fundamentais neste período de formação.

Aos meus diretores: Alexsandra Maciel, Décio Albuquerque, Paulo Albuquerque e Fabiana Pereira, por todo apoio e liberação para que eu pudesse assistir às aulas em São Luís. À minha ex-diretora Cleonice Alves, às amigas Ana Cristina (comadre), Conceição, Fabiana Carvalho, Jailma, Larissa, Brenda, Francisca e aos demais que contribuíram direta e indiretamente com mais esse passo que realizo.

Pele Preta, apenas...

Mulher Negra,
história de resistência,
sobrevivência, coragem.
Avesso proposital.

Rumo na condução da história
transporta a sua comunidade,
rainha absoluta, soberana
antes e depois da mesa.
No lutar pelo ser igual,
sem ser banal.

Levas a vida, como os versos para
uma canção um raio de
sol na noite.
Não importa de onde,
nem para onde.

É a estrela da noite na madrugada.
A guerreira militante, anônima.
Desafiando o tudo errado, no meio
do fogo cruzado.

Crescer no Ser Mulher Negra,
esse medo que machuca,
essa indiferença que mata.

Pele preta, apenas...
Mentindo sempre para
o seu coração:
"É assim mesmo, coisas
da pele preta".

O tiro perdido ou pensado,
todos os dias famílias separadas.
Tentam calar a tua discordância
e revolta.

Balas, não no papel celofane,
mortíferas, um não à vida,
Sua briga com o mundo
Falar pra quem?
Pele preta apenas...

Mudam o jogo de repente e
deixam-te trocando passos sem
sentido tiram pouco aos pouco,
a tua esperança
Travam a lâmina forte em
seus sonhos
E falar pra quem?
(Rufino, 2010, p. 37-39).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como a voz poética estrutura, a partir da produção do ser, conhecer e saber, representações estéticas que fazem aflorar no texto signos e sentidos que organizam pensamentos de liberdade, resistência e ancestralidade, precisamente em *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino. A pesquisa se fundamenta em teóricos e estudiosos que exploram as nuances contempladas na escrita poética rufiniana, com um pensamento que acolhe no espaço poético da linguagem a essência da subjetividade para anunciar o que representa ser um corpo/experiência de mulher negra no mundo. Nesse sentido, escrever pode ser compreendido como libertar a voz para falar sobre si — mulher preta e, igualmente, sobre a história de ser mulher. Como sabemos, desde sempre, a história das mulheres, sobretudo das mulheres negras, tem sua trajetória marcada por batalhas e resistências. Considerando tais fatos, Alzira Rufino faz de seu texto poético um espaço para dizer não a essa tentativa de apagamento ao conhecimento, à projeção de pensamento e à intelectualidade que reside no ser mulher negra. Com esse olhar, Rufino fissa o texto poético com o desejo de enfrentar e escavar, a partir de sua própria história, reverberações de uma autodefinição que valoriza a consciência e a concepção do sujeito negro contra todas as formas de dominação, quais sejam: social, histórica e político-filosófica. Para tanto, dentre os estudiosos que fundamentam este estudo, destacamos: bell hooks (2019; 2023), Grada Kilomba (2019), Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1984), as quais discutem a condição da mulher negra, suas lutas e suas conquistas. Além delas, temos Giorgio Agamben (2004), Achille Mbembe (2018) e Patrícia Hill Collins (2022), que respectivamente discutem: regime de exceção; as condições escravocratas e a necropolítica; as condições das mulheres e as desigualdades enfrentadas por elas. No que diz respeito, às possíveis conclusões, informamos que a poética de Alzira Rufino possibilita que as mulheres sejam protagonistas de sua própria história. Essa autora traz personagens fortes e resistentes, denunciando, em sua poesia, o racismo estrutural que existe na sociedade brasileira, caindo por terra o mito da democracia racial que tenta mascarar a discriminação sofrida pelas mulheres negras.

Palavras-chave: Alzira Rufino. *Eu, mulher negra, resisto*. Voz poética. Resistência.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse how the poetic voice structures, from the production of being, knowing and knowing, aesthetic representations that bring out signs and meanings in the text that organize thoughts of freedom, resistance and ancestry, precisely in *Eu, mulher negra, resisto*, by Alzira Rufino. The research is based on theorists and scholars who explore the nuances contemplated in Rufino's poetic writing, with a thought that welcomes the essence of subjectivity into the poetic space of language to announce what it means to be a black woman's body/experience in the world. In this sense, writing can be understood as freeing one's voice to talk about oneself - a black woman - and also about the history of being a woman. As we know, the history of women, especially black women, has always been marked by battles and resistance. Considering these facts, Alzira Rufino makes her poetic text a space to say no to this attempt to erase the knowledge, the projection of thought and the intellectuality that lies in being a black woman. With this gaze, Rufino fissures the poetic text with the desire to confront and excavate, from his own history, reverberations of a self-definition that values the consciousness and conception of the black subject against all forms of domination, namely: social, historical and political-philosophical. To this end, among the scholars who underpin this study, we highlight: bell hooks (2019; 2023), Grada Kilomba (2019), Angela Davis (2016) and Lélia Gonzalez (1984), who discuss the condition of black women, their struggles and their achievements. In addition to them, we have Giorgio (2004), Achille Mbembe (2018) and Patricia Hill Collins (2022), who respectively discuss: the regime of exception; slave conditions and necropolitics; the conditions of women and the inequalities they face. As far as possible conclusions are concerned, we can say that Alzira Rufino's poetry allows women to be the protagonists of their own history. This author brings strong and resistant characters, denouncing in her poetry the structural racism that exists in Brazilian society, debunking the myth of racial democracy that tries to mask the discrimination suffered by black women.

Keywords: Alzira Rufino. I, a black woman, resist. Poetic voice. Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. RESSONÂNCIA DE RESISTÊNCIA NA LITERATURA NEGRA BRASILEIRA	19
1.1 Um retrato textual sob Alzira Rufino.....	20
1.2 A Vozes ressonantes na poética rufiniana	32
2. ESSE CORPO NEGRO QUE É SILENCIADO	44
2.1 Poéticas do corpo em Rufino, atravessamentos patriarcais: raça, gênero e classe	44
2.2 Poética do corpo negro objetificado	56
2.3 Poética do feminegro: ações de resistência.....	65
3. UM CORPO POLIFÔNICO: IMAGENS, REPRESENTAÇÃO E RESISTÊNCIA FEMINEGRA NA VOZ POÉTICA.....	72
3.1 A imagética negra: uma escrita que grita por liberdade	73
3.2 Espaço de fala: A voz e a resistência do corpo em <i>Eu, mulher negra, resisto</i>	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Escrever é libertar vozes, é perfazer caminhos. Escrever, principalmente sobre si, é deixar aflorar na voz poética a essência da subjetividade, da existência e da experiência de ser no mundo. Decerto, porque a poeticidade da voz é cheia de movimentos que emanam histórias, memórias, silêncios e gestos. Gestos que fazem fluir na escrita sons, corpos, afetos, vidas e ancestralidades. Seguramente, por essa razão, afirma Paul Zumthor (2001), em *A letra e a voz*, que embora o gesto não transcreva nada, ele produz significativamente a mensagem do corpo.

Ainda segundo Zumthor (2001), os gestos, as expressões, acusam os não ditos. Assim, agregar — no textual — gestos de histórias, de lutas e resistências é libertar a voz, pois a voz poética liberta uma vez que emana uma linguagem plurissignificativa de signos, sensações, sentidos, experiências corporais e ancestrais. Isso porque a poeticidade da voz coloca em relevo a subjetividade e a intersubjetividade do sujeito que escreve e conta sobre si e sobre o outro.

Essa é a construção epistemológica que articulamos para argumentar o pensamento literário de Alzira Rufino. Um pensamento que acolhe no espaço poético da linguagem a essência da subjetividade para anunciar o que representa ser um corpo/experiência de mulher negra no mundo. Rufino, nascida em 05 de julho de 1949, inicia sua escrita ainda criança; aos nove anos, escreve uma redação, ganhando um concurso de escrita em sua escola. A partir desse momento, não se separa da escrita, mantendo, assim, uma relação de intimidade. Ela faz de sua escrita uma forma de refletir e criticar sua própria realidade, uma escrita que traduz valores, criticidade e resistência, que evidencia os acontecimentos e situações que a intrigam, bem como a forma como os seres humanos são percebidos no mundo.

A produção intelectual de Rufino é extensa, ela publicou poemas, artigos e contos. Dentre as temáticas abordadas nos seus trabalhos, verificamos: a violência de gênero, a exclusão, a desigualdade, a discriminação de gênero, o racismo, a miséria que assola o povo, a mulher e, principalmente, a mulher negra. Assim, considerando o percurso de Rufino, destacamos que escrever pode ser entendido como libertar a voz para falar sobre si — mulher preta e, igualmente, sobre a história de ser mulher, pois, desde sempre, a história das mulheres, sobretudo das mulheres negras, tem sua trajetória marcada por batalhas e resistências.

Segundo Mary Del Priori (2013), em *História e conversa de mulher*, a imagem feminina, ao longo da história, foi associada a um “papel benéfico [...] dentro do casamento e enquanto cumprisse o papel de mãe” (Del Priori, 2013, p. 12). Dado isso, o sujeito mulher, desde o princípio, representa um corpo inscrito sob várias privações: o direito de ir e vir, sexualidade, acesso ao espaço público, educação e saúde¹.

Na conjuntura dessa privação, historicamente, as mulheres brancas ainda eram assistidas com alguns privilégios, como, por exemplo, o direito de ser resguardada em seu lar. A mulher negra escravizada, em todo o tempo, teve sua existência assentada sob dois dispositivos de violência: raça e gênero. Essa dupla violência situava esse corpo como propriedade, seja no que toca à função de ama de leite e subserviência doméstica, ou em se tratando de trabalho forçado, abusos físicos e sexuais.

Diferente da mulher branca, a mulher negra ocupava tanto o espaço público quanto o privado, herança perversa de uma cultura de poder colonial. Nesse contexto, havia aquelas que eram obrigadas a assumir a função de doméstica na Casa Grande, cuidando dos afazeres de casa como, por exemplo, amas de leite (amamentando e cuidando dos “senhorzinhos”), cuidando do preparo dos alimentos e podendo, ainda, serem damas de companhia das senhoras e das filhas de seus donos. Outras eram submetidas a trabalhos forçados, no espaço público, como: mineração e agricultura, além das quituteiras² ou escravas de ganho, as quais eram exploradas para obtenção de recursos a fim de, muitas vezes, sustentar os patrões brancos ou para o seu próprio sustento.

O desdobramento desse pensamento colonial e, portanto, escravocrata, terminou estendendo-se para o tempo-espaço presente. Diante disso, o enredo da história criou e fortaleceu representações narrativas que, até hoje, continuam reproduzindo mecanismos de racialidade, sexualidade e classe. Assim sendo, esse sujeito mulher preta continua tendo sua vivência articulada pelo Estado e por suas Instituições, sendo ele um corpo desqualificado, apagado e silenciado.

É certamente por isso que Alzira Rufino faz de seu texto poético um espaço para dizer não a essa tentativa de apagamento ao conhecimento, à projeção de

¹ Apesar disso, as mulheres contam com conquistas legais e históricas, como a Lei Geral de 1827, que autoriza o ingresso de mulheres à educação primária; Lei nº 7.247, que permitiu o acesso às faculdades, em 1879; Sufrágio feminino de 1932, que permitiu o direito ao voto; Lei nº 6.515/1977, que permite o divórcio; Lei 11.340/2002, Lei Maria da Penha, que visa combater a violência contra a mulher; e Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015.

² Mulheres negras escravizadas ou libertas que vendiam quitutes (comida apetitosa, iguaria delicada doce ou salgada).

pensamento e intelectualidade que reside no ser mulher negra. Com esse olhar, Rufino fissa o texto poético com o desejo de enfrentar e escavar, a partir de sua própria história, reverberações de uma autodefinição que valorize a consciência e a concepção do sujeito negro contra todas as formas de dominação, quais sejam: social, histórica e político-filosófica.

Esse desejo inscreve a poética de Alzira Rufino (1988) em um universo de enfrentamento, resistência e equidade. A propósito, a voz poética é (e foi) o lugar onde signos, sensações, sentidos, experiências corporais e ancestrais se organizaram para que o eu lírico rufiniano³, a partir da experiência do *Eu, mulher negra, resisto*, use o espaço da linguagem poética para pensar os critérios culturais de exclusão, desigualdade e preconceito contra a ideia de raça, gênero e classe. Ademais, conforme diz Antonio Candido (2004), em *O direito à literatura*, o texto literário é um instrumento de auxílio para o indivíduo superar a condição de opressão à qual o sistema colonial capitalista o submete. Desse modo, cabe aqui reforçar que, por muito tempo, as mulheres ocupam posições marginais nos contextos da vida e da história, tendo, por séculos, suas vozes silenciadas. Acirradamente, para as mulheres negras, esse emudecimento foi contínuo e negativo.

À luz de uma representação de ser um corpo criado unicamente para o trabalho e/ou para o sexo, visão que continua velada em nossa sociedade, a mulher negra constitui uma invisibilidade social. Conforme ressalta Patrícia Hill Collins (2002), no livro *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, a invisibilidade da mulher negra “cria o vácuo do silenciamento sobre tais opressões, perpetuando o ciclo devastador da animalização e objetificação dos corpos negros, em especial, femininos” (Collins, 2002, p. 32).

Collins (2002) chama a atenção ainda para a necessidade de nós, mulheres, falarmos sobre a mulher, de darmos vozes a elas, a considerar que, sobretudo, a figura feminina preta, desde sempre, vivencia uma realidade social de opressão, sofrendo com a “animalização” e “objetificação” dos seus corpos. E isso é reforçado pelo capitalismo, seja no que se refere à força de trabalho ou às “opressões” de gênero e raça. Para as mulheres negras, mais acirradamente, o emudecimento foi contínuo e cruel, fazendo delas coisas ou objetos, sendo representadas apenas como corpos criados para o trabalho ou para a atividade sexual, o que ainda acontece na

³ Esse termo é utilizado para referir-se aos escritos e às obras da autora Alzira dos Santos Rufino.

atualidade, de forma velada ou não.

Assim sendo, destacamos a relevância da poética de Alzira Rufino, uma poética que dá voz às mulheres, precisamente às mulheres negras. Os textos de Rufino, carregados de traços subjetivos e referentes identitários, servem como instrumentos de luta, combate e resistência. Representando, também, a partir da figura da autora, as conquistas das mulheres negras na sociedade intelectual brasileira.

Abrindo um parêntese, quanto às conquistas das mulheres negras na sociedade intelectual brasileira, como mulher negra, pensadora e pesquisadora, ressalto que o livro *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino, instiga-me desde a minha graduação em Pedagogia. Graduação essa em que delimitei minha pesquisa sobre a inclusão da disciplina “História e Cultura afro-brasileira e africana no ensino de História”. Em seguida, quando finalizei o curso de História, me direcionei a trabalhar com história oral, a fim de dar voz às mulheres que trabalharam na fábrica de tecelagem, na cidade de Caxias, Maranhão, em 1940. Daquele período, construí, teoricamente, um baú de memórias, cujo objetivo era trazer discussões acerca das desigualdades de gênero, posto que as trabalhadoras realizavam os mesmos trabalhos que os homens, mas recebiam valores inferiores. Além disso, rotineiramente, elas eram submetidas a diversas formas de preconceitos e discriminação. Já em minha terceira graduação, Letras Português e Literaturas em Língua Portuguesa, no trabalho intitulado “A trajetória identitária de Carolina Maria de Jesus: recompondo cenas e o espaço onde viveu”, pesquisei sobre como Carolina Maria de Jesus, escritora negra e favelada, que traduz sua identidade a partir da escrita.

A partir dessa trajetória acadêmica, permeada por um decurso teórico que abarca discussões acerca das categorias gênero, raça, classe, cultura, história e identidade, me proponho a estudar *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino, obra que apresenta uma plurissignificação para os termos corpo, imagem, raça e gênero.

Nesse livro, Rufino apresenta esses elementos e os projeta numa nova visão, buscando, desse modo, a liberdade, a resistência e a afetividade. Como ressalta Espinosa (1983), na obra *Ética*, a liberdade é uma necessidade humana, e essa necessidade se fundamenta na própria liberdade. E o que isso significa? Significa que a liberdade é importante na vida do ser humano, posto que ela está intimamente ligada às suas relações pessoais, emocionais e afetivas.

A produção literária de Alzira Rufino é, como pode-se afirmar, porta-voz dos

anseios da comunidade negra, que teve, desde o princípio, sua fala silenciada, sua liberdade cessada e sua afetividade comprometida. Como forma de romper com esses estigmas em sua escrita, Rufino evidencia seu comprometimento com a representação do negro/negra nos diversos espaços de fala. Aqui, interessa mostrarmos o que escreve a escritora estadunidense Gloria Jean Watkins, vulgo bell hooks, na obra *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019). Para ela, “fazer a transcrição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento” (hooks, 2019, p. 38-39).

Sob gestos de liberdade, Rufino exerce o poder da palavra escrita e se compromete com a construção de um lugar de fala para o sujeito negro. A respeito disso, cabe destacarmos que a literatura feita por mulheres negras traz consigo um emaranhado de significações, conquistando espaços e contribuindo para a construção de identidades pautadas no “orgulho da [sua] condição de negro em dizer de cabeça erguida: sou negro” (Munanga e Gomes, 2006, p. 44). Desse modo, é de cabeça erguida que Alzira Rufino identifica-se como uma mulher negra, a qual, despojada de preconceitos e constituindo-se como sujeito partícipe do ser poético de mulher-negra, estabelece sua identidade. Dessa forma, quando a autora escreve, ela rasga o véu do silêncio e dá voz aos seus iguais.

Outrossim, conforme argumenta De Sousa:

Rufino tem uma vida aliada à palavra escrita em versos e prosa, de uma atuação enquanto mulher negra militante e combativa das injustiças sociais [...]. Enquanto escritora afro-brasileira [...] manifesta em suas obra um caráter de afirmação e revelação da literatura negra brasileira, sendo porta-voz dos sentimentos e anseios de uma cultura e história abafadas e negadas, por uma outra dominante e excludor (De Sousa, 2020, p. 18).

Seja escrevendo para entender a sociedade brasileira na perspectiva das lutas pelos direitos humanos e dos movimentos sociais, em discursos de abertura de simpósios e congressos; ou escrevendo para manifestar um eu lírico negro em seus poemas e na ficção voltada para a literatura negra, Alzira Rufino está sempre fazendo uso da palavra na luta contra a discriminação. Os sujeitos de enunciação apresentados por Rufino lutam contra o racismo e em favor da autoestima e da valorização do povo negro brasileiro. E eles fazem isso tendo em vista as religiões afro-brasileiras, a etnia, a luta contra a opressão, a discriminação e o preconceito

contra a figura negra feminina na sociedade brasileira.

Nessa chave de entendimento, de acordo com Collins (2002, p. 32), falar a partir das “mulheres é uma premissa importante na ótica do feminismo negro”. Dessa maneira, a poesia de Rufino é toda ela permeada pela construção feminista, a qual busca a apropriação da identidade, incorporada à representação como elemento de poder. Nessa ocasião, vale dizermos que “não há lugar fora do poder” (hooks, 2019, p. 227).

À medida que Rufino questiona o silenciamento e toda forma de violência cometida ao sujeito negro, ela também serve como resposta. Ela é um exemplo claro de superação, sendo mulher, negra e escritora em uma sociedade extremamente machista. Em sua escrita, percebemos um sujeito que deseja não mais sentir vergonha de quem ele é, isto é, de sua identidade. Pelo contrário, sente orgulho de suas origens e de suas lutas, reconhecendo o quão violado foi ao longo da história. Logo, é na resistência que Alzira Rufino dá significação para a sua obra. Reconhecendo-se como resistente, a autora cria estratégias de enfrentamento contra as ideologias imperialistas, pois “o racismo, enquanto construção ideológica, é um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia a determinados interesses” (Gonzalez e Hasenbalg, 1988, p. 97).

Considerando a importância da produção literária e intelectual de Alzira Rufino, faz-se necessário fazermos um levantamento acerca da fortuna crítica dessa autora. Para isso, recorreremos aos seguintes trabalhos: Douglas De Sousa (2011), com *Gênero e Etnicidade: a construção da identidade da mulher negra na poesia de Alzira Rufino* e *Sou negra ponto final: a poética de Alzira Rufino* (2020). Esse pesquisador trabalha com os poemas de Rufino, trazendo discussões sobre a literatura de autoria negra, os movimentos demarcadores da literatura afro-brasileira, as lutas enfrentadas pela mulher negra, sua identidade, suas produções, bem como uma análise a partir da visão de Rufino sobre a condição da mulher negra, em suma, por ser ela mulher, negra, militante e atuante no cenário literário.

Dulcilei da Conceição Lima (2011) é outra pesquisadora que será utilizada nesta pesquisa. Em *Desvendando Luíza Mahin um mito libertário no cerne do feminismo negro*, ela apresenta discussões acerca da identidade feminina negra, sobre o ser mãe, mulher e símbolo, evidenciando, ainda, as mulheres negras do meio literário, como é o caso de Alzira Rufino, Mirian Alves e Ana Maria Gonçalves. Além

disso, fala sobre o mito Luíza Mahin, que se transformou em referenciais positivas de liderança e luta.

De outro modo, Claudemir da Silva Paula (2015), com a tese *Negra sem resistência: corpo e corporeidade na poesia de escritoras afro-brasileiras*, traz discussões interessantes sobre a valorização e características corporais negras, assim como a interligação entre corpo, raça e gênero, partindo das autorias afro-femininas Miriam Alves, Alzira Rufino, Geni Guimarães e Conceição Evaristo. De mais e mais, o autor evidencia tessituras sobre o discurso, a poesia e a intersubjetividade na produção literária de autoria negra.

Em *A voz da resistência negra na poesia Lírica de Alzira Rufino, Beatriz Nascimento e Esmeralda Ribeiro*, Kelly Cristiane Nunes (2022) apresenta aspectos relevantes sobre a trajetória da mulher negra na poesia, discutindo o papel do negro na literatura, a resistência presente na poesia de Alzira Rufino, o sonho que se destaca na poética de Beatriz Nascimento e o olhar negro de Esmeralda Ribeiro. De maneira geral, apresenta um estudo comparativo entre os poemas dessas três literatas, o que envolve os discursos e as experiências das quais são atravessadas pela condição de serem mulher e negra em nossa sociedade.

Por último, Thaíse de Santana Santos (2004), com a tese *Mulheres negras atlânticas: representações do corpo na poesia São-Tomense e brasileira*, traz discussões pertinentes sobre a representação do corpo nas obras poética de Alda Espírito Santo, Conceição Lima, Alzira Rufino e Lubi Prates, adentrando no campo da literatura comparada e analisando o corpo das ilhas e o corpo negro como território. Contudo, o que chama a atenção nos trabalhos desses pesquisadores mencionados, embora apresentem abordagens de estudo diferentes, é a análise minuciosa e, portanto, precisa da literatura de autoria feminina realizada por ambos, com ênfase na mulher negra e na sua escrita, como é o caso de Alzira Rufino.

Na busca de demarcar para as mulheres negras espaços de fala, Alzira Rufino propõe recuperar espaços de vozes silenciadas por meio de sua escrita. Desse modo, a mulher negra pode questionar o porquê de seus medos, de sua mudez e de sua submissão. Para Gonzalez e Hasenbalg, na obra *Lugar de negro* (1988, p. 11), “os versos de Alzira Rufino parecem ter a estranha capacidade de nos transportar para onde eles estão, ou para onde ela estava no momento em que os gerou”. À vista desses posicionamentos de Gonzalez e Hasenbalg, interessa expormos o que bell hooks, em *Anseios: raça, gênero e políticas culturais* (2019, p. 164), escreve. Diz ela

o seguinte: “que possamos, enquanto mulheres negras, falar e erguer nossas vozes contra a opressão e exclusão machista, contra o patriarcado e contra todas as formas de opressão e exclusão racista da supremacia branca”. E continua dizendo: “Que possamos, juntas, a partir da palavra, a partir das vozes das nossas ancestrais, revolucionar nossos mundos, pois a palavra é força e resistência.” Ergamos nossas vozes” (hooks, 2019, p. 16).

Assim, feitas essas considerações, esta dissertação tem como objetivo geral analisar como a voz poética estruturada, a partir da produção do ser, conhecer e saber, representações estéticas que fazem aflorar no texto signos e sentidos que organizam pensamentos de liberdade, resistência e ancestralidade, precisamente em *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino. Quanto aos específicos: Apresentar a sua trajetória, suas contribuições intelectuais e poéticas, sua militância e outros fatos relevantes de sua vida; Discutir como a escrita poética de Alzira Rufino evidencia tais atos cometidos contra o corpo negro e como eles não são recebidos sem resistências; Averiguar como a escrita de Rufino contribui para a consagração dessa nova imagem e representação do corpo feminino e negro.

Outrossim, dentre os problemas que nortearam o trabalho, temos: Como Alzira Rufino, em sua obra *Eu, Mulher Negra, Resisto*, utiliza-se da poética para articular os termos resistência e denúncia? Como a poesia de Alzira Rufino reflete e denuncia as opressões históricas e contemporâneas cometidas ao sujeito negro? Como a imagem do corpo negro é colocada nas obras de Alzira Rufino? A partir dessas problemáticas, apresentamos três hipóteses: a) a poética de Alzira Rufino respalda-se em fontes históricas e simbólicas, as quais retratam o período da escravidão e explicam os reflexos do passado na sociedade contemporânea, revelando-se em um racismo estrutural; b) Rufino denuncia, em sua poesia, uma violência que se perpetua historicamente contra o negro, mesmo com o fim da abolição; e c) Alzira Rufino utiliza imagens do corpo negro feminino simbolizando a dor histórica da escravidão, e essas imagens servem como metáfora de resistência do sofrimento e da violência.

Partindo, então, de uma discussão que trabalha as categorias corpo, raça, gênero e resistência, esta pesquisa está organizada da seguinte forma: inicialmente, temos a introdução e logo em seguida o primeiro capítulo, intitulado “Ressonância de resistência na literatura negra brasileira”. Nele, voltamos nossas investigações para os aspectos que particularizam a escrita e as imagens apresentadas por Rufino, estando dividido em duas seções, a saber: “Um retrato textual sob Alzira Rufino”,

tópico esse que apresenta brevemente sua trajetória, suas contribuições intelectuais e poéticas, sua militância e outros fatos relevantes de sua vida; e o tópico “Vozes ressonantes na poética rufiniana”, em que buscamos perceber quais são as temáticas abordadas nas poesias de Rufino.

No segundo capítulo, nomeado de “Esse corpo negro que é silenciado”, analisaremos esse corpo sob três viesses, quais sejam: “Poéticas do corpo em Rufino, atravessamentos patriarcais: raça gênero e classe, trazendo à luz das discussões a falta de direitos e o descaso do sujeito negro, em que veremos o corpo posto como forma de lucro, numa visão colonialista, voltado para o trabalho e tomado como artefato; “A poética do corpo negro objetificado ” que é usado como objeto de prazer, cujas mulheres são tomadas como componentes do deleite, sendo abusadas e forçadas para tal uso; “A poética do feminegro: ações de resistência”, numa ideia de manutenção do poder do branco para com o negro, ou seja, o domínio do destino de outro ser.

O terceiro capítulo, denominado “Um corpo polifônico: imagens, representação e resistência feminegra na voz poética”, é composto pelos seguintes tópicos: “A imagética negra: uma escrita que grita por liberdade”, em que analisaremos as imagens e símbolos representativos na poesia rufiniana; e “Espaço de fala: a voz e a resistência do corpo em *Eu, mulher negra, resisto*”. Nele, discutiremos como essa voz poética trata da discriminação e do preconceito para com as mulheres negras na contemporaneidade, assim como da resistência e do erguer dessa voz. E, por fim, as considerações finais, na qual apresentamos os achados e as possíveis respostas para a problemática desta pesquisa.

Tendo em vista os temas aqui abordados, observaremos aspectos como: feminismo, necropolítica, resistência e corporeidade. Para tanto, usaremos as reflexões dos teóricos e estudiosos Lélia Gonzelez e Carlos Hasenbalg (1988), em *Lugar de negro*; Achille Mbembe (2018) em *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*; Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*; Zilá Bernd (1988), com *Introdução à literatura negra*; Patrícia Hill Collins (2002), com *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*; Ângela Davis (2016; 2017; 2022), em *Mulheres, raça e classe* e *Mulheres, política e cultura*, dentre outros autores que constam na referência.

Com esses estudiosos, observaremos que a linguagem poética propõe

mudanças significativas em um macro contexto de brutalidade, tornando-se um refúgio do grito preso, o qual, por meio da escrita, pode ser ouvido, à medida que denuncia as diversas formas de violência que as mulheres sofrem devido ao silenciamento imposto. E elas fazem isso por se julgarem culpadas e/ou inferiores aos homens, em suma, dadas as discussões machistas existentes na sociedade.

1. RESSONÂNCIA DE RESISTÊNCIA NA LITERATURA NEGRA BRASILEIRA

Como uma voz ressonante na literatura de autoria negra⁴, temos a militante Alzira Rufino, uma voz plural que representa uma coletividade e que dá voz a grupos sociais historicamente silenciados e apagados. Nesse seguimento, partindo das imagéticas que Alzira Rufino evidencia na obra *Eu, mulher negra, resisto*, o objetivo deste capítulo é demonstrar como o preconceito, a discriminação e a violência estiveram presentes na vida de Rufino, e como faz uso desses percalços como uma mola propulsora para escrever e criticar essa realidade, não somente vivenciada por ela, mas por toda a comunidade negra.

A escrita de Rufino constitui-se como mecanismo de luta e resistência. E aqui é interessante expormos o que sugere Zilá Bernd, em *Introdução à literatura negra* (1988). Para ela, “o fazer poético passa a ser equivalente a um processo” que corresponde “a uma tentativa de recomposição de sistema próprio de representações” (Bernd, 1988, p. 23), sendo que o “poema tem, portanto, sua gênese no desejo de reparar sucessivas perdas como a da memória da ancestralidade africana, da ação heroica nos quilombos, enfim da própria história” (Bernd, 1988, p. 23).

De outro modo, segundo Cuti (2010), pseudônimo de Luiz Silva⁵, em *Literatura negro-brasileira: consciência em debate*, as poesias de autoria negra são relevantes para a compreensão dos sofrimentos acometidos historicamente aos “corpos negros”. Além disso, tais poesias emanam para a construção de uma consciência crítica e de resistência.

No que tange à Alzira Rufino, ela questiona e reflete sobre diversos temas, mas, principalmente, sobre o corpo negro, sobre os efeitos e sobre as marcas negativas

⁴ Termo utilizado para designar escritas literárias publicadas em diversos países e ligadas a movimentos que iniciaram nos EUA e no Caribe, ou seja, uma literatura que discutia questões ligadas à identidade e às culturas dos povos africanos e afrodescendentes (Sousa; Lima, 2006).

⁵ Foi um dos fundadores e membro do Quilombohoje Literatura, de 1980 a 1994, e um dos criadores e mantenedores da série Cadernos Negros, de 1978 a 1993 (Cadernos Negros, 1998, p. 41).

que a escravidão e o colonialismo reforçaram como controle de dominação, status e condição social direcionados aos negros, em especial às negras, que são vítimas constantes de todas as formas de violência e discriminação.

De maneira geral, nesta parte do trabalho, apontamos os ecos e as vozes dispostos em *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino, partindo das discussões sobre quem foi Alzira Rufino, o que inclui sua vida, obra, luta e, principalmente, os aspectos de sua poética.

1.1 Um retrato textual sob Alzira Rufino

(SEM TÍTULO)
 A dor goteja nas paredes
 O grito escoo na garganta
 Dia que se faz noite
 E me traz à tona
 Carta de alforria
 Que a vida a rabisca
 (Rufino, 1988, p. 27).

As vozes ressonantes em Alzira Rufino são plurais e atemporais, elas representam o silenciamento de todas as mulheres. Rufino, assim como Dandara, Luiza Mahin, Tia Ciata, Mãe Aninha, Dona Zica da Mangueira, Dona Ivone de Lara, Maria Beatriz, Benedita da Silva, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis⁶ e tantas outras, por meio da escrita, buscou dar voz ao povo negro, sempre silenciado. Essas mulheres, por vezes ou sempre, situadas no espaço social sob uma compreensão social negativa, buscaram modificar suas realidades e contextos. Hoje, elas são símbolos de resistência e de luta, representando todas as mulheres, o que inclui as nossas antepassadas.

O poema “Sem título”, publicado nos *Cadernos Negros*⁷, volume 21, trata de uma dor que “goteja nas paredes”, uma dor de ausência, de um passado renegado por muito tempo nos livros de história e literatura, em suma, em detrimento de narrativas etnocêntricas. Trata-se, portanto, de um grito que “escoo na garganta” de muitas mulheres, um grito sufocante e silenciado, que guarda traumas e memórias. Entretanto, mesmo silenciadas pela violência e dores, essas mulheres negras não se

⁶ Maranhense pioneira na escrita de autoria negra.

⁷ Foi criado no ano de 1978, em São Paulo, representa um divisor de águas em relação ao movimento negro literário, pois dá voz ao coletivo de intelectuais negros e negras, rompendo com estereótipos e ordem canônicas, para propiciar fala ao povo negro.

calaram. Passaram-se os dias, os anos e mesmo os “séculos”, no entanto, veio “à tona” a “carta de alforria”, apesar de ela não ter trazido e/ou garantido as mínimas condições de sobrevivência.

Conforme é discutido por Beatriz Nascimento, em *Uma história feita por mãos negras*, os quilombos se transformaram em favelas. Para essa autora, os vários territórios que, no século XIX, compreendiam os quilombos, são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra (pessoas de menor poder aquisitivo), assim “como segmentos populacionais de outras etnias com a mesma origem e classe” (Nascimento, 2021, p. 16).

Esses espaços possuem condições de sobrevivência precárias, como a violência, o descaso, a miséria, a fome e a falta de saneamento. Carolina Maria de Jesus (2014), em seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, nos dá um bom exemplo disso. No caso da condição das mulheres negras, a situação consegue ser ainda pior, pois, além de todos os problemas estruturais da nossa sociedade enfrentados por elas, não possuem o direito de fala, sendo obrigadas a romper com as muitas barreiras existentes, como o silenciamento, por exemplo. Ao pensar na condição da mulher em nossa sociedade, Ribeiro (2017, p. 25) ressalta o seguinte:

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto. Segundo o Mapa da Violência de 2015,21 aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras ao passo que o de mulheres brancas diminuiu em 9,6%. Esse aumento alarmante nos mostra a falta de um olhar étnico racial no momento de se pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, já que essas políticas não estão alcançando as mulheres negras.

Assim, muitas são as barreiras a serem vencidas pelas mulheres, como: o direito à voz, melhores condições de trabalho e postos de trabalho, igualdade salarial, cargos na política, isto é, mais mulheres no senado, nas câmaras, nas chefias de empresas e em inúmeros outros lugares. Para Rufino (1997, p. 10), em *O poder muda*

de mãos, não de cor, “é preciso detectar esses desníveis para implementação de medidas compensatórias, não apenas para alcançarmos a igualdade de direitos e oportunidades entre homem e mulher”, mas para “que a sociedade seja justa e igualitária no oferecimento de políticas públicas, oferta de empregos, escolarização, que todos tenham um ensino de qualidade, sem privilegiar a condição social, racial ou de gênero” (Rufino, 1997, p. 10).

Djamila Ribeiro (2017), em *O que é: lugar de fala?*, comenta sobre as “realidades” que muitas vezes não são discutidas ou são maquiadas a fim de se tornarem invisíveis e passarem despercebidas, o caso dos altos índices de violência e assassinatos de mulheres. Informa-a de que precisamos “tirar essas pautas da invisibilidade e dar um olhar interseccional” (Ribeiro, 2017, p. 26). É preciso que “fujamos de análises simplistas” e “romper com essa tentação de universalidade que exclui” (Ribeiro, 2017, p. 26). Infelizmente, muito mais do que excluir, ela elimina, torna invisível, reforçando a necropolítica⁸ da seleção de quem deve morrer e de quem deve viver, seja na ausência de assistência médica ou na troca de tiros entre “bandidos” e policiais.

É por esse motivo que Rufino reivindica, como mulher e negra, em *Eu, mulher negra, resisto* e em outras obras publicadas, o direito de fala para o negro e para si. Por isso, ela diz: eu mulher negra resisto. Demarcando a primeira pessoal verbal. Em seus poemas, há uma luta pelo direito de viver para o sujeito negro, bem como para que deixe de ser uma triste estatística em nossa sociedade, isto é, índices negativos⁹.

Sendo assim, quando analisamos a imagem retirada do livro *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino, imagem essa que apresenta a boca feminina, a qual rompe com o silenciamento, a censura e todas as formas de violência cometidas contra a mulher, e que busca a liberdade de expressão, vemos a força da poética dessa poetisa. As imagens apresentadas nessa obra de Rufino fazem parte de um projeto poético, o qual dialoga com o silêncio e o apagamento, apresentando ainda uma ideia de luta e resistência.

⁸ O estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar”, e que funciona com apelo à “exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (Mbembe, 2018, p. 17).

⁹ Esses índices negativos estão relacionados aos assassinatos de negros e negras, aos números de presos negros nas prisões, ao número de mulheres mortas, de mães solteiras, aos piores salários, ao baixo índice de escolaridade, aos cargos na política, por exemplo.

Interessa acrescentar que o projeto ilustrativo da obra *Eu, mulher negra, resisto*, é de autoria de Beatriz Rota Rossi¹⁰. Nesse projeto da obra analisada, há uma interseção entre o poético e o visual, conforme podemos verificar na imagem abaixo:

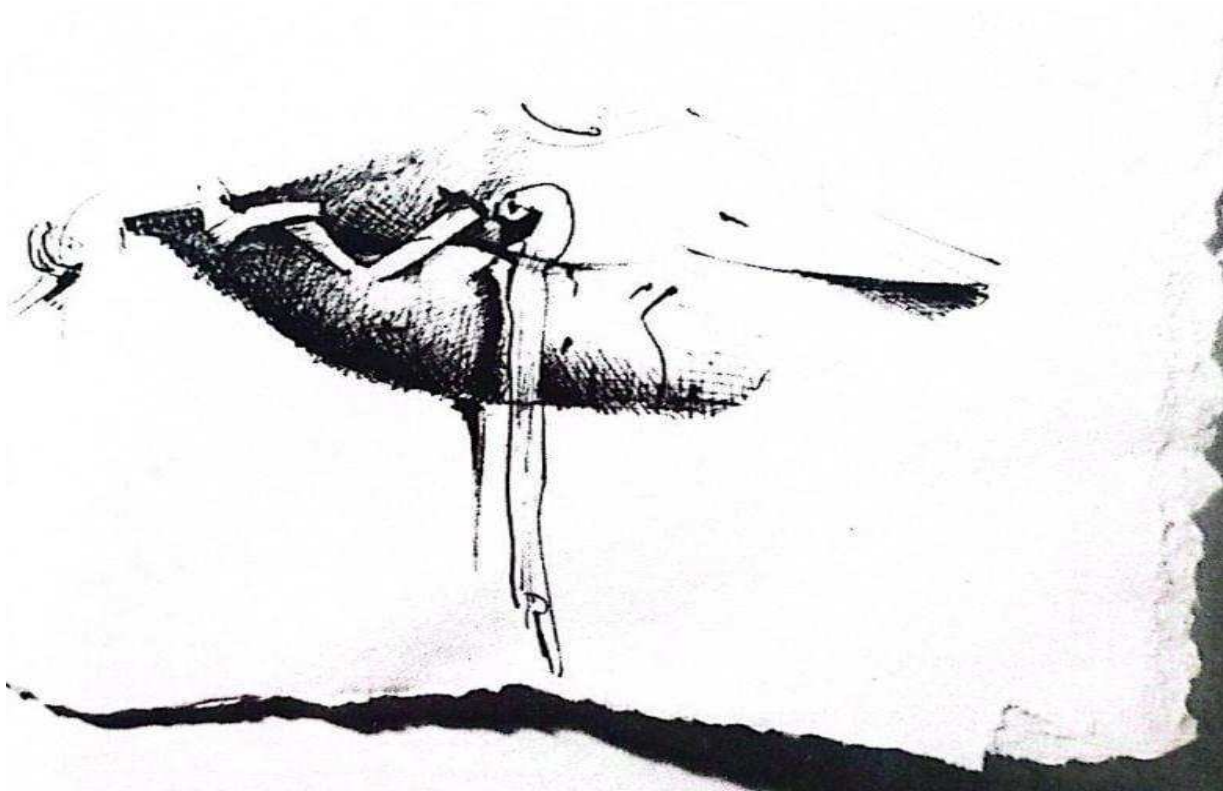


Figura 01: Imagem retirada de *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino (1988).

Um dado interessante diz respeito ao levantamento feito por Rufino (1997), no que se refere às barreiras que as mulheres negras enfrentam em nossa sociedade. Ela apresenta dados sobre a condição e acesso aos cursos, nível de escolaridade, violência, empregos e situação socioeconômica. Desse modo, Alzira Rufino, assim como Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus, escreve e transcreve a realidade.

Sendo assim, a literatura de autoria negra feminina é a apropriação da mulher negra aos artifícios de reivindicação do seu lugar de fala, em que se usa a voz na desconstrução da lei da submissão. Nesse sentido, Cuti (2010, p. 47) “esclarece que as vozes literárias negras e femininas, destituídas de submissão, assenhoram-se da escrita para forjar uma estética textual em que se (re)inventam a si e a outros que se contam nos mesmos repertórios e eventos histórico-culturais negros”.

¹⁰ Portenha, historiadora e professora aposentada.

Nesse sentido, a produção de Alzira Rufino é tanto questionadora e contundente quanto engajada e política, uma vez que ela se marca pelo discurso da fala do corpo negro. Nela, a autora busca demonstrar como os efeitos da escravidão e as marcas do colonialismo ainda se constituem como elemento de controle e dominação na sociedade atual, em que a mulher negra é uma vítima constante do racismo e de outras formas de violência, as quais são mascaradas por uma suposta democracia racial. Segundo a autora: “apesar dos ventos e chuvas fortes da discriminação, apesar da fria desigualdade de oportunidades vividas nesses anos, nossa força não pode ser apenas um discurso, temos pouco a comemorar e muito que fazer” (Rufino, 2019, p. 43).

Sobre isso, basta lembrar que, como ativista, Alzira Rufino (vide a imagem abaixo) integrou os movimentos negros e feministas no Brasil. Sua vida e obra são marcadas pela luta contra a discriminação racial e de gênero, bem como pela promoção da igualdade e dos direitos das mulheres negras.



Figura 02: Imagem retirada de *Eu, Alzira Rufino, resisto*, de Alzira Rufino (2019).

No decorrer de sua vida e trajetória intelectual, destacou-se como ativista e fundadora de várias instituições importantes que lutavam contra o preconceito e a discriminação. A respeito de sua vida, Rufino escreve:

No ano do meu nascimento, uma forte influência do Sol me faria correr atrás dos meus sonhos. Segundo cientista do Antigo Egito, o Sol é o meu astro regente e me proporcionaria dons ligados à generosidade. Eu seria dotada de alegria e otimismo em toda a minha vida e, em conformidade com a cultura africana, teria forças para persistir frente às dificuldades. Prognosticaram que enfrentaria sem medo os desafios a serem vencidos. Amores e amizades estavam reservados para minha vida futura. [...] Concluía-se nessa data a minha primeira ação de desobediência civil. Só não sabia que meu primeiro ato de rebeldia me levaria para a incubadora. Já nasci “causando” (Rufino, 2019, p. 11).

Rufino nasceu em 1949, na cidade de Santos, São Paulo, no dia 05 de julho. Ao nascer, foi levada para a incubadora, sendo, conforme é relatado em sua obra *Eu, Alzira Rufino, resisto* (2019), sua “primeira ação de desobediência civil”. Essa autora afirma que nasceu “pra causar” e que sua cor determinaria sua condição de existência: “lá vem mais uma preta sofredora” (Rufino, 2019, p. 13), além de contrariar o desejo de seu pai, “que esperava que fosse menino” (Rufino, 2019, p. 13).

Além dos marcadores de gênero e de raça, há, em sua obra, um terceiro marcador: a violência doméstica. Sendo oriunda de família humilde e moradora de cortiço, presenciou, desde muito cedo, um ambiente hostil e de violência doméstica; tais violências eram praticadas contra sua mãe e demais mulheres da sua vizinhança.

Ao aproximar Rufino e Carolina Maria de Jesus (2014, p. 07), de forma específica em *Diário de Bitita*, a violência nas favelas era uma realidade típica. Em um trecho desse livro, Carolina diz que: “a parentada era numerosa e desunida: os homens – os que sobreviviam – bebiam muita cachaça, não trabalhavam e batiam nas mulheres” (Jesus, 2014, p. 07), e estas por sua vez “davam duro pra sustentar marido e filhos” (Jesus, 2014, p. 07), além de viverem “sob o látigo da ofensa, dos maus-tratos, da humilhação, do preconceito racial e de gênero” (Jesus, 2014, p. 07). Ainda de acordo com Carolina Maria de Jesus, com um alto índice de analfabetismo, pouco se tinha de “civildade e cavalheirismo” em tais espaços, havendo brigas homéricas, pancadarias e prisões.

No contexto das favelas, a violência é algo estrutural, ocasionada por várias questões, dentre elas: a desigualdade socioeconômica, a falta de oportunidade e políticas públicas eficientes. Rufino nasce nesse contexto de violência e de pobreza, mas ela não se calou, pelo contrário, buscou transformar suas ausências em poesia e luta. Esse dado pode ser verificado no poema intitulado “Contra”,

Contra
Só pra contrariar

Eu sou negra diferente
 Pra muitos indecente
 Só pra contrariar
 Abra a porta e ache a chave
 Descubra num cacto gente
 Só pra contrariar
 Veja na flor murcha nascente
 Só pra contrariar
 Espere o brotar da semente
 Só pra contrariar
 (Rufino, 1988, p. 33).

A relação íntima com a escrita seria sua forma de resistência e de contrariedade ao sistema, abrindo, à força e/ou no braço, as portas, as brechas, a fim de não seguir o que lhe era destinado, isto é, manter a engrenagem da exclusão e de não ascender socialmente. Ela inicia a sua escrita literária ainda criança, precisamente aos sete anos de idade, quando, ao ganhar um diário, desperta o gosto pela leitura e escrita. Aos nove anos de idade, quando cursava o terceiro ano do Ensino Fundamental, ganha, em um concurso de redação da sua escola, o seu primeiro prêmio.

Sendo o preconceito e a discriminação temas de sua vida, pôde transformar suas lamúrias em temática de sua escrita literária. Uma prova disso, é quando ela conta que possuía uma amiguinha branca, mas que, quando a mãe da menina descobriu que Alzira era negra, imediatamente proíbe a filha de manter tal amizade. Olhemos o que diz Rufino: “só poderia voltar a brincar comigo se eu bebesse cândida para ficar branca”. E a escritora continua: “assim, como eu gostava tanto da minha amiguinha, segui seu conselho e fiquei em coma no hospital” (Rufino, 2019, p. 37).

Inúmeras são as narrativas que retratam essa realidade, como é o caso, por exemplo, de Geni Mariano Guimarães (2021), com sua obra *Leite de Peito: contos*. Essa autora, em uma narrativa memorialista e autobiográfica, fala de situações familiares e de experiências de violência, bem como de seus traumas e medos.

Sobre Geni Guimarães, escreve Santos (2024, p. 125, **negrito da autora**):

De modo semelhante e na tentativa de embranquecer, Geni Guimarães, contemporânea de Alzira Rufino e companheira de escrita, narrou em seu livro **Leite do Peito**, publicado em 1988, um episódio autobiográfico em que ela, quando criança, esfregou a sua perna com restos de tijolo para “tirar todo o negro da pele”. Essas histórias são semelhantes à de tantas outras crianças negras, porque, infelizmente, as pessoas negras experienciam o racismo desde muito cedo, passando a partir daí a ter que lidar com esse preconceito até o resto de suas vidas.

Para Michael Pollak (1992, p. 08), em *Memória e identidade social*, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. Como coloca Conceição Evaristo, devemos valorizar as memórias dos nossos ancestrais. Diz ela o seguinte: “já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todos os nossos ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavra e sangue” (Evaristo, 2015, p. 18).

As memórias de Evaristo são marcadas por traumas e sofrimentos. Ao recordar sua infância, uma infância que deveria ser doce e ingênua, ela mostra certa tristeza, como vemos em: “lembro-me de que muitas vezes, quando minha mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum.” Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento” (Evaristo, 2015, p. 16). Conforme ressalta Halbwachs (2006), essas memórias, embora não venham na íntegra, quando invocadas, trazem sentimentos ruins. Para Ricoeur (2007), a memória é distinta da imaginação e está relacionada a eventos anteriores, que pode advir de memórias coletivas ou individuais.

Aqui, é interessante falarmos das tentativas de embranquecimento existentes em nossa sociedade. Tal situação está diretamente relacionada ao preconceito, o qual é formado desde a infância, em que as crianças negras aprendem a não gostar de si mesmas, como é verificado na obra *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon (2008). Nessa obra, o autor conta a história de Mayotte, uma menina que, aos cinco anos de idade, pegou o tinteiro e jogou em cima da colega, na tentativa de transformar os brancos em negros. Assim, diz Fanon (2008, p. 56), percebendo que “não pode mais enegrecer o mundo, ela vai tentar embranquecê-lo no seu corpo e no seu pensamento”.

Diante disso, vemos que o racismo, o preconceito, a discriminação, a não aceitação por ser negro e a desvalorização do outro em detrimento de sua cor têm início já na infância. Seguindo essa lógica eurocêntrica, no imaginário infantil, a cor branca é culturalmente representada como imagem de beleza. Nesse pensamento, ser negro significa, dentre várias coisas, não possuir boa aparência, o que envolve ter o “cabelo ruim”. E é justamente por isso que muitas meninas passam pelo processo de alisamento do cabelo, na tentativa de apagamento de sua identidade negra.

Na concepção de Alzira Rufino, o apagamento da mulher negra, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista de gênero, é uma epidemia “que desconhece classes sociais” (Rufino, 2010, p. 28). Por esse motivo, participa, de forma

decisiva, na construção de uma agenda feminista que parte de uma política pluralista e multirracial, evocando a sociedade para um novo entendimento da mulher a respeito de si mesma, exigindo a reiteração de uma posição afirmativa em busca da criação de um novo discurso.

A respeito disso, Rufino argumenta o seguinte: “a nossa gente precisa se apropriar e colocar em prática a sua capacidade intelectual” (Rufino, 2010, p. 18). De acordo com a autora, há “pessoas que se dizem intelectuais, mas ainda possuem introjetados no inconsciente coletivo a ideia de que mulher negra não reflete e não sabe escrever” (Rufino, 2010, p. 18). Rufino fica muito incomodada e irritada com o fato de existirem mulheres negras no meio da comunicação, mas elas não fortalecem a causa da mulher negra, suas lutas e reivindicações (Rufino, 2010).

Rufino teve uma infância traumática e repleta de dificuldades. Aos 13 anos, presenciou uma cena muito forte, quando a sua mãe descobriu que seu irmão era homossexual. Informa ela: “o coitado apanhou tanto, ficou marcado que teve febre” (Rufino, 2019, p. 43). Além das dificuldades existentes no cortiço em que vivia, o qual se tornou um marco em sua existência, a escola ainda reforçava esse apartheid. Rufino diz que não poderia se misturar com as meninas ricas, havendo um enorme corredor que as separava (Rufino, 2019).

Dentre as suas funções, interessa dizermos que Rufino, em um determinado período de sua vida, atuou como auxiliar de cozinha, bem como faxineira no Hospital Irmandade da Santa Casa de Santos. Depois disso, graduou-se em Enfermagem. Anos mais tarde, Rufino engaja-se em movimentos políticos e sociais, passando a organizar palestras e corais infantis. Ela foi a responsável por criar o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, em 1985; coordenar a Rede Feminista Latino-Americana e Caribe contra a Violência Doméstica, Sexual e Racial; além de ser responsável pela criação de leis a favor dos direitos das mulheres.

Somado a isso, Rufino escreveu artigos para o Jornal de Santos, bem como artigos internacionais. Ela foi ganhadora de inúmeros prêmios e indicada ao Prêmio Nobel da Paz,

O nome da santista e escritora negra já figurou entre os 52 brasileiros indicados ao Prêmio Nobel da Paz no ano 2005. É uma das mulheres negras mais premiadas do Brasil, tendo títulos que vão desde troféus a diplomas ofertados pelos diversos segmentos da sociedade, recebendo importantes homenagens, como em 1991, o prêmio “Mulher do Ano – 1990”, no Rio de Janeiro e outro pelo Poder Legislativo Municipal de Santos – SP e da cidade de Cubatão, só para especificar algumas dessas homenagens atribuídas a

esta escritora (De Sousa, 2020, p. 15).

Essa literata santista se destacou, sobretudo, pela luta negra. Não obstante tudo o que fez, ela fundou, em 1990, a Casa de Cultura da Mulher Negra, que oferecia atendimento jurídico e psicológico para a mulher negra. Sem falar que escreveu diversos poemas, com publicações nos Cadernos Negros, recebendo vários prêmios em concursos de poesia. Além do gênero poesia, ela também escreveu prosa, como contos, ensaios e cartilhas que contemplam temas como violência, discriminação, preconceito, mulher, negro, além da cultura afro-brasileira, o que envolve seus deuses, sua religião e os seus heróis negros.

Em se tratando ainda da vida e atuação política e social de Rufino, Santos (2024, p. 128) ressalta o seguinte:

Alzira Rufino recebeu muitas honrarias, como o título de Cidadã Emérita da cidade de Santos (1992). O Prêmio do Conselho Nacional da Mulher Brasileira (2003), Troféu África – Brasil, indicada por organizações brasileiras para integrar a delegação não governamental para a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena (2003), Título de Cidadã paulistana (2005), Medalha Ruth Cardoso (2014), Troféu Zumbi dos Palmares (2016), Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e Étnica (Copire) da Prefeitura de Santos (2015), Troféu Dandara, do Conselho da Comunidade Negra de Santos (2017). Recebeu a medalha de mérito da Câmara Federal pelos relevantes serviços prestados ao Legislativo Federal e ao Brasil. Alzira Rufino é mencionada no livro Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX, de Nei Lopes (2024).

Os prêmios e honrarias cedidos à Alzira Rufino devem-se, além da qualidade de seus escritos, à luta contra o racismo, o sexismo e a violência. Por meio de seus trabalhos literários e políticos, entendemos o processo de exclusão e machismo presentes em nossa sociedade, os quais colocam a mulher como objeto, sendo desumanizada e obrigada a assumir papéis de subserviência. Vemos, com Rufino, que devemos dar maior visibilidade aos escritos sobre os sujeitos negros, que falam acerca de suas tradições e memórias, as quais foram apagadas da história oficial.

A escrita de Rufino não é, portanto, a explicação da condição da mulher negra, das dificuldades, dos problemas existenciais, mas a sua experiência revelada, que se manifesta na poesia, na radicalização da fala contra a dominação e suas várias facetas discriminatórias. Nesse contexto, a resistência contra a dominação exercida pelos colonizadores é o caminho para a recuperação da subjetividade e da identidade dos povos oprimidos. Não somente Rufino, mas um grupo de mulheres visam divulgar

uma escrita em que os negros são partícipes do processo e da luta “dos obstinados” que “num país onde o racismo predomina nas rodas sociais e nas instituições de ensino, o negro precisa revelar dia a dia, tarefa a tarefa, sua condição de ser humano capaz” (Figueiredo, 2020, p. 12).

Nessa busca de afirmação e reafirmação na publicação dessas produções escritas por negros e, principalmente, negras, Alzira Rufino tem uma vasta contribuição, como mostra a imagem abaixo:



Figura 03: Imagem retirada de *Eu, Alzira Rufino, resisto*, de Alzira Rufino (2019).

Quanto às suas publicações, em 1995, Rufino publica a antologia literária bilíngue *Contemporary Black Brazilian Women Writers*, organizada por Mirian Alves e Carolyn R. Durhan. Publicou durante dois anos (1996 e 1998) nos Cadernos Negros. Sua primeira obra foi publicada em 1988, *Eu, mulher negra, resisto*, livro que traz uma coletânea de poemas; posteriormente, publicou *Muriquinho Piquenininho* (1989), uma

obra infantojuvenil em forma de conto que narra a história de um menino que é sequestrado na África e todo o sofrimento nessa travessia. Mais tarde, publica o conto “*Qual o quê*” (2006); em 2007, o romance *A mulata do sapato lilás*, além de minicontos e crônicas nos editoriais da revista *Eparrei*. Suas obras são publicações¹¹ próprias, pois Rufino não aceitava que as editoras mudassem suas colocações ou intervissem em seus textos. Com exceção das duas últimas obras, *Bolsa poética* (2010), publicada pela editora Demar; e *Eu, Alzira Rufino, resisto* (2019), publicada pela editora Futurama, sendo esta uma autobiografia.

Quando apontamos as contribuições da escrita de Rufino, a apresentamos como uma escrita coletiva, que por vezes é marginalizada e invisibilizada, mas que deu novos ares à escrita feminegra¹², partindo de uma escrita que mostra um novo discurso, que abala os cânones e traz um novo olhar a cerca do sujeito negro, dando autonomia para aqueles socialmente excluídos e permitindo discussões sobre os mecanismos de opressão presentes em nossa sociedade.

Segundo escreve Dulcilei da Conceição Lima (2011), em sua dissertação intitulada *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do Feminismo Negro*, muitas foram as lutas para organizar a escrita negra. As mulheres negras tiveram de travar muitas batalhas para conseguirem publicar seus escritos. Entretanto, “apesar dessa limitação, várias escritoras publicaram seus trabalhos, em sua maioria marcados pela experiência de ser mulher e negra na sociedade brasileira” (Lima, 2011, p. 75), as quais buscavam discutir “tanto questões íntimas, cotidianas quanto questões sócio-históricas e da cultura afro-brasileira, sob a ótica do feminino”.

Para que as produções feminegras fossem reveladas e transformadas em vozes, foi necessário todo um processo, processo esse que ainda está a passos lentos, posto que precisamos, até o presente, levantar muitas bandeiras, erguer nossas vozes, buscar nossa vez, resistir. Mais do que transformar as memórias, os traumas e as lembranças em escrevivência¹³, precisamos dar voz para essas

¹¹ Há uma oposição bem marcada entre os pequenos editores que, em sua maioria, agem como descobridores, investindo sua competência cultural e linguística na busca por obras de vanguarda escritas em línguas raras e periféricas, e as grandes editoras comerciais que, pilotadas por scouts ou agentes atentos a toda e qualquer informação comercialmente útil, publicam best-sellers internacionais, mais frequentemente anglo-saxões, adquiridos por somas expressivas, em uma compra por adiantamento, com base mais na reputação comercial (atestada pelas cifras das vendas obtidas) do que no conteúdo. (BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p198/37845> Acesso: 05 de junho de 2025.

¹² Termo usado para se referir à produção literária de autoria feminina.

¹³ Escrevivência é um termo cunhado por Conceição Evaristo.

mulheres que ressoaram e ressoam na literatura de autoria negra.

Poeta e escritora, Alzira Rufino é considerada uma das nossas principais expoentes contra o racismo e a favor da autoestima e valorização do povo negro brasileiro. A autora, em suas obras, trata da valorização das religiões afro-brasileiras, bem como do engajamento na constante luta contra a opressão, discriminação e preconceito no tocante à figura negra feminina neste país.

1.2 Vozes ressonantes na poética rufiniana

Em sua poética, Rufino apresenta uma luta histórica, na qual há um engajamento em defesa dos direitos dos negros. Grosso modo, Rufino busca a consciência, a militância e, principalmente, a resistência e valorização da cultura negra. Além disso, temos também, em sua escrita, sinais de uma formação identitária que pode ser traduzida no “ser negro manifesta-se integralmente em seu devir poético, sendo um dos grandes motes de sua produção” (De Sousa, 2020, p. 98).

Partindo desse ponto, apontamos as vozes, o que elas falam, representam e como se comportam na poética rufiniana. Nela, vemos que o corpo negro sempre falou, sempre ecoou sons de resistência e vozes ressoantes, embora suas vozes e falas fossem silenciadas de todas as formas possíveis.

Nesse sentido, Beatriz Nascimento ressalta que “o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política” (Nascimento, 2021, p. 166-167), sendo um espaço de lutas, glórias, conquistas e memórias, possuindo um “fascínio de heroicidade de um povo regularmente apresentado como dócil e subserviente” (Nascimento, 2021, p. 166-167), o que muitas vezes serviu e serve para justificar e reforçar “o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente às desigualdades sociais a que está submetida” (Nascimento, 2021, p. 166-167).

Dentro dessa forma de resistência e luta, promovendo uma significação e reflexão numa ressonância poética da própria essência do ser negro e ser mulher, sendo aflorado a transcender e evocar discussões e sentimentos que se conectam com esse corpo que fala por meio da manutenção de sua identidade, na representação da história e organização social. E isso pode ser verificado no poema “Eu sou crioula”, de Alzira Rufino:

Eu sou crioula decente
 não sou vil
 estou nas cordas
 em equilíbrio
 de um Brasil
 a minha cor apavora
 Essa raça agride ouvi dizer
 não é nos dentes do negro
 é na arte do negro
 de viver
 melhor dizendo
 sobreviver
 com essa coisa que arrasta
 o tronco que tentam esconder
 mas esses troncos existem
 no conviver
 o tronco que tentam esconder
 mas esses troncos existem no conviver
 os troncos estão nas favelas
 vejo troncos nas vielas
 nas moradias fedidas
 nas peles sem esperança
 nas enxurradas de não
 nas moradias fedidas
 nas peles sem esperança
 nas enxurradas de não
 no jogo das damas e reis
 eu me perdi
 nas rotas dos estiletes
 nas celas e nos engodos
 negros carretel de rolo
 querem fazer um mundo marginal (Rufino, 1988, p. 16).

A poesia de Rufino questiona os padrões estabelecidos e os estereótipos atrelados às mulheres negras, a forma como elas são mencionadas nos textos oficiais, mostrando que os estereótipos determinados pela sociedade não correspondem à vida das mulheres negras. Desse modo, ela reconstrói novos padrões ao questionar os cânones literários.

Além de dar traços humanos às personagens negras, buscando mostrar muito além de corpos violentados e marcados pelo racismo, a escrivência mostra os processos psicológicos e os sofrimentos das mulheres negras na sociedade. Alzira Rufino, por exemplo, reafirma sua cor, dizendo o seguinte: “Eu sou crioula decente / não sou vil / estou nas cordas” (Rufino, 1988, p. 16). Essa autora questiona o olhar da sociedade sobre seu caráter, afirmando que tem dignidade e valor, que merece ser ouvida e ter direitos.

No poema “Eu sou crioula”, é anunciado que “a cor negra apavora”, provoca sentimento de medo. O eu lírico ressalta que a “raça agride”, e essa agressão ocorre simplesmente pela arte de viver do negro, ou melhor, sobreviver. Como retaliação, ao negro nada ou quase nada é dado, vivendo em condições insalubres e recebendo uma enxurrada de não. Nas palavras do eu lírico, os troncos nunca deixaram de existir em nosso país. Eles estão expostos nas favelas e vielas, nas moradias fedidas.

Mesmo depois da abolição da escravidão, os negros ainda são açoiados, faltam políticas públicas que lhes assegurem, não contam com moradias dignas, saneamento básico, saúde e educação de qualidade. O eu poético de “Eu sou crioula” fala de “peles sem esperanças”. Como é possível ter esperança diante de tanto sofrimento e descaso? Falta tudo, as “damas e reis” ditam as regras, e o povo negro, os peões manobráveis, já nascem marcados, predestinados para o sofrimento. Eles serão os perdedores, “nas rotas”, serão feridos, nas celas, serão os rendidos, formando “engodos”, muitas vezes sem defesa, tornando-se um “carretel de rolo”.

Rufino questiona também a imagética da mulher negra difundida no Brasil Colonial e construída historicamente até os dias de hoje, trazendo temas antigos que permanecem atuais. Ela enuncia o racismo e quebra o silêncio vivido pelo povo negro durante séculos. Com isso, faz com que esse sujeito se orgulhe de quem ele é e construa uma nova história. Para tanto, uma literatura que relata as violências e discriminações assume um papel transformador, ela é, portanto, um meio de denúncia. No caso específico de Alzira, sua poesia denuncia os abusos sofridos pelas mulheres negras e traz à tona verdades necessárias e reflexões acerca do assunto.

Conforme já dissemos em passagens anteriores, as mulheres negras vivem diariamente expostas a muitos tipos de violência. Suas características físicas são motivos de vergonha e, na tentativa de mascarar as marcas de sua cor, tentam se adaptar ao que a sociedade dita como modelo de perfeição a ser seguido, isto é, o modelo eurocêntrico, que considera as características das pessoas brancas como superiores.

De acordo com Rufino (2019), as mulheres negras têm a missão diária de “sobreviver”, posto que as marcas da escravidão ainda permanecem e são latentes nos seus cotidianos. Todavia, a sociedade tenta mascarar o racismo velado que acontece diariamente, sendo, desse modo, uma espécie de tronco simbólico.

Diante disso, notamos que a escrita de si reafirma o papel da mulher negra na sociedade brasileira. Ao escrever sobre suas vivências e desejos, Rufino tira da

invisibilidade a cultura, a religião, as violências e barreiras sofridas em casa e no trabalho pelas mulheres negras. Contudo, essa autora mostra o sofrimento das mulheres na pós-abolição, sendo excluídas integralmente dessa sociedade que estava se formando, relegadas às favelas, às ruas e às piores condições de vida.

Escrever é um ato de liberdade, e a escrita sobre si é um eco de vozes, ela torna audível o grito preso. Sendo assim, Conceição Evaristo (2018), em *Becos da memória*, não somente valoriza a escrita, mas também a oralidade, transformando-a em escrita. Segundo ela, na escrita de si, busca-se e valoriza-se uma “primeira narração, a que veio antes da escrita”, ou seja, há uma apreciação da busca pela “voz, a fala de quem conta, para se misturar” (Evaristo, 2018, p. 15) à sua voz.

A escrevivência é caracterizada como uma escrita plural, que traduz um pensamento coletivo, conforme é colocado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes (2020, p. 30), em *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.

Dessa maneira, a escrevivência dá para as mulheres o protagonismo de sua escrita, sendo elas personagens fortes. Nas poesias, há uma denúncia contra o racismo estrutural¹⁴ que permeia a sociedade brasileira, caindo por terra o mito da democracia racial¹⁵, o qual tenta mascarar toda a discriminação sofrida pelas mulheres negras. Segundo argumenta Sílvia Almeida, em *Racismo estrutural* (2019, p. 15):

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. [...] Em suma, procuramos demonstrar [...] que as

¹⁴ Conjunto de ações e hábitos que visam promover ou valorizar o racismo.

¹⁵ Esse conceito nega a existência do racismo no Brasil. Segundo ele, vivemos numa democracia racial, na qual todos possuem as mesmas oportunidades, independente de sua cor.

expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.

Assim sendo, vemos que o racismo está imbricado nas estruturas deste país. Ele é reforçado pelo processo histórico, social e econômico, manifestando-se em práticas que se traduzem na economia, nas políticas e em muitas outras instâncias, tornando-se uma “manifestação normal na sociedade” (Almeida, 2019, p. 15), bem como ajudando na “reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social” (Almeida, 2019, p. 15). É por esses e outros motivos que precisamos desconstruir esse tipo de relação, temos de denunciar e não normalizar o racismo. Devemos ser críticos ao ponto de reconstruir uma sociedade pautada em pressupostos antirracistas e contribuidores para a formação de uma identidade negra.

Nesse sentido, Zilá Bernd (1988, p. 11) fala da importância da valorização da produção negra, a qual auxilia na construção da nossa identidade. Conforme escreve a autora, ela auxilia “no próprio processo discursivo da sua indagação” (Bernd, 1988, p. 11), em que se “(re)conhece o sentido de uma diferença” Bernd (1988, p. 11), havendo, portanto, uma luta para desmitificação. Para Bernd (1988), ao fazermos isso, mostraremos os caminhos percorridos pelos escritores negros a fim de desconstruírem “a imagem negativa construída pelo branco” (Bernd, 1988, p. 11).

Considerando ainda o que Bernd (1988) afirma, ao valorizarmos a produção literária de autoria negra, podemos construir nossos argumentos sob uma perspectiva que problematiza a condição das mulheres negras na sociedade, buscando desconstruir os discursos oficiais e, portanto, estereotipados sobre suas existências.

Aqui, interessa mostrarmos o que Regina Dalcastagnè (2008), em *Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*, comenta sobre a literatura contemporânea, para a qual ela é reflexo das ausências de um passado e que traz expresso características históricas de nossa sociedade:

É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens – uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores. Isto sugere uma outra ausência, desta vez temática, em nossa literatura: o racismo. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da “democracia racial” elimina tais questões dos discursos

públicos, incluindo aí o do romance (Dalcastagnè, 2008, p. 204).

Conforme expõe Dalcastagnè (2008), existe, tanto na sociedade quanto na literatura, um afastamento da população negra dos espaços de poder e de produção de discurso. De acordo com o levantamento feito pela pesquisadora, poucos são os autores e personagens negros em nossa literatura. Somado a isso, há também o apagamento da temática racismo, o que revela por si só no mito da democracia racial.

Ora, ao inserirem personagens negras nas narrativas, bem como tratarem de suas histórias, os escritores (escritoras) asseguram que a sociedade conheça os problemas enfrentados por esse povo, além, é claro, de conhecerem suas belezas e encantos. No caso das mulheres negras, haverá uma modificação no modo como são percebidas, antes vistas somente sob o prisma dos homens brancos, os quais as descreviam como objeto sexualizado e passível de submissão.

Dalcastagnè (2008) apresenta uma pesquisa que evidencia o modo como os negros estão inseridos no meio literário, seja na condição de autor, personagem e mesmo temática. No excerto abaixo, vejamos os resultados do levantamento feito por ela no que diz respeito aos percentuais de personagens no romance brasileiro:

A personagem do romance brasileiro contemporâneo é branca. Os brancos somam 79,8% das personagens, contra apenas 7,9% de negros e 6,1% de mestiços – os restantes incluem indígenas, orientais e personagens sem indícios de cor ou não humanas. Em 56,6% dos romances, não há nenhuma personagem não-branca. Em apenas 1,6%, não há nenhuma personagem branca. E dois livros, sozinhos, respondem por mais de 20% das personagens negras. Apenas como base de comparação, é possível notar que o censo de 2000 realizado pelo IBGE – que é, muitas vezes, acusado de “embranquecer” a população, pela forma como coleta os dados sobre raça e cor – aponta 54% de “brancos”, 6% de “pretos” e 39% de “pardos”, além de uma pequena parcela de indígenas, de “amarelos” e sem declaração. Já em relação ao romance produzido no período 1965-1979, objeto de uma pesquisa similar cujos dados ainda estão sendo trabalhados, observa-se a ampliação da predominância das personagens brancas (eram 76% no período mais antigo), mas também um ligeiro aumento das negras (eram 6,3%, passam a 7,9%), com o recuo das mestiças (de 10,4% para 6,1%). A interpretação dos dados ainda precisa ser feita, mas talvez se possa ver aí um indício do enfraquecimento da ideologia da mestiçagem no Brasil. (Dalcastagnè, 2008, p. 206).

Contudo, notamos que as novas narrativas promovem um deslocamento do sujeito negro, que antes era passivo e assistia à elite branca letrada falar da vida dos negros nos livros de literatura e de história. Essas narrativas feitas por esses letrados eram superficiais e descontextualizadas. No caso das mulheres, o colonizador fixou

seu olhar a partir de seus anseios e desejos, vendo-as apenas como objeto sexual.

As mulheres, desde sempre, ocuparam posições marginais na sociedade. Por séculos, suas vozes foram silenciadas. Entretanto, para as mulheres negras, esse emudecimento foi contínuo e cruel, fazendo delas coisas ou objetos, representadas apenas como corpos criados para o trabalho ou atividade sexual, o que ainda acontece na atualidade. No entanto, o movimento de mulheres negras produzindo poesia e outros gêneros literários com eu líricos e personagens negras dão outro direcionamento para a literatura. Nesse tipo de escrita, a mulher é “o agente e o sujeito da ação”, ela “assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade” (Duarte; Nunes, 2000, p. 38).

Entretanto, interessa dizermos que não é de hoje que as mulheres negras escrevem, como Noemia de Sousa¹⁶, Toni Morrison¹⁷, dentre outras. No que se refere à literatura e à poética afro-brasileira feita por mulheres negras, é preciso destacar que as concepções que essas mulheres têm de si mesmas são de suprema importância para as significações de suas subjetividades, as quais se apresentam como espaços de fala na sociedade intelectual brasileira.

O povo negro carrega no corpo as marcas da escravidão. Não bastassem as violências cometidas a eles, sofrem ainda com a privação de direitos básicos, como a falta de alimentação e moradia de qualidade. Os espaços ocupados por esses povos são, na maioria dos casos, as “favelas” e periferias, as quais não possuem saneamento básico e tampouco condições adequadas de moradia.

Segundo informa Carolina Maria de Jesus (2014), em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a “favela é um ambiente propenso para a violência, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil à pátria e ao país” (Jesus, 2014, p. 14). Para ela, a favela é o quintal, lugar onde as pessoas despejam o lixo, sendo, desse modo, “o quarto de despejo”. Nas palavras da escritora, na favela, respira-se “o odor dos excrementos que mescla com o barro podre” (Jesus, 2014, 35). Enquanto que, na cidade, tem a impressão de que está “na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim” (Jesus, 2014, p. 35).

¹⁶ Carolina Noémia Abranches de Sousa escritora poética, em seus escritos privilegia a voz feminina e negra, apresentando os problemas sociais de Moçambique.

¹⁷ Escritora, editora e professora, em seus romances apresenta que negra seja protagonista, discute também direitos igualitários às mulheres.

Em contraposição a esse espaço, na favela, informa ela, pensa que é “um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus, 2014, p. 35).

Sendo assim, a poesia que antes apresentada sob o ponto de vista etnocêntrico, que tinha como parâmetro a cultura branca e elitista. Entretanto, a poesia produzida nos dias atuais revela os conflitos físicos e psicológicos vivenciados pelas mulheres negras silenciadas no período colonial e atual. Dessa forma, a escrita da mulher negra revela seu lugar de fala, suas vivências e experiências, isto é, as lutas que enfrentam diariamente. Ao escreverem, as mulheres negras abrem caminhos para outras mulheres, as quais podem ser as protagonistas de suas próprias histórias.

De acordo com Munanga e Gomes, em *O negro no Brasil de hoje* (2006, p. 44), “a identidade consiste em assumir plenamente com orgulho a condição do negro, em dizer de cabeça erguida: sou negro”. Desse modo, é de cabeça erguida que Alzira Rufino diz ser uma mulher negra e escritora, sem preconceito e militante da causa preta. Construindo, portanto, em sua literatura, um sujeito negro que tem orgulho de quem ele é e de suas origens. Assim, compreendemos, por meio da poesia de Rufino, o papel da literatura no que toca às lutas dos negros e às conquistas de gênero e de raça.

Rufino, em sua poesia, denuncia a marginalização e as violências sofridas pelos negros. Ela fala sobre como a população negra é tratada pela polícia na atualidade, denunciando a omissão do Estado para com as agruras do negro. Vejamos os versos a seguir:

rota
depois da morte
um negro morto
sem mandato
modismo brasileiro
tapas no rosto
revólver na boca
episódio na noite
ontem (Rufino, 1988, p. 30).

Nos versos acima, percebemos como o eu lírico retrata a realidade diária dos negros na sociedade brasileira, principalmente nas favelas, onde os direitos não funcionam para todos. Esse poema nos revela o lado obscuro do Estado, que se omite diante da violência sofrida pela população negra. O “ontem” mencionado pelo eu lírico quer dizer os vários assassinatos de negros cometidos por policiais, vítimas da

violência que não têm suas histórias conhecidas e que acabam se tornando apenas números nos registros policiais, isto é, crimes impunes sem qualquer investigação.

A respeito da condição do negro na sociedade, Mbembe (2018) ressalta o seguinte:

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perdas de direitos sobre o seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade). Enquanto estrutura político-jurídica, a *plantation* é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor (Mbembe, 2018, p. 27).

A literatura de autoria negra busca, através de seus textos, resgatar a história do povo negro, mostrando os seus sofrimentos diários, os quais são vivenciados desde o período colonial. Desse modo, ela é, além da desmistificação do estereótipo negro, uma escrita que cobra os direitos da mulher negra na sociedade brasileira.

Para tanto, falar de sujeito negro, segundo argumenta Bhabha (1996), significa falar da constituição desses sujeitos culturais e híbridos. Algo feito por Rufino em sua poesia, quando trata da identidade e da representação da mulher negra na sociedade. Outrossim, nessa mesma ótica, para Otávio Paz, em *O arco e a lira* (2012, p. 56), “a palavra é o próprio homem. Somos feitos de palavras. Elas são nossa única realidade ou, pelo menos, o único testemunho de nossa realidade.”

Rufino (1988), na obra *Eu, mulher negra, resisto*, apresenta palavras que dão ao povo negro características humanas e significação numa sociedade excludente e que camufla o preconceito racial. A autora, além de promover a ressignificação para esses sujeitos, mostra também sua indignação no que toca à falta de representação. Além do mais, ela elabora estratégias de reversão à condição de fragilidade da mulher negra, desfazendo, assim, estereótipos preestabelecidos e lugares criados para os negros e negras. Como já dissemos antes, a história das mulheres, sobretudo das negras, perpassa por várias situações de violência, negação de direitos e preconceitos velados ou não. Essas mulheres foram submetidas a um longo processo de exploração e opressão, relegadas à condição de inferioridade e irracionalidade.

Nesse sentido, conforme diz a escritora Conceição Evaristo (2024, p. 52), corroborando com o nosso estudo sobre Alzira Rufino: “a representação literária da mulher negra ainda está ancorada nas imagens de seu passado” escravista. Passado esse que criou a concepção do seu corpo como veículo de procriação e corpo-objeto

de prazer masculino, o que determinou estereótipos subalternos desde o período da literatura colonial (Evaristo, 2024). Ainda de acordo com essa autora:

[...] as escritoras negras têm urgência em inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira (Evaristo, 2024, p. 53).

Entretanto, as escritoras negras têm muito que falar, e falar por si mesmas. Nesse caso, o corpo deixa de ser objeto, passando a assumir o lugar de sujeito que escreve, descrever e narrar suas dores e experiências vividas na sociedade.

Cuti (2010) informa que a escrita negra e feminina busca, além da desmistificação do estereótipo negro, uma escrita de ressignificação da identidade da mulher e do representar-se negra. E é justamente isso o que faz Alzira Rufino, exercer o poder da palavra escrita, entendendo que o comprometimento com a construção e estabelecimento da identidade e da representação do negro só poderá ser alcançado quando essas mulheres se rebelarem contra as forças opressoras vigentes em nossa sociedade. A autora, dessa forma, rasga o véu do silêncio, falando para seus iguais e, sobretudo, dando voz para eles.

Rufino serve, para tanto, como porta-voz dos anseios da comunidade negra, a qual teve sua fala silenciada pelo colonizador. Ela mostra o seu comprometimento com a representação do negro/negra nos diversos espaços de fala. Sendo assim, aqui, cabe citarmos o que ressalta bell hooks (2019), para a qual o silêncio do oprimido, que pode ser uma dor, quando falado, exposto, de alguma forma, significa um gesto de cura. Nesse sentido, Cida Bento, em *O pacto da branquitude* (2022, p. 24), nos convoca a “fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares”. E esse “fazer falar o silêncio” se traduz nas lutas para se fazer ouvir o negro e/ou buscar espaços na sociedade.

Quando Rufino realiza, em sua poesia, questionamentos sobre a condição do sujeito negro na sociedade, ela também serve como resposta de autoafirmação, posto que seja mulher e negra. De maneira geral, é na resistência que Alzira Rufino encontra significação para a sua literatura. Reconhecendo-se, portanto, como resistente, a autora cria estratégias de enfrentamento contra as ideologias imperialistas.

Em *Eu, mulher negra, resisto*, obra objeto deste estudo, Rufino expressa sua concepção de raça, classe, gênero e sexualidade. E, conseqüentemente, proporciona a análise da identidade e da representação do sujeito negro feminino. Sobre essa autora, Gonzalez (1988, p. 67) afirma: “a poeta tem uma singular inquietude capaz de operar, por meio da arte, o enfrentamento ao racismo, ao sexismo e ao patriarcalismo”. Nessa perspectiva, a escritora santista utiliza a literatura como instrumento de significação da mulher preta, bem como nos faz pensar sobre as políticas excludentes presentes em nossa sociedade.

Segundo bell hooks (2019), *Erguer a voz*, “esse ato de fala, de erguer a voz, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (hooks, 2019, p. 39). Ainda conforme ela escreve, “a apropriação da voz marginal ameaça a essência da autodeterminação e da livre expressão de si de pessoas exploradas e oprimidas” (hooks, 2019, p. 49).

De acordo com Collins (2002, p. 32), falar sob o ponto de vista das mulheres é uma premissa importante na ótica do feminismo negro. No caso específico da poesia de Alzira Rufino, interessa dizermos que ela é toda permeada pela construção feminista na busca de apropriação da identidade, incorporada à representação como elemento de poder. Para hooks (2019, p. 227), “não há lugar fora do poder”. Decerto por isso, para Hall (2000, p. 16), a identidade é “um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto”.

A luta das mulheres negras durante a história mostra que, desde muito tempo, elas vêm lutando para obter um lugar de respeito e de igualdade de direitos em nossa sociedade, bem como produzindo discursos contra a hegemonia masculina vigente (Ribeiro, 2017, p. 21). Nesse sentido, segundo as palavras de Eduardo de Assis Duarte (2009), o qual escreveu *Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade*, “a escrita da mulher negra é construtora de pontes, a palavra é por ela utilizada como ferramenta estética e de fruição, de autoconhecimento e de alavanca do mundo” (Duarte, 2009, p. 88). Assim, mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistência (Ribeiro, 2017).

Para tanto, na tentativa de demarcar para as mulheres negras esses espaços de fala e representação, Alzira Rufino propõe recuperar espaços de vozes silenciadas por meio de um feminismo identitário, no qual a mulher negra questiona o porquê de seus medos, de sua mudez e de sua subalternidade. Dessa maneira, a autora assume

uma escrita e uma identidade consciente de suas origens e de seu passado histórico. Nessa obra específica, isto é, *Eu, mulher negra, resisto*, Rufino assenhora-se de seus valores e de sua subjetividade.

Para Gonzalez e Hasenbalg (1988, p. 11), “os versos de Alzira Rufino parecem ter a estranha capacidade de nos transportar para onde eles estão, ou para onde ela estava no momento em que os gerou”. Com posicionamento semelhante, bell hooks (2019) acrescenta:

Que possamos, enquanto mulheres negras brasileiras, falar e erguer nossas vozes contra a opressão e exclusão machista, contra o patriarcado e contra todas as formas de opressão e exclusão racista da supremacia branca. Que possamos juntas a partir da palavra, a partir das vozes de nossas ancestrais revolucionar nossos mundos, pois a palavra é força e resistência. Ergamos nossas vozes (hooks, 2019, p. 164).

Assim sendo, percebemos que Alzira Rufino apresenta, na sua linguagem poética, a significação de sua luta, em que busca reescrever e recuperar o espaço de representação da mulher negra, para que, dessa maneira, ela possa, através da fala e da palavra escrita, afirmar sua identidade e ocupar o seu espaço de representação, tanto no âmbito literário quanto nos âmbitos social, político e econômico.

2. ESSE CORPO NEGRO QUE É SILENCIADO

Não obstante, o corpo é histórico, é memorável, é movimento, é continuidade, é guerreiro que resiste ao tempo, ao espaço e ao preconceito, em que é discutido como um corpo feminegro atravessado pela ideia de resistência. Um corpo que reflete o passado e que se transfigura no presente, evidenciando, portanto, o racismo estrutural em nossa sociedade, numa ideia de manutenção do poder do branco para com o negro. Mas, em oposição, esse corpo se move, sente dores, possui argumentos, ideias de organização, princípios de liberdade, tem atitude, é rebelde de sua situação e não se deixa calar, silenciar. Pois, ele luta, sobrevive e se faz como existencia e reexistência. Logo, é ele em si um corporal que se tece e se representa na escrita. Sendo, pois, nesse sentido que exploramos a escrita poética de Alzira Rufino.

No decorrer deste trabalho, serão discutidos os diferentes modos de tratamento para com o corpo negro, o qual assume e perpassa por diferentes espaços. Partindo

disso, objetivamos, neste capítulo, falar sobre as condições sócio-culturais e econômicas, como outrora, fora tratados os corpos negros. Diante dessas condições houve um apagamento social e de gênero, corpo esse usado para o trabalho, um corpo sem direitos, sem descanso e tampouco liberdade, tomado como um artefato, um corpo a serviço do lucro e que é tratado com violência. Contudo, tais formas de tratamento não fere somente o corpo, mas também à alma, à integridade e à dignidade desses sujeitos. Tais indivíduos aventura-se na representação poética do corpo negro, que é objetificado, usado como gerador de força, mas que não possui o direito de ser livre.

2.1 Poéticas do corpo em Rufino, atravessamentos patriarcais: raça, gênero e classe

Atos de violência, discriminação e preconceitos cometidos contra o sujeito negro são típicos e rotineiros em nossa sociedade. E esses atos apresentam consequências, pois além de atentarem contra a integridade desses sujeitos, eles sufocam, reprimem e deixam cicatrizes profundas em suas vidas, sobretudo no que tange ao corpo negro. Como sabemos, a constituição e a formação desse corpo feminino são marcadas, historicamente, por julgamentos estabelecidos por uma organização tradicional, fincada em pilares assimétricos predominantemente machistas, opressores e autoritários, em que as relações eram reguladas em nome do “bom costume” e dos “valores tradicionais”. Valores esses que convergiram para diminuir o gênero feminino.

Entretanto, mesmo diante da dominação e opressão sofridas, isto é, período em que as mulheres deveriam aceitar tudo, elas conseguiram gritar e ser audíveis, e, mais que isso, ressignificar seus papéis, ganhar espaço, conquistar direitos, lutar por uma sociedade justa e igualitária. Nessa luta, temos mulheres das mais distintas áreas. No caso da escrita poética, contamos com Alzira Rufino, que fala dos apagamentos e silenciamentos acometidos aos sujeitos negros.

Em 1988, Rufino publica *Eu, mulher negra, resisto*, obra composta por vários poemas. Dentre eles, temos “Resisto”, o qual retrata a violência, o medo, o grito e a vergonha vivenciada por muitas mulheres negras. Esse poema contém 12 versos livres e curtos. Além do mais, possui palavras carregadas de valor poético e semântico, dando voz e desmitificando pensamentos e ações.

Contudo, mesmo com medo, vergonha, dor e lamento, essa mulher resiste e luta; mesmo que seus gestos sejam “atados os feitos” e sua voz silenciada. O grito que ecoa desse corpo que (não) é calado traz consigo o libertar da vergonha, erguendo-se com resistência e luta, não se deixando vencer. Assim temos o poema “Resisto”:

de onde vem este medo?
 ou
 sem mistério existo
 busco gestos
 de parecer
 atando os feitos
 que me contam
 Grito
 de onde vem
 esta vergonha
 sobre mim?
 Eu, mulher, negra,
 RESISTO
 (Rufino, 1988, p. 14).

Como dissemos, Rufino apresenta, no poema acima, um corpo que não é estanque, calado e imóvel; pelo contrário, é um corpo que resiste e luta. Nas palavras de Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação*, ao se referir à Anastácia, esse corpo sofreu diversas atrocidades. Dentre elas, temos o uso de máscaras, o qual visa silenciar, torturar, amedrontar e neutralizar a voz. Nesse sentido, a boca, que é símbolo de enunciação, representa um objeto metafórico, sendo “usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão” (Kilomba, 2019, p. 34).

Há que dizermos, portanto, que no poema “Resisto”, de Alzira Rufino, uma poetisa negra e de notável relevância no cenário literário brasileiro, nos deparamos com uma linguagem que reflete profundamente as nuances femininas e suas lutas por espaços, igualdade e direitos. Essas lutas são marcadas por cicatrizes e dores que advêm de um passado escravocrata e discriminatório. Logo, de maneira geral, as obras de Rufino apresentam não apenas denúncias, mas também evidências de resistência, indo além da poética, criticando incisivamente as estruturas opressivas que norteiam a sociedade.

“Resisto” traz questionamentos atemporais sobre a existência, o que inclui o medo e a identidade. Inicialmente, o eu lírico questiona-se: “De onde vem este medo?” (Rufino, 1988, p. 14). Esse questionamento não se limita somente ao campo da

existência, mas perpassa e reflete numa contestação e busca filosófica para compreensão das próprias incertezas. Para tanto, as interrogações tratadas nesses versos nos colocam frente a um confronto, sendo esse respondido com a escolha de um verbo no presente do indicativo, “sou”. Grafado com letras minúsculas, esse verbo serve como resposta de autoafirmação de identidade. E essa ideia é reforçada pelo verso: “sem mistério existo”, que representa um ser sem máscaras, embora permeado de ambiguidades e de enredamentos.

O eu poético de “Resisto” faz uso de metáforas, a fim de simbolizar a amplificação de sua voz. A ideia é reivindicar a liberdade, a identidade, o respeito, a resiliência e a superação. Com o intuito de cumprirmos os objetivos propostos, em que buscaremos expor discussões que tratem desse silêncio do sujeito feminino negro, marcado por consternações e marcas históricas, resolvemos fazer uso novamente do projeto ilustrativo de Beatriz Rota. Para isso, retiramos, do mesmo jeito que fizemos no capítulo anterior, a imagem da boca costurada, mas dessa vez ela está fechada por completo:

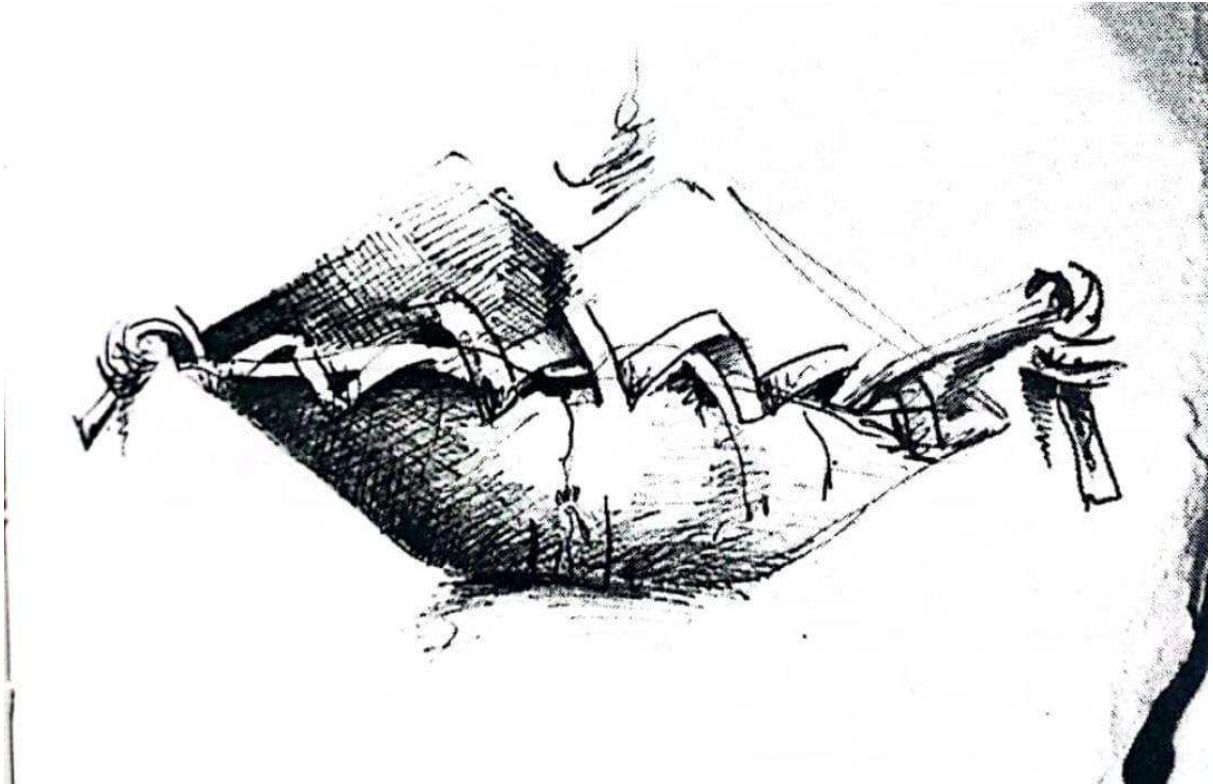


Figura 04: Imagem retirada de *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino (1988).

Um das seções deste capítulo tem como título “Esse corpo que é silenciado”, e ela sugere uma metáfora com a análise do símbolo de apagamento presente na imagem acima, visto que essa boca costurada se traduz num apagamento, o qual se manifestaria não somente “para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau, enquanto trabalhavam nas plantações” (Kilomba, 2019, p. 33). Esse gesto repressivo constituía uma forma de repressão, que visava “implementar um senso de mudez e medo”, significando “um lugar de silenciamento e de tortura”, além de simbolizar a “conquista e dominação [...] de regimes brutais de silenciamento” (Kilomba, 2019, p. 33). Por outro lado, temos que lembrar a boca é um órgão que “simboliza a fala e a enunciação” (Kilomba, 2019, p. 33).

Fazendo uma análise da imagética, sobretudo tomando como base o contexto histórico e cultural de produção de *Eu, mulher negra, resisto*, notamos que ela representa o impedimento da fala. Esse gesto pode ser recepcionado com o silenciamento social do negro na sociedade. Além disso, essa imagem nos faz lembrar de Anastácia, que fora obrigada a usar uma “máscara do silenciamento”, “composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca [...], instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa (Kilomba, 2019, p. 33). Assim sendo, a mordaca na boca simboliza não apenas um aniquilamento, mas também a supressão da voz, uma censura que mascara o sofrimento das mulheres, as quais são silenciadas, reprimidas, amordaçadas e violentadas.

De modo geral, os pontos que atam a boca representam as distintas formas de violência e repressão sofridas pelas mulheres negra especificamente e em geral pelo povo negro, seja ela verbal, física ou psicológica. Eles refletem, também, acerca da profunda recusa na aceitação dos anseios e direitos das mulheres, sendo elas relegadas a papéis secundários, coadjuvantes, vistas como propriedades privadas, atadas a extensões masculinas e obrigadas a internalizar e esconder suas emoções.

Para tanto, quanto ao ato de sutura feito na imagem exposta, é provável que ele represente uma luta contra a invisibilidade, o esquecimento e a negação de vozes, buscando examinar e refletir acerca dos relatos que foram ignorados, bem como mostrando que temos que nos posicionar diante das muitas violências cometidas contra as mulheres.

Contudo, a imagem, além de nos convidar para refletir sobre essas estruturas e as problemáticas vividas pelas mulheres na sociedade, também mostra uma desmistificação e empoderamento da mulher. Alzira Rufino possui uma escrita que se diferencia das produções literárias feitas por brancos, as quais marginalizam o sujeito negro. Ao contrário de alguns, a autora os coloca no centro de sua produção, dando voz a eles. Assim, como já dito em outro momento, este capítulo busca explorar a diversidade das experiências destacadas na interseccionalidade da tríade racialidade, gênero e classe, os quais se entrelaçam e se unem para investigar questões que perpassam as representações sociais, culturais, econômicas, políticas e psicológicas. Além disso, parte da multiplicidade e busca de reconhecimento, empoderamento e visibilidade da mulher negra, a qual, atualmente, circula em discussões sobre o rompimento de paradigmas tradicionais.

Por conseguinte, vemos a condição da mulher negra, a qual foi, desde sempre, marcada por desafios. E, por ser assim, um corpo culturalmente marginalizado. Contudo, esses corpos femininos não aceitaram as opressões calados e estanques. Eles desempenharam funções cruciais de liderança¹⁸, de luta e de resistência, contribuindo e influenciando a formação da cultura nacional. Afinal, quando voltamos o nosso olhar para a história do Brasil, vemos que o homem sempre se sobressaiu, mais exatamente o homem branco. Por outro lado, proporcionalmente,

As mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas essas mulheres tinham todos os outros aspectos ofuscados pelo trabalho compulsório (Davis, 2016, p. 17).

Ângela Davis (2016), em *Mulheres, raça e classe*, fala das condições das mulheres, de suas lutas e de suas conquistas ao longo dos tempos. No caso específico do período da escravidão, informa essa autora que restava para essas mulheres viver em segundo plano, embora elas desempenhassem as mesmas funções que os homens, fizessem os mesmos esforços, trabalhando em lavouras, no corte da cana-de-açúcar, na mineração e/ou na plantação de algodão. Davis ressalta também que algumas delas tinham a oportunidade de trabalhar na casa grande. Nesses casos, os trabalhos eram mais leves e delimitados às atividades domésticas, o que inclui ser amas de leite e damas de companhia. Além disso, poderiam ser ainda escravas de ganho, sendo obrigadas pelos seus senhores a realizar atividades na rua.

Em conformidade com as colocações de Davis (2016), temos o que informa a autora de *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Lélia Gonzalez (2019). A partir de uma perspectiva socioeconômica, essa pesquisadora apresenta discussões pertinentes sobre a condição da mulher negra. Segundo ela informa, a perspectiva socioeconômica “elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais” (Gonzalez, 2019, p. 225). Comenta essa estudiosa que a perspectiva socioeconômica também explica o racismo estrutural, o qual coordenaria as relações pós-coloniais, formando-se numa neurose cultural¹⁹, sendo sustentado por uma fantasia tomada

¹⁸ Dandara dos Palmares foi uma heroína que, no século XVII, liderou, em defesa de Palmares, homens e mulheres em vários conflitos contra as forças enviadas pelas autoridades coloniais, transformando-se em ícone da liberdade e do combate à escravidão no Brasil (Caetano, 2021).

¹⁹ Refere-se a um sofrimento coletivo e está diretamente ligado a uma cultura específica e a conflitos e desafios culturais não resolvidos no Brasil esse conceito foi desenvolvido e explorado por Lélia Gonzalez em relação ao racismo.

como algo necessário para a formação e sustentação das estruturas. Além disso, Gonzalez, que dialoga com a psicanálise lacaniana²⁰ e freudiana²¹ discute os termos “mulata” e “mãe-preta”.

Essa autora faz uso da psicanálise como um recurso de análise da dominação exercida sob a mulher negra, dominação essa que sobrepõe todas as lógicas, seja a da razão ou a do desejo. E ela é ressaltada pela rejeição, posto que as amas de leite viram as figuras da mãe preta, sendo a mãe preta que cuida do filho da mulher branca, a qual, mais tarde, sofre um apagamento, justamente pela figura da babá. Entretanto, há que dizermos que, por outro lado, elas formariam essa resistência, a qual se dá em vários setores, seja na língua, “pretuguês”²², ou na cultura como um todo.

Segundo Davis (2016, p. 19), “a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos”. Desse modo, “a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada [...], passando a ser superestimadas pelo potencial de fertilidade” (Davis, 2016, p. 19). As escravizadas tidas como verdadeiros tesouros eram incentivadas a terem o máximo de filhos que pudessem. Logo, “aos olhos dos proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho” (Davis, 2016, p. 19).

Ainda de acordo com Davis (2016), com a proibição dos tráficos externos e internos, há uma supervalorização e incentivo da reprodução natural, visando a continuidade e ampliação da força de trabalho. Contudo, isso se configura como uma humanização forjada, a qual visa, efetivamente, apenas mercadorias e os seus possíveis lucros, sendo eles geridos em um contexto de exploração e controle. Tudo isso impactava diretamente nas relações políticas, sociais e econômicas da época. A mulher, nessa conjuntura, era vista como objeto de procriação e força trabalho.

A condição da mulher preta, nesse tipo de sociedade, sempre foi sinônimo de incapacidade, conforme coloca Linda Maria de Jesus Bertolino (2022), em *O universo ficcional de Ronaldo Costa Fernandes: corpo, sujeito de paisagens*. A mulher era entendida como um corpo obrigado a aceitar essa forma de tratamento dado a ele: “experimentar quotidianamente uma crescente desumanização geradora de tensões

²⁰ Termo utilizado por Lacan, para destacar como o inconsciente se estrutura na linguagem, não somente no espaço de desejos reprimidos.

²¹ Termo referente as teoria de Sigmundo Freud, que trata do inconsciente, do complexo de Édipo, da interpretação dos sonhos e outros aspectos da mente humana.

²² Português africanizado.

físicas e psicológicas (violência, medo, insegurança, solidão, fome, etc.)” (Bertolino, 2022, p. 47). Além disso, tinha suas necessidades emocionais, sociais e até mesmo a própria relação maternal, em detrimento da funcionalidade, ignoradas, sendo deixados à parte seus sentimentos de apego, amor e dor.

Esse corpo apresenta uma dualidade, configurada na identidade das histórias individuais, bem como das experiências coletivas e testemunhais. Tal corpo possui a “consciência infeliz de experimentar este sentimento crescente de desumanização [...] sentimentos de descontentamentos e, assim, devaneiem e fantasiem com palavras, sons, corpos, filosofias e existências” (Bertolino, 2022, p. 47).

Em decorrência dessa opressão e da desumanização, coexistiam num contexto holístico, que se pronuncia dual, em um estado de sofrimento e também de resistência. E essa resistência se traduz no desejo de mudança e em prol da sobrevivência da cultura e da identidade. Nessa lógica, os devaneios e as fantasias funcionam como uma válvula de escape, traduzindo-se num ato de subversão e resiliência às adversidades. Há que dizermos, ainda, que esse corpo é polifônico, isto é, mesmo que seja imposto a ele o silêncio, possui uma conexão com a história. Vemos vozes silenciadas, “línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos” (Kilomba, 2019, p. 27). Apesar do silenciamento imposto, esse corpo múltiplo carrega vozes que ecoam na diversidade, na complexidade da marginalidade. Suas vivências não são apagadas, mas são conexas numa força que se perpetua.

Sabemos que o corpo negro feminino possui vários estereótipos, ele sofre sob muitos aspectos, seja no que concerne ao lado histórico, político, social e econômico, ou seja, em se tratando do lado psicológico, o que envolve os tratamentos desumanos, o racismo descomunal, suas memórias e traumas. Segundo Lélia Gonzalez (1988, p. 102), “o corpo da mulher negra é um campo de batalha onde se entrecruzam as lutas pela afirmação da identidade e pela resistência à opressão”. Entretanto, esse corpo não é estanque no mundo, é um corpo com memórias afetivas, que traz consigo recordações de cultura, dos ancestrais, da língua e da religiosidade.

Esse corpo foi arrancado de sua terra genetriz, separado de sua família, aculturado a outro idioma e tratado como coisa, refletindo numa memória traumática, a qual foi fincada no colonialismo²³. Para tanto, a visão de Agamben (2004) sobre o

²³ Fenômeno histórico caracterizado pela exploração de povos e territórios. Nele, potências europeias coloniais, durante os séculos XV e XIX, exerciam domínio econômico, político e cultural sobre outros povos.

estado de exceção também pode ser relevante aqui, quando ele descreve o modo como certos corpos são colocados fora da proteção das leis normativas e expostos a tratamentos desumanos. De outro modo, em *Necropolítica*, Mbembe (2018) diz que essas formas de violência na colônia são condicionadas a esse corpo negro como forma de controle social e opressão (Mbembe, 2018).

Retomando novamente as ideias colocadas por Rufino em seu poema “Resisto”, isto é, quando ela apresenta uma boca amordaçada, podemos dizer que essa imagem simboliza o que Grada Kilomba (2019) chama de “órgão de fala e a enunciação”. Segundo ela, esse órgão oprime, controla e, por vezes, deforma, como é o caso do corte da língua, por exemplo. Contudo, a metáfora usada por Rufino, no poema em questão, revela o controle e a repressão exercidos sobre o corpo da mulher negra, os quais contribuem para a construção de uma reminiscência traumática e violenta. Nas colocações de Patrícia Hill Collins (2002), na obra *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, esse não poder de fala se traduz numa ideologia colonial, de demonstração de força e de opressão, sendo ele reforçado por uma subalternidade silenciosa e por uma vitimização passiva.

Em se tratando do rompimento com o silenciamento, devemos perceber o corpo sob um novo viés, pautado na resistência, na persistência e no combate às violências. Embora as circunstâncias, na maioria das vezes, não estejam a nosso favor, é necessário continuar, precisamos escrever a nossa própria história, isto é, “sobre o nosso próprio corpo e explorar os seus significados”, superando as construções racistas, tirando as mordidas das nossas bocas e olhos. Ângela Davis (2017), com *Mulheres, cultura e política*, destaca que as mulheres da classe trabalhadora enfrentam uma opressão sexista que reflete a complexidade das interconexões entre opressão econômica, racial e sexual.

Do mesmo jeito que concepções de inferioridade são resultantes da dinâmica de exclusão da história, negros e negras são considerados desprovidos de capacidade e habilidade em detrimento do homem do branco. A história nos mostra como os grupos oprimidos foram e são tratados. De acordo com Kilomba (2019, p. 57):

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão ‘no lugar’, ‘em casa’, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste,

oeste, no centro, bem como na periferia. Através de tais comentários, intelectuais negras/os são convidadas/os persistentemente a retornar a 'seus lugares', 'fora' da academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como 'apropriados' e 'em casa'. (Kilomba, 2019, p. 57).

Esse corpo negro feminino será discriminado, visto como inapropriado, “fora do lugar”. Os brancos determinam os lugares em que esses corpos deverão ocupar. Há, para tanto, o mito da democracia, o qual naturaliza a segregação social, traduzida na falta de acesso à escola, salários baixos, falta de empregos, moradias insalubres, alimentação de má qualidade, dentre outras coisas.

Isso significa dizer que existe, em nossa sociedade, um racismo não velado, embora há quem diga que o Brasil não seja um país racista. Os “brancos exercem consciente ou inconscientemente a discriminação racial em seus cotidianos” (Almeida, 2018, p. 2019) por meio de “mecanismos adquiridos e reproduzidos culturalmente: ser branco é resultado de uma construção social que se expressa materialmente na dominação exercida por indivíduos considerados brancos” (Almeida, 2018, p. 2019). Ora, os dados estatísticos são provas cabais da existência do racismo, e verificamos isso, por exemplo, através dos baixos índices de escolaridade dos sujeitos negros e das profissões ocupadas por eles no mercado de trabalho.

Nessa via de entendimento, Alzira Rufino ressalta que vivenciamos uma forma de *apartheid* social, reforçado pela desvalorização da mulher em relação ao salário, ao número de mulheres no plenário, nas câmaras, nos senados e nos altos índices de violência. Desse modo, é evidenciada uma discriminação racial que se manifesta de maneira sistemática e silenciosa, exigindo ações de resistência contínua. Em suas palavras, “não basta apenas observar as injustiças; é necessário denunciá-las e agir” (Rufino, 2019, p. 83). Isso significa que não podemos nos calar, sentir na pele esse preconceito e agir como se isso fosse algo normal, isto é, ficar de braços cruzados.

Para Lélia Gonzalez (1988), essa marginalização da mulher negra está correlacionada à estrutura de poder, a qual reforça as desigualdades e reflete um racismo sistêmico, não havendo igualdade para todos. Pelo contrário, tem-se uma política de exclusão, tomando como fator divisor a questão de raça. Logo, vemos que esse estado de exclusão se apresenta cotidianamente, em suma, quando são negados os direitos básicos a tais sujeitos, sendo privilegiado um grupo em detrimento de outro. A respeito disso, Agamben (2004, p. 25) informa que a criação de “normas e direitos são suspensos para certos grupos, criando uma situação de vulnerabilidade

e controle absoluto”. E é justamente o que acontece e aconteceu por muito tempo com os sujeitos negros da nossa sociedade. Socialmente excluídos, eles viviam sob o domínio dos homens brancos.

Contudo, Alzira Rufino (2019), na obra *Eu, Alzira Rufino, resisto*, nos convida a denunciar esses tipos de abusos. Como exemplo disso, a autora diz que não é possível aceitarmos anúncios publicitários como o da Agência Mazzine, “que publicou em 1986, num jornal de maior circulação na cidade de São Paulo, como deveria ser o fenótipo da secretária que se adequaria ao trabalho, especificando que deveria ser branca” (Rufino, 2019, p. 83). Na ocasião, Alzira registrou um boletim de ocorrência, “por entender que todas as mulheres negras foram impedidas de exercer seu direito constitucional ao trabalho” (Rufino, 2019, p. 83).

Nesse caso específico, percebemos que temos um racismo institucionalizado, caracterizado por preconceito explícito, que valoriza e reforça ideias discriminatórias, que afetam a percepção pública e evidencia barreiras para o acesso ao mercado de trabalho. E, conforme notamos, Alzira representa uma forma de resistência e denúncia, que visa mobilizar e conscientizar as pessoas a buscarem a justiça, além de assegurar um direito trabalhista e legal, que infringe direitos indispensáveis garantidos a todos, sem distinção.

Assim sendo, existe uma luta travada contra a intolerância e o preconceito, e ela nos instiga a debater e promover a igualdade e a diversidade, visto que avisos desta natureza ferem o nosso Estado de Direito, indo contra os princípios básicos respaldados na nossa lei magna, isto é, a Constituição Federal Brasileira (1988), que afirma que todos nós somos iguais perante a lei, ou pelo menos que deveríamos ser tratados de forma igual, sem distinção nenhuma. E isso pode ser verificado no Artigo 5º, em que diz: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros” (Brasil, 1988) que residirem neste país. Sendo assegurados, portanto, direitos que são invioláveis, como o “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988).

Na busca por princípios de igualdade e direitos femininos legais, no artigo *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, Sueli Carneiro (2003) traz questões pertinentes quanto ao movimento feminino, em especial ao negro. Conforme escreve, precisamos “enegrecer o movimento feminista brasileiro” (Carneiro, 2003, p. 03), bem como “demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial

requer”, além de políticas contra as “formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca” (Carneiro, 2003, p. 03). Precisamos, ainda, instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho, como, por exemplo, o critério de seleção “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios das mulheres brancas em detrimento das negras” (Carneiro, 2003).

Nessa perspectiva, na busca por esse direito e igualdade, Djamila Ribeiro (2017), em *O que é lugar de fala?*, discute sobre a invisibilidade que as mulheres negras sofrem, pois a própria “história tem mostrado que a invisibilidade mata” e que o Estado negligencia. Na obra *Eu, Alzira Rufino, resisto*, Alzira Rufino ressalta que “apesar da sua imagem de democracia racial, o Brasil é um país extremamente racista e esse fator associa-se ao ‘machismo’” (Rufino, 2019, p. 111). Revelando, dessa maneira, uma dissonância entre teoria e prática, pois, apesar da Constituição prometer equidade de oportunidade para todos, somos um “Estado de exceção”, porque mesmo que busque, teoricamente, ofertar oportunidades iguais para todos, vem mascarando e perpetuando desigualdades históricas, profundas e sistemáticas.

Nesse sentido, faz-se necessário direcionarmos nossos olhares para novos contornos, que valorizem “as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres” (Carneiro, 2003, p. 03). Nos movimentos negros e feministas no país, há, de um lado, o enegrecimento das reivindicações das mulheres, “tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro, promoção da feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (Carneiro, 2003, p. 03).

2.2 Poética do corpo negro objetificado

Quando o carnaval chegar

*negras fantasias
e enredos
arremessam-se
na fria seda
corpos fundidos
seiva e dança
imagem e calor
correndo o sangue
três dias
presos*

na garganta
(Rufino, 1988, p. 34).

No poema “Quando o carnaval chegar”, Alzira Rufino apresenta um corpo que é transfigurado, que assume mudanças. E, segundo coloca Lélia Gonzalez (2020), esse corpo feminino é desejado e abusado. Entretanto, esse desejo não é assumido, pelo contrário, ele é oprimido, por não ser socialmente aceito. Contudo, quando se pensa o carnaval, esse corpo assume *status* diferente. Ele troca de papel, veste-se de fantasia, dando asas a um mundo imaginativo, carregado de representações simbólicas.

Marcado por uma ideia de tropicalismo, o corpo feminino negro é associado à sexualidade. Ele é fonte de trabalho, conforme mostramos na seção anterior, mas também é fonte de prazer, desejo e abuso. Outrossim, esse corpo, além ser de histórico, social e memorialístico, também é carregado de simbologia, a qual é regida por um princípio hierárquico, sendo colocado “no centro da analítica do poder”, bem como “expostos ao controle, à agressão e à violência sistematizada que se organiza para a falência da existência do ser” (Bertolino e Chaves, 2023, p. 366).

A respeito disso, Linda Bertolino e Leocádia Chaves (2023), no artigo intitulado *Aos corpos desfeitos, o refazer*, publicado na revista *Odisseia*, fazem profundas reflexões acerca da complexidade do corpo, o qual é marcado “por amarras que se encontram enraizadas e disseminadas no contexto da história, considerando que elas organizam os gêneros excluídos dentro de uma matriz cultural de despojo, em que o sujeito é formatado como fonte de subalternidade” (Bertolino e Chaves, 2023, p. 366).

Essas amarras estão enraizadas na sociedade, disseminando um controle ao longo do tempo, modelando comportamentos, ações e percepções. Além disso, sugerem a desvalorização e reforçam um sistema de exclusão, sendo culminados por estruturas de opressão e de subalternidade. Nessa via de entendimento, os corpos não são somente marginalizados, como também são modelados conforme discursos e atitudes que reforçam a inferioridade e a discriminação do sujeito negro.

Entretanto, à parte o preconceito e a discriminação, esse mesmo corpo, contraditoriamente, é possuído nos bastidores. Conforme Rufino coloca no seu poema, ele é arremessado, “lançado” na fantasia do “frio da seda”. Nele, a voz poética é engrandecida por imagens e sensações correlacionadas ao carnaval, o qual é atravessado de significações profundas. Logo, essa “negra fantasia” de que trata o eu

lírico não está somente nos trajes, mas, também, aludido à luta histórica, traduzida em uma comunhão e celebrada numa fusão e transfigurações de papéis, em que o pobre pode ser “fantasiado” de rico.

Contudo, tal luxo é passageiro e superficial, uma vez que ele está implícito no ato de correr “o sangue”, configurado em um aspecto essencial que remete à veemência e à dor, as quais são amenizadas pelo carnaval. Nesse sentido, o carnaval se configura como uma festa popular que possibilita a liberdade, a fantasia, o ato de travestir-se e transformar-se. Dado que corrobora para que ele faça parte de um projeto de identidade nacional, sendo valorizado enquanto herança brasileira, na qual as mulheres nomeadas de mulatas, sob o olhar do colonizador, adquirem o status de “rainha de bateria”.

Todavia, no carnaval, os espaços transitáveis pelo negro são limitados, pois os brancos compram abadás e camarotes em espaços VIPs, com boa visibilidade e segurança, enquanto os negros se misturam na pipoca, havendo “os cordões de isolamento”. De acordo com Lélia Gonzalez (2019):

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil [...]. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto (Gonzalez, 2019, p. 246).

Nesse contexto, a condição de inferioridade feminina é reforçada no imaginário popular, contribuindo para a invisibilidade e a desumanização das mulheres negras. Até hoje, infelizmente, ainda se percebe uma discrepância, sobretudo econômica e social, entre o sujeito negro e o sujeito branco. Por outro lado, ao negro restaram os cortiços, as favelas e todas as mazelas imagináveis. No caso específico da mulher negra, bell hooks ressalta o seguinte:

somente em relação à mulher negra escravizada o branco escravizador exercia livremente o seu poder absoluto, porque conseguia ser violento e explorá-la sem medo de uma retaliação ameaçadora. Mulheres negras escravizadas, ao andarem livres nos diques eram alvo disponíveis para qualquer homem branco que quisesse abusar fisicamente e torturá-la [...].

Mulheres eram gravemente açoitadas por chorarem. Arrancadas suas roupas batiam em todas as partes do seu corpo [...]. Depois de serem marcadas todos os escravizados ficavam sem qualquer peça de roupa. A nudez da mulher africana servia como um constante lembrete para a sua vulnerabilidade sexual. Estrupo era um método de tortura usado pelos escravizadores para subjugar as negras recalcitrantes. A ameaças de seguro e outras violências físicas causava terror psíquico as africanas que haviam se deslocadas (hooks, 2023, p. 41-42).

Nesse sentido, bell hooks (2023), em *Cultura fora da lei: representações de resistência*, apresenta o escravizador como detentor de poder e temido por praticar retaliações. Esse sujeito era resguardado pelas estruturas de poder vigente, as quais, na época, garantiam a impunidade para os abusos cometidos por eles, sendo as mulheres o alvo mais frágil para o exercício dessa prática. Logo, as mulheres eram alvos perfeitos. Com *status* de propriedade, esse corpo feminino negro, desde tempos remotos, é o mais exposto às diversas formas de violência, como, por exemplo, estupro.

Conforme coloca Eurídice Figueiredo, em *Violência e sexualidade em romances de autoria feminina*, no “Brasil, sociedade sexista e violenta, fica mais difícil para as mulheres fazer esse tipo de confissão pública, devido à falta de tradição e, sobretudo, pelo temor da exposição” (Figueiredo, 2020, p. 134). De mais e mais, a nudez é simbolicamente associada à humilhação e ao domínio físico e psicológico. Todavia, todo esse tratamento dado não era prontamente aceito por esses sujeitos, havia, contudo, uma espécie de luta contínua contra os maus-tratos cometidos. Sendo eles justificados claramente na existência de “uma escala em que há pessoas, no topo da hierarquia social, com muito menos probabilidade de serem atacadas” (Figueiredo, 2020, p. 146), assim como “aquelas que têm, em sua identidade, elementos que podem suscitar desagrado do poder controlador e censurador em nossa sociedade patriarcal, racista” (Figueiredo, 2020, p. 146).

No período colonial, temos um idealismo. Nele, o corpo branco é colocado como superior em detrimento dos demais (indígenas e pretos). E essa hegemonia é feita a partir do fenótipo, em que se agregam traços positivos aos brancos e negativos aos negros. Nessa conjuntura, vemos que esse corpo negro carregava pluralidades de significações. Tanto os homens quanto as mulheres precisavam ser jovens e viris, ter um corpo saudável e perfeito, pois esses critérios garantiam, dentre algumas coisas, bom desempenho no trabalho e na procriação. As mulheres, quando brancas, precisavam gerar filhos homens; já as escravas, além de servirem como objeto de

prazer de seus senhores e/ou humilhação de suas senhoras, tinham que criar os filhos das “sinhazinhas”, deixando seus verdadeiros filhos em detrimento de outrem, conforme escreve Cida Bento, em *Pacto da Branquitude*.

Entretanto, essa situação não se restringe somente ao período colonial, verificamos o seu desdobramento ao longo dos tempos. O corpo negro, desde sempre, foi submetido a situações de submissão, discriminação e preconceito. Sem falar nos estereótipos vividos pelas mulheres até hoje, os quais estão relacionados à cor da pele, ao cabelo e à sensualidade. Outrossim, olhando para a história, observamos que a grande questão, no que tange ao corpo negro, sempre foi o estabelecimento de prescrições e normas, as quais deveriam corresponder aos ideais europeus, de sorte que, aos poucos, fosse superada a natureza “‘edênica e demonizada’, ‘viciada na carne’, características próprias às raças ‘inferiores’” (Paula, 2015, p. 25). Sobre isso, Paula (2015, p. 25) ressalta:

Ao estabelecer a Europa como forma mais avançada de sociedade, o eurocentrismo redefine as sociedades e povos numa escala hierárquica, legitimando as relações de poder e justificando a dominação. Nas ciências eurocêntricas, o ideal de raça estabelece um aparato conceitual que eleva os traços fenotípicos, em especial a cor de pele e tipos de cabelos, como elementos-chave para a diferenciação dos seres humanos. O ápice desse aparato é, sem dúvida, o racismo científico que culminou nos projetos fascistas.

Nas sociedades eurocêntricas, segundo afirma a pesquisadora acima, os moldes europeus servem como parâmetros a serem seguidos. Eles apresentam a ideia de que um determinado grupo é superior a outro. No ideal eurocêntrico, o homem europeu é superior ao homem não europeu, em suma, porque ele é “dotado de saberes, ética, moral e bons costumes”. Nessa lógica de entendimento, o europeu possui língua, cultura e formas de pensamento superiores, ao passo que os tidos como não europeus são providos de pouco conhecimento, bem como não possuem história e cultura, sendo eles amontoados em um único grupo.

Nessa chave de compreensão, vale pegarmos a literatura como exemplo, ao olharmos para a forma como a mulher branca e a mulher negra são representadas. Ao longo dos tempos, o corpo negro ocupou, na literatura, lugar negativo — um corpo que desperta desejos e fetiches, o qual “se engendra no imaginário popular como uma construção mítica: a negra (mulata, preta) está em relação disjuntiva com as vicissitudes da vida cotidiana” (Paula, 2015, p. 27). De outro modo, a mulher branca

sempre ocupou um lugar de prestígio nas narrativas, ou seja, posta como a mocinha perfeita, descrita e caracterizada da melhor maneira possível.

De acordo com Mendes (2006), na tese *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens, e memória nos séculos XIX e XX*:

No romance, as personagens protagonistas são brancas, e as negras são todas secundárias, mas muito significativas, já que através delas são abordadas questões fundamentais, como a problemática da escravidão negra. São as personagens negras e escravas que fazem com que o romance adquira um tom de denúncia, assim como expressa sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade, misturados a resignação e revolta. Enquanto outros autores da literatura do século XIX punham mordidas nas bocas dos negros, Maria Firmina lhes dá voz, para expressarem suas angústias e anseios na terra estranha (Mendes, 2006, p. 98-99).

Todavia, existe uma contradição nisso tudo, pois, embora o corpo negro feminino não esteja de acordo com as ideias eurocêtricas (sendo inadequado e sem atributos de beleza), ele é desejado, abusado e sofre todo tipo de violência. Segundo informa Davis (2016, p. 19), as mulheres negras “eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas”. Além disso,

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p. 19).

A partir do comentário de Davis (2016), vemos o modo como a brutalidade é instrumentalizada pelos senhores. E isso implica numa despersonalização do sujeito negro, isto é, esses sujeitos ficam sem identidades e individualidades, sendo também ignorados e colocados em situações degradantes. Além disso, Davis (2016) fala de interações de poder impostas pela escravidão.

A mulher sempre foi tratada como inferior ao longo dos tempos, sendo isso, portanto, formas de violência e desumanização. No caso das mulheres negras africanas, acontecia desde a captura até o processo de travessia. Elas eram separadas de seus familiares, sofriam abusos antes, durante e depois do processo de travessia no transatlântico para chegar ao Brasil. O seu corpo, considerado como uma propriedade e sem direitos, era tido como objeto, passível de uso, violação e domínio.

O estupro, para os senhores, era algo normal. Conforme escreve bell hooks (2019), em *Olhares negros: raça e representação*, “o senhor forçava a própria esposa a dormir no chão enquanto estuprava noite após noite mulheres negras em sua cama” (hooks, 2019, p. 29). Contudo, essa “masculinidade exacerbada” se apresenta como uma instância política e de poder racial, refletindo o modo como a sociedade brasileira pensava, bem como o seu processo discriminatório, que via a mulher branca como superior, bela e perfeita para o casamento.

Aqui, é interessante pontuarmos o que escreve Carneiro (2003), ao falar da mãe-preta. Para ela, as relações se davam na forma de “uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas” (Carneiro, 2003, p. 122).

Nessa conjuntura, há, para tanto, um sentimentalismo estereotipado, em que a “mulata” é objetificada, sinônimo de prazer e sexo. Outrossim, há também um processo de hierarquização, feito a partir do tom da pele. Nele, a mulata é percebida sob o prisma sexual, colocada como uma figura exótica e estereotipada por suas qualidades de beleza. A mulher branca, por outro lado, ficaria no topo da pirâmide, respeitável e aceitável para um relacionamento; ela era sinônimo de pureza.

Tendo em vista a busca por uma identidade nacional, pautada no mito da democracia racial²⁴, o qual, por sua vez, estava centrado na teoria do branqueamento²⁵, fator que favorecendo o nosso processo de miscigenação. Para Douglas De Sousa (2020), em *Sou o miolo*, esse

período descrito por Freyre, a sociedade brasileira herdou traços profundos e indelévels, marcando os corpos dos negros e negras brasileiras, legando aos dias atuais a imagem e grande parte dos estereótipos da mulher negra brasileira. Entre estes: a mulher negra como mão de obra para os serviços domésticos, a disposição física das negras para realizarem funções que demandassem mais esforços do corpo; o mito da libertinagem e depravação sexual a ideia da libidinosidade exacerbada das mulheres negras; os padrões corpóreos e estéticos para apreciados, ora alvo de discriminação; e a criação do modelo da “mulata tipo exportação” que perdura até os dias de hoje (De Sousa, 2020. p. 59).

²⁴ No Brasil, o mito da democracia racial bloqueou, durante muitos anos, o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa”. E, paralelamente, o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (Munanga, 1999, p. 11).

²⁵ A ideologia de branqueamento acreditava que a raça negra iria desaparecer geneticamente, teoria essa pautada no Darwinismo social.

Tais estereótipos e objetificações evidenciados por De Sousa (2020), que caracterizavam o corpo negro como uma representação exótica e minimizada, maximizavam uma dinâmica de poder desigual e de inferioridade. Por conseguinte, Mary Del Priore, em *História Íntimas: sexualidade e erotismo no Brasil*, informa que as mulheres eram:

Degradadas e desejadas ao mesmo tempo, as negras seriam o mesmo que prostitutas, no imaginário de nossos colonos: mulheres “aptas à fornicação”, em troca de algum pagamento. E na falta de mulheres brancas, fossem pra casa ou fornicar, caberia mesmo às mulheres de cor o papel de meretrizes de ofício ou amantes solteiras, em toda a história da colonização. Nos séculos seguintes, à degradação das índias como objeto sexual dos lusos somou-se a das mulatas, das africanas, das ladinas e das caboclas – todas inferiorizadas por sua condição feminina, racial e servil no imaginário colonial. Mais desonradas que as “solteiras do Reino”, nome que se dava às prostitutas portuguesas, pois aquelas mulheres, além de “Putas”, eram negras (Del Priore, 2011, p. 46).

As negras eram degradadas e reduzidas, vistas puramente como objetos sexuais, em suma, pela sua condição social e racial. Elas viviam em uma sociedade cuja hierarquia favorecia as mulheres brancas, as quais, mesmo que também sofressem violências e fossem alvo de estigmas, possuíam *status*. A história das mulheres, sobretudo das negras, perpassa por várias situações de violência, negação de direitos e preconceitos velados. Nessa história, a mulher foi submetida a um longo processo de exploração e opressão, sendo ainda relegadas à condição de inferioridade. Conforme escreve Ângela Davis (2016, p. 36-37):

O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilador o desejo das escravas de resistir [...] concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais [...] fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas. Na visão baseada na ideia de supremacia masculina característica do período, isso significava passividade, aquiescência e fraqueza [...] O tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas as aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas “miscigenação” (Davis, 2016, p. 36-37).

Contudo, além do mito da libertinagem e da depravação sexual, ainda temos o mito da democracia racial. A respeito do mito da democracia racial, a filósofa, historiadora e geógrafa Lélia Gonzalez, que publicou as obras *Por um feminismo afro-*

latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos e *Lugar de negro* (2020), informa que existe um abismo nessa convivência entre os gêneros, as classes e a racialidade, os quais se dão em profundas desigualdades e injustiças, originadas no racismo. E é perceptível nos espaços ocupados pelos negros que essa disparidade se acentua ainda mais para as mulheres, invisibilidade essa que se traduz na marginalização e nas estruturas sociais.

Nesse sentido, como é discutido por Claudemir da Silva Paula (2015), em sua tese *Negra sem reticências: corpo e corporeidade na poesia de escritoras afro-brasileiras*, embora o Brasil tenha, em certa medida, se desvencilhado de seus traços coloniais, quando declara independência, deixando de ser colônia e tornando-se República, ele não consegue romper totalmente com as estruturas e organizações colonialistas, e vemos isso no que se refere ao tratamento e receptividade ao multiculturalismo presente em nossa sociedade. Nessa conjuntura, “a mulher branca, na escala hierárquica, será ‘sempre’ inferior ao homem branco, mas superior à mulher negra (ou indígena ou muçulmana) material, palpável e visível, mas a estereótipos forjados no imaginário da colonialidade” (Paula, 2015, p. 23).

Numa análise dessa hierarquia, percebemos que o branco se sobrepõe ao negro, havendo uma opressão interseccional, com estereótipos forjados ao longo dessa colonialidade, e isso se traduz em várias esferas, principalmente na oferta de oportunidades, direitos e prestígios. Vale dizermos que esses estereótipos são reforçados para justificar a dominação e exploração, desvalorização da cultura e identidades negras em detrimento da branca, refletindo diretamente na discriminação e racismo. Nesse aspecto, Bhabha explica que “os olhos do homem branco destroem o corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão é perturbado” (Bhabha, 1996, p. 73). Tudo isso, nos dias atuais, se configura em barreiras e na manutenção das classes dominantes. A população negra enfrenta estigmas e redução no acesso à educação, saúde e emprego, criando, assim, um ciclo de exclusão e de pobreza extrema.

No caso específico da mulher negra, isso se acentua mais fortemente, como informa Alzira Rufino (1997), em *O poder muda de mãos, não de cor*. Diz essa autora que os piores empregos são ocupados por mulheres negras, em suma, por serem mães jovens e por serem mães solteiras. Grosso modo, as funções mais mal remuneradas (empregadas domésticas) e/ou que demandam esforços físicos eram destinadas a elas. Além de serem “o segmento que mais cedo ingressa no mercado

de trabalho, que trabalha mais anos, é a que mais investe em escolarização sem retorno e que apresenta maiores índices de desemprego” (Rufino, 1997, p. 16).

Ao analisarmos a categoria trabalhadoras domésticas, vemos a quantidade de injustiças existentes nesse setor, as quais nos convidam a refletir sobre a

(...) violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (...) Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas (Gonzalez, 2020, p. 228-230).

Gonzalez (2020) critica a condição de opressão e exploração que foi imposta à mulher negra. A escravizada de oito trabalhava no campo, ao passo que assumia um papel essencial no trabalho doméstico, sendo ainda alvo direto da violência sexual cometida por seus senhores, posto que estavam no espaço da casa grande. Essa autora faz ainda uma crítica à miscigenação, a qual é um sinal de democracia racial, entendida como uma narrativa romântica, em que se ignora a violência e suas muitas reverberações, o que envolve o estupro, é claro. Nas palavras de Gonzalez:

Embora a escrava de oito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama de leite e babá, que era utilizada como objeto de sua violência sexual. É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (Gonzalez, 2020, p. 202).

Para Rufino (2019, p. 123), as mulheres negras carregam o pesado “fardo de serem pobres, mulheres e negras”. E elas não são respeitadas nem pelos próprios homens negros. Ora, a sociedade busca um padrão de beleza branco, em que a mulher branca é a “musa desejada e sonhada”, do tipo “mocinha de novela”. E assim sendo, às negras restam ser objetos sexuais, isto é, objetos “da fantasia do homem

branco, que busca satisfazer seus desejos reprimidos socialmente em relação à branca” (Rufino, 2019, p. 123).

Os meios de comunicação em massa reforçam e mantêm essas imagens deturpadas da mulher negra. Um exemplo disso é a nota de repúdio feita pela presidente da Casa das Mulheres Negras de Santos, Alzira Rufino, contra a emissora Rede Globo, em protesto à cena que foi ao ar na “Minissérie JK”, de autoria de Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira. Nela, as atrizes negras Roberta Rodrigues e Ana Carbatti são maltratadas e estupradas. Na ocasião, Rufino solicita que as autoridades publiquem nota de repúdio, bem como que os programas educativos digam não às violências cometidas contra as mulheres negras (Rufino, 2019).

2.2A poética do feminegro: ações de resistência.

Direito de nascer

*defeito de fabricação
negra morta grávida
barriga cheia chora
dizeres na mão uma faca
fere os atores
do conteúdo
(Rufino, 1988, p. 35).*

No poema “Direito de nascer”, Rufino apresenta o corpo que é atravessado pela ideia de procriação. Esse corpo, junto ao corpo usado para a labuta e ao corpo empregado para o prazer, forma uma tríade. Ele é visto como uma máquina de procriação e poder. O poema “Direito de nascer”, de Alzira Rufino, reflete inúmeras tensões sociais e existenciais, fazendo uma crítica direta ao modo como o corpo negro feminino era explorado e violentado. Nele, notamos que a sociedade colonialista era extremamente cruel e perversa com o sujeito negro, dando um tratamento diferenciado para aqueles que não respondessem ao padrão vigente, isto é, o branco. E isso era feito, segundo diz Gonzalez (1984), para a “manutenção do equilíbrio do sistema como um todo” (Gonzalez, 1984, p. 03), sendo, portanto, “um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para a posição na estrutura de classe e no sistema de estratificação social” (Gonzalez, 1984, p. 03).

Rufino revisita o passado e traz reflexões importantes sobre o direito de nascer do sujeito negro. Busca evidenciar a maneira como o nascimento de um filho tem o poder de impactar as vidas das mulheres negras violadas, bem como o seu papel na

sociedade escravocrata, em que sua condição social e a cor da sua pele são traços que vão definir a maioria de suas experiências ao longo da vida.

Nos versos de “Direito de nascer”, verificamos imagens bem fortes e impactantes, como é o caso da “negra morta grávida”. Essa imagética simboliza e traduz a luta e o sofrimento da mulher negra escravizada. Muitos filhos de escravizadas não tiveram a oportunidade sequer de nascer, sendo eles vítimas de violência mesmo antes de chegar ao mundo. No caso específico dos “mestiços”, eles eram considerados um “defeito de fabricação”, posto que não se enquadravam, segundo o que acreditavam, em nenhuma raça. Muitos senhores violentavam as negras e, quando nasciam seus filhos, vendiam-nos ou matavam-nos para evitar escândalos em suas famílias.

O corpo negro incomodava, os traços do rosto e o cabelo eram motivos de vergonha perante a sociedade escravocrata, a qual ditava quais eram os padrões de beleza e de comportamento ideais. Se, no passado, essas mulheres negras sofriam violências nas senzalas, atualmente elas sofrem violências no trabalho e também em suas casas. Grávidas, muitas vezes sozinhas e abandonadas por seus parceiros e familiares, elas recorrem ao aborto, quando não se submetem à condição de mãe solo.

Em conformidade com a obra de Lélia Gonzalez (1984), *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, temos Grada Kilomba (2019), em *Memória da Plantação*, e bell hooks (2023), em *o Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Segundo informam essas autoras, a mulher branca teme a sexualidade da mulher negra, pois o homem branco vê o corpo dessa mulher negra como um corpo sexualizado e desejável, corpo esse que possui uma carga semântica, que, além de carregar medos, também carrega marcas e memórias.

Argumenta Grada Kilomba (2019) que as mulheres brancas parecem temer que mulheres negras roubem seus homens. E esses homens brancos, por sua vez, veem a mulher negra como um corpo sexualizado e desejável. Essas imagens da mulher negra são “um reservatório para os medos da cultura ocidental” (Kilomba, 2019, p. 142-143), em que “a mãe negra, a prostituta negra sexualmente agressiva, vem representar suas funções femininas que a ‘sociedade puritana’ não pode enfrentar: o corpo, a fertilidade e a sexualidade” (Kilomba, 2019, p. 142-143).

Nesse sentido, é interessante mostrarmos o que fala Mbembe (2018), em *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Segundo

informa ele, “o corpo [negro] se torna o uniforme do mártir” (Mbembe, 2018, p. 65). Como uma forma de defesa, esse corpo age, e “não é apenas um objeto de proteção ao perigo da morte” (Mbembe, 2018, p. 65). Mesmo que esse “corpo em si não tem poder nem valor”, precisa estar inserido na sociedade. E essa valoração se dá a partir das interações e papéis assumidos por ele, em que o “poder e o valor [...] resultam de um processo de abstração com base no desejo de eternidade” (Mbembe, 2018, p. 65).

A negra escravizada, que vive na senzala de “barriga cheia”, chora pelo filho que será escravizado também e que sofrerá semelhante aos seus antepassados, essa é a imagem que nos vem à mente quando lemos “Direito de nascer”. Nesse poema, Rufino faz uso da figura de linguagem hipérbole, a fim de evidenciar o modo como as violências contra o negro ocorriam. A negra carrega, na barriga, as marcas da violência e do sofrimento, esse choro também remete à falta de alimento, pois a alimentação era pouca e de péssima qualidade. Portanto, essa “barriga cheia”, tratada no poema de Rufino, mostra a dualidade da vida, uma vida de sofrimento e violência, bem como a dor da perda. Esse corpo que “chora” em um conflito interno e externo (como vemos no verso: “na mão uma faca”) representa o sofrimento do povo negro. Alzira sabe que sua poesia é subversiva, que incomoda os “atores do conteúdo”. Sabe ela também que sua caneta funciona como uma espécie de faca, a qual busca retratar o passado e o presente, escancarando as atrocidades que foram praticadas durante vários séculos contra os negros e que ainda continuam, de algum modo, presentes na atualidade.

Esse corpo passa a ser percebido como uma “mercadoria”, tanto do ponto de vista do tráfico externo quanto do tráfico interno. Nesse tipo de comércio, as mulheres que conseguiam procriar por mais vezes, isto é, as mulheres jovens e saudáveis, eram valorizadas, embora isso não mudasse sua condição de escrava.

Conforme coloca Davis (2016), em *Mulheres, raça e classe*, essas “escravas eram classificadas como ‘reprodutoras’” (Davis, 2016, p. 19). Desempenhavam a mesma função de um animal, vistas apenas para a procriação. Sendo assim, o direito de serem mães foi negado, uma vez que “suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe” (Davis, 2016, p. 19), do mesmo jeito que os bezerros são separados das vacas, segundo ainda argumenta a autora.

Esse corpo, submetido a todas as formas de violência e humilhação, era tratado como meio de obtenção de lucro e prazer. Os sujeitos negros não eram vistos como humanos, e sim como animais, eles eram violentados e explorados pelos senhores.

Além disso, eram anunciados como objetos nos jornais e revistas de circulação da época, com um valor agregado, o que está intimamente relacionado à ideia de poder e de procriação. A respeito disso, Grada Kilomba informa:

Durante a escravidão, as mulheres negras foram sexualmente exploradas para criar filhas/filhos. Como são descritos nos anúncios de venda evidenciando a sua capacidade de procriação [...]. Durante o colonialismo, seu trabalho foi usado para nutrir e prover a casa branca, enquanto seus corpos foram usados como mamadouros, nos quais as crianças brancas sugavam o leite. Existe imagens muito importantes de negritude e maternidade (Kilomba, 2019, p. 141).

Apesar de serem tratados de forma desumana, os filhos das escravas possuíam grande importância para os seus senhores de escravos, importância essa que se limitava à comercialização. A habilidade de reprodução das escravas começou, a partir de um determinado período, a ser supervalorizada. As escravas passaram a ser avaliadas em função da sua capacidade reprodutiva, quanto mais filhos pudessem ter, melhor seria. Entretanto, isso não era motivo para receberem tratamentos diferenciados, ou seja, ficarem isentas de trabalhar. Pelo contrário, elas eram obrigadas a desempenhar as mesmas funções exigidas aos homens. No que toca a esse fato, vejamos o que diz Angela Davis:

Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com criança de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam normalmente com eles presos às costas [...]. Em outras fazendas, as mulheres deixavam seus bebês aos cuidados de crianças pequenas ou de escravas mais velhas, fisicamente incapazes de realizar o trabalho pesado da lavoura. Impossibilitando de amamentar ao longo do dia, elas suportavam a dor causada pelo inchaço das mamas (Davis, 2016, p. 19-20).

Como observamos, as mulheres eram colocadas no centro desses abusos e violências, seja no que concerne aos castigos e às mutilações, seja em se tratando da carga de trabalho, pois, como já dissemos, era exigido delas esforço semelhante ao dos homens. Nem mesmo as grávidas e doentes eram poupadas, muitas dessas mulheres não podiam nem sequer cuidar dos seus próprios filhos, posto que, tendo elas que trabalhar fora da casa grande, teriam que deixar os filhos pequenos sozinhos e sem cuidados (Davis, 2016).

A mulher negra escravizada, além de ser abusada sexualmente, cuidava dos

filhos dos “seus donos”, o que incluía a amamentação. Entretanto, era negado para elas o direito de amamentar os seus próprios filhos, os quais eram deixados sob os cuidados das escravas idosas ou das escravas mais jovens. Ao assumirem a função de ama de leite, as escravas criavam laços com o “filho do sinhozinho”, cuidando dele durante toda a sua infância.

A respeito disso, ressalta Grada Kilomba (2019, p. 141) o seguinte: “essa imagem da mulher negra como ‘mãe’ vem servindo como um controle de ‘raça’, gênero e sexualidade. É uma imagem controlada que confina mulheres negras à função de serventes maternas, justificando sua subordinação e exploração econômica”. Ainda de acordo com o que escreve Kilomba (2019), concluímos que “a mãe negra representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pelas famílias brancas” (Kilomba, 2019, p. 141).

De outro modo, Lélia Gonzalez (2020), em *Por um feminismo afro-latino-americano*, estudiosa que mergulha nas fontes da psicanálise para realizar suas pesquisas, discute “a neurose do racismo” presente em nossa sociedade, semelhante ao que é colocado em “Complexo de Édipo”, quando se fala do desejo sexual que o menino/menina irá desenvolver na infância. Lélia Gonzalez faz sua análise correlacionando o “Complexo de Édipo” ao contexto colonialista, especificamente no que diz respeito ao desejo sexual dos filhos dos senhores pelas amas de leite. Nessa sua análise, os papéis são invertidos; nela, a ama de leite assume o papel da mãe branca.

Segundo argumenta Gonzalez (2020), o desejo desse menino branco não seria pela mãe branca, mas pela mãe negra, aquela que o criou. Contudo, esse desejo era duplamente proibido, tanto em se tratando da figura materna (incesto), quanto ao preconceito racial existente. Logo, esse desejo deveria ser reprimido. Nessa relação de poder, formada e reforçada historicamente pelo patriarcalismo, temos os fenômenos racismo e sexismo, os quais se constituíram de forma “sistemática”, sendo denominados por Gonzalez (2020) de “neurose cultural brasileira”. Quanto ao sexismo, esse produziria “efeitos violentos sobre a mulher em particular”, colocando-a numa outra perspectiva, melhor dizendo, delimitando-se nas demandas da “mulata, doméstica e mãe preta” (Gonzalez, 2020, p. 76).

Algo que ainda não foi dito e que acreditamos ser importante também, diz respeito às filhas de escravas. Essas meninas teriam o mesmo destino das suas

mães, isto é, trabalhar na lavoura ou na casa do senhor. Além disso, também estavam destinadas a serem reprodutoras, sendo muitas vezes abusadas sexualmente ainda crianças. Para elas, era negado o direito de constituição familiar, muitas vezes eram separadas de seus filhos, que eram vendidos ainda crianças, como é narrado no conto “A escrava”, de Maria Firmino dos Reis (2018). Nesse conto, a protagonista da história, Joana, enlouquece “porque lhe arrancaram dos braços dois filhos menores, e os venderam para o Sul” (Reis, 2018, p. 205). Ao perder seus filhos, essa “escrava moribunda; mais ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes” (Reis, 2018, p. 205), enlouquece. Para tanto, como já dissemos, essas mulheres eram tratadas como coisas, ou melhor, como se não tivessem sentimentos. Não tinham sequer direito ao choro e ao lamento. Além do mais, contraditoriamente, era exigido delas que tivessem uma boa saúde mental (Reis, 2018).

A condição de ser escrava e mãe era ainda mais desgastante, uma vez que não tinha “nenhum direito legal sobre seus filhos e filhas” (Davis, 2016, p. 20). As crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade. Dentre todas as leis abolicionistas criadas, temos a Lei do Ventre Livre²⁶, essa lei declarava livre os escravizados nascidos a partir da data de 28 de setembro de 1871. Entretanto, na prática, ela não funcionava, uma vez que as crianças continuavam morando com as mães, sendo, portanto, submetidas a escravidão. De 0 a 8 anos, essas crianças poderiam viver no cativeiro com suas mães, podendo morar nas fazendas dos 9 aos 21 anos, caso os senhores aceitassem. Do contrário, ficariam sob a tutela do Estado. Dessa forma, quando completavam 8 anos, seriam entregues ao governo em troca de uma indenização.

Contudo, na maioria dos casos, não era preciso sair da fazenda, pois muitos deles ficavam trabalhando lá para pagar os gastos que os senhores diziam ter com eles. Assim, trabalhavam na condição de escravizados até completarem 21 anos. Submetidas às regras dos senhores e sujeitas a todos os tipos de violência, essas crianças perdiam suas infâncias, bem como a possibilidade de serem livres.

No Brasil pós-escravidão, a mulher continuou submissa, sofrendo violência no ambiente doméstico e também no ambiente de trabalho. Seu corpo era visto como uma espécie de máquina de trabalho e prazer, usada tanto pelo homem branco quanto

²⁶ A Lei do Ventre Livre assegurava a libertação dos filhos das escravas, com a condição de que servissem até os 21 anos, bem como a garantia do pecúlio para o escravo, independente do consentimento do senhor.

pelo homem negro. Conforme afirma Rufino, até hoje, a mulher negra tem seu corpo associado ao prazer sexual, seja nas festas de carnaval ou na prostituição.

Sendo assim, ser negra na sociedade brasileira foi, por muito tempo, sinônimo de disforme e motivo de vergonha, pois tais características fenotípicas eram consideradas defeitos graves que deveriam ser mudados, criando, assim, estereótipos sobre a cor da pele. Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, máscara branca*, discute as relações de poder e de relacionamento entre “brancos” e “negros”. Segundo ele, quando uma mulher negra se relaciona com um branco, seria a redenção de sua raça, casar-se com um branco seria “sonhar com a salvação que consiste em branquear magicamente” (Fanon, 2008, p. 57), ou seja, “branquear e/ou salvar a raça”, visando “assegurar a sua brancura” (Fanon, 2008, p. 57).

Se, por um lado, o corpo negro é tido como imperfeito, por outro, é visto como objeto de desejo sexual pelos homens brancos, com intuito de satisfazerem seus desejos. Contudo, há que dizermos que, para conseguirem criar os seus filhos, as mulheres negras usavam seus corpos muitas vezes como mercadorias de troca.

Em uma sociedade marcada pelo racismo, o corpo da mulher negra sempre foi utilizado como objeto para o trabalho, o prazer sexual e também para a procriação de novos escravizados. Mesmo depois de anos de exploração e de patriarcado, elas continuam sofrendo, sendo vítimas da violência doméstica e sexual.

Todavia, Rufino (2019), na obra *Eu, Alzira Rufino, resisto*, representando uma voz plural, coloca que precisamos “denunciar essa hipócrita estrutura institucional que prepara o menino e depois o homem para que ele se sinta proprietário da mulher” (Rufino, 2019, p. 82). Devemos estar “convictas de que a sociedade não repensa o tipo de educação a que têm sido submetidos a menina e o menino” (Rufino, 2019, p. 82). E, se não mudarmos nossos valores e atitudes, “difícilmente chegaremos a uma história em que a relação homem/mulher seja livre da dominação, violência e desamor que tão frequentemente presenciamos” (Rufino, 2019, p. 82). Logo, se tudo isso for feito, construiremos a coerência entre o nosso discurso de liberdade e a nossa prática.

Tratadas desde sempre como objetos, agora, as mulheres negras ganham voz. A caneta de Rufino evidencia essas tessituras, reconta, encanta e transforma o mundo através da sua poesia, dando voz às mulheres, rompendo com o silêncio e escrevendo uma nova história, na qual elas possam exercer, de fato, o controle de seus corpos. Havendo, portanto, um deslocamento do centro de poder, o qual antes era ocupado pelo homem branco e patriarcal. Existe, assim, uma posição de destaque para as

mulheres negras, as quais deixam de ser coadjuvantes e passam a ser protagonistas de suas próprias narrativas.

3. UM CORPO POLIFÔNICO²⁷: IMAGENS, REPRESENTAÇÃO E RESISTÊNCIA FEMINEGRA NA VOZ POÉTICA

O papel das mulheres, em especial da mulher negra, sempre foi menosprezado (diminuído) na sociedade, perpassando por questões como desigualdade social, racismo e preconceito. Em tempos longínquos e também atuais, a brutalidade e as agressões masculinas contra a mulher assumem um mecanismo de controle e superioridade. Para tanto, a imagem da mulher negra, retratada muitas vezes como uma coisa, objeto e/ou propriedade, tem sido tema de muitas discussões, sobretudo no viés da pauta decolonial²⁸, pensamentos teóricos que criticam a visão colonial.

Assumindo um comportamento subversivo, Alzira Rufino se destaca com sua escrita de si e da coletividade. Essa autora apresenta uma nova imagem para a mulher negra, que não somente sobrevive aos preconceitos, discriminações e violências, mas também que resiste. Assim, este capítulo busca analisar como a escrita rufiniana contribui para a consagração dessa nova imagem e representação do corpo feminino e negro. Em suas obras, verificamos uma voz poética que transcende o tempo, o espaço e se transforma numa luta de todas as mulheres.

3.1 A imagética negra: uma escrita que grita por liberdade

Escrita

*Paixão se revelando
Paixão nas mãos*

*Minha face meio pedra
A perda não foi perder*

Pedras horas mortas

²⁷ Para Bakhtin (1997), essa polifonia se dá a partir das significações, ou seja, da multiplicidade presente nesse corpo que possui vozes imiscíveis, falas independentes e discursos equipolentes. Esse corpo é múltiplo, plural, possui vozes que entrecruzam, vozes que por vezes se anulam e se completam.

²⁸ Os estudos decoloniais foram desenvolvidos pelos teóricos Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Ramón Grosfogel e María Lugones. Eles compartilham em seus estudos enunciados teóricos que revisitam e desconstruem padrões impostos a povos subalternizados, visando em seus projetos a liberdade política, social e econômica. Para Oliveira e Lucini (2012, p. 03), "a decolonialidade do rompimento com o pensamento pós-colonial que, até então, desenvolvia trabalhos com conceituações e categorias voltadas para o processo de colonização na África e Ásia entre os séculos XVIII e XX".

*Dor nos olhos
E no cansaço
Ternura na minha mão
Resiste*

*O silêncio que corri
Os nomes que escrevi
Na pele brusca do medo*

*Quantas vezes tropecei
(Rufino, 1988).*

Ser mulher e mulher negra é experimentar uma luta constante. Pois, a todo o tempo, é preciso provar quem somos. A todo tempo é preciso tentar se desconstruir de estereótipos e preconceitos. Sobre isso, escreve Gomes (2011):

A escrita (da mulher) negra é construtora de pontes. Entre o passado e o presente, pois tem traduzido, atualizando e transmutando em produção cultural o saber e a experiência de mulheres através das gerações. [...] Assim, a palavra é por elas utilizada como ferramenta estética e de fruição, de auto-conhecimento e de alavanca do mundo. Quando a literatura propriamente dita, e dada a densidade metafórica da construção ficcional e poética, a escrita de que falamos produz mundos alternativos solidamente fincados na realidade social. Essa escrita de mulheres constrói pontes, também, entre domínios tradicionalmente apartados, como a cultura erudita e a popular – em grande parte porque a textualidade africana tem como referência matriarcal a oralidade, cujo manancial alimenta e marca a sua descendência (Gomes *apud* Lima, 2011, p. 121).

Ao falarmos da escrita negra, estamos nos referindo à memória e à transformação das produções literárias de mulheres negras em “saberes”, valorizando o “autoconhecimento”, uma escrita respaldada “na realidade social”, trazendo “referenciais” que apreciam a oralidade e a descendência dos antepassados negros.

Alzira Rufino, no poema “Escrita”, fala de “paixão se revelando”. Revelar-se associa-se a nascer, nascer da escrita, e essa paixão pela escrita nasceu desde a sua infância e permaneceu até a maturidade. A poetisa buscou colocar no papel uma escrita transformada, que traduz a “face meio pedra”, dando para os sujeitos historicamente silenciados e esquecidos o poder de traçar uma nova história que altere a sua realidade.

Quando olhamos para a expressão “ternura na minha mão”, constatamos que esta se traduz na inspiração da autora e na forma como compreende a literatura, isto é, na representação do outro, dando voz a existências plurais e múltiplas. Portanto, um resistir que desloca os sujeitos, por séculos excluídos, a se fazer chegar ao centro,

lutando para desconstruir esse passado opressor, esse “silêncio que corri”. Vemos, no poema acima, que a nossa pele transpira na “brusca do medo”. Buscamos, na memória dos nossos ancestrais, a nossa valorização, reconstruindo nossa identidade e consciência para atravessar esse racismo velado e revelado na sociedade.

O poema “escrita” apresenta seis estrofes, distribuídas em catorze versos. Nele, temos figuras de linguagem como: “Minha face meio pedra”, “pedras horas mortas” e “pele brusca do medo”. Em termos de análise temática, temos uma construção imagética da mulher que se constrói pela linguagem. Ao assumir esse gesto, o eu lírico perpassa por um processo de transformação, no qual a voz lírica pode ser visualizada nas letras, na emoção. Todos esses efeitos produzem ecos dentro do poema.

Assim, esse poema apresenta um aspecto narrativo à medida que dá voz aos sujeitos oprimidos e, portanto, calados pelo racismo. Certamente, disso resulta a potência da voz lírica de Rufino. Uma potência que faz ecoar denúncias e que reverbera questões identitárias. Rufino assume, assim, um protagonismo na sua escrita, com papel singular. Nesse sentido, a obra *Eu, mulher negra, resisto*, apresenta poemas que sugerem ao leitor refletir sobre a intersecção entre raça, gênero e classe, e como essa associação é representada negativamente na sociedade.

Sobre isso, a voz de Rufino faz ecoar no tecido literário uma nuance de imagens, como bocas. Elas representam o silenciamento das mulheres na nossa sociedade, bem como os abusos sofridos, violências físicas e psicológicas e/ou os muitos apagamentos. Contudo, os seus gritos ecoaram, embora não ouvidos. Posteriormente, verificamos essa mulher que tenta romper com as amarras a ela impostas, sendo representada por uma boca sem amarrar, conforme vemos abaixo:

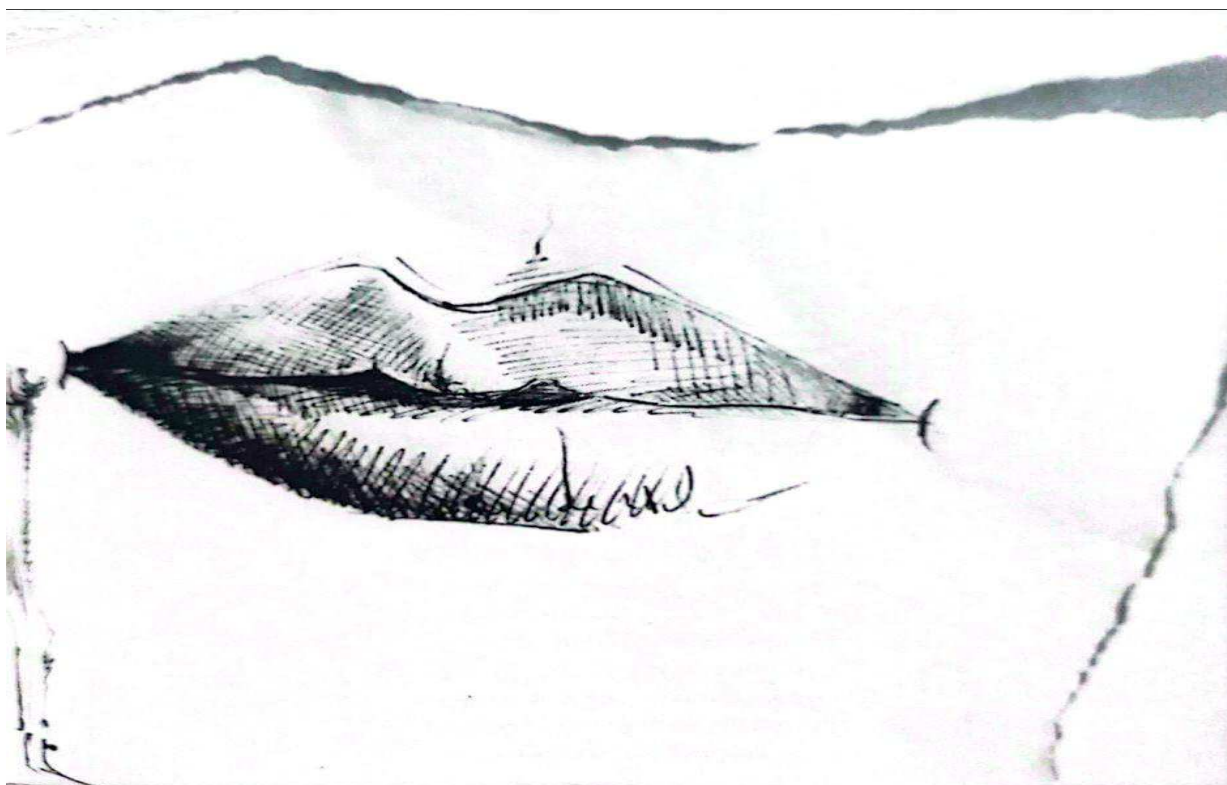


Figura 04: Imagem retirada de *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino (1988).

Essa boca liberta, ou seja, sem máscaras ou amarras, representa a luta, a dor e o sofrimento, mas também o início do seu, do meu e do nosso protagonismo negro. Certamente, é uma boca que dialoga com as conquistas do coletivo negro e levante para as conquistas e papéis que as mulheres desempenham hoje. Por conseguinte, ela representa todo o lugar poético, ativista e intelectual da cidadã negra. Conforme é colocado por Rufino, na revista *Eparrei*, em maio de 2001: “nós, mulheres negras, não aceitamos mais apenas o papel de companheiras, esposas e amantes dos trabalhadores da obra, nem musas do samba do cabrocha bamba” (Rufino, 2011, online), mas sim “exigimos a nossa participação do alicerce ao acabamento final” (Rufino, 2011, online). Desse modo, essa boca livre de amarras, mas com marcas de sofrimento do passado, assume um lugar de fala, de crítica e questionamentos.

Claro, longe de ser as ideias, registram-se algumas conquistas no universo feminino, a exemplo, do direito de votar. Todavia, é preciso lembrar que, mesmo assim, a mulher, sobretudo a mulher negra, continua sendo exposta ao feminicídio. Nesse entendimento, acolhemos o pensamento de Roland Barthes (2006), em *Elementos de semiologia*, que nos chama atenção sobre a conotação da imagem, pois “o texto é uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem” (Barthes, 2026, p. 56), seja em “um ou vários significados”.

Como informa Barthes, as imagens trazem diversas significações, dentre elas, sentidos sociais, históricos, econômicos e políticos. Nessa perspectiva, apresentamos a imagem abaixo, cuja posição assume a ideia de subalternidade:



Figura 06: Imagem retirada de *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino (1988).

Na imagem acima, temos o corpo feminino, que assume o lugar de signo para os discursos e para os pensamentos feministas. Na obra, ele se apresenta ainda como subalternidade, evidenciado na forma curvada, com a cabeça para baixo e com o joelho no chão, em sinal de respeito, medo e submissão. Entretanto, à medida que começa a levantar o joelho esquerdo do chão, passa a tomar postura de enfrentamento.

Contudo, a mulher, para erguer-se na sociedade, precisou lutar e conquistar espaços, a fim de escrever em seu corpo e sobre ele a desconstrução desses papéis impostos. A delicadeza e o refinamento do corpo feminino branco, bem como as marcas, as cicatrizes presentes no corpo negro, acoplaram-se, simultaneamente, ao corpo irrelevante, ao corpo ativo, ao corpo que fala, ao corpo politizado que se organiza na busca por saúde, sexualidade, igualdade salarial, educação de qualidade, representatividade na política, na pesquisa, como também não a violência, estereótipos de mães solteiras, as marcas e dores da maternidade, o tratamento diferenciado nos hospitais, quando se fala das mulheres negras durante o parto, o envelhecimento, dentre outras prerrogativas.

Esse corpo é ativo, pois mesmo na mira da objetificação masculina, as mulheres conhecem seus corpos e o poder que eles possuem, tendo consciência e sendo atuantes. E essa atuação ultrapassa e chega a outros campos, como é o caso do literário, que marca mais que um conflito, reivindica e se transforma numa expressão poética, discursiva e imagética, extrapolando vários campos e tornando-se dispositivo visível e concreto no embate contra as convenções e imposições legalizadas.

Assim, na trajetória desse corpo que usa a si mesmo, sua voz, sua escrita e seus pensamentos como ferramentas de combate, a fim de se expressar, levantar e erguer, temos a silhueta de um corpo negro sem rosto. Ele seria, pois, a representação das inúmeras mulheres que foram mortas, sendo esse corpo negro insignificante para a sociedade. Essas imagens contidas na obra foram usadas como projetos gráficos para ajudar a nomear a condição da mulher negra na sociedade. Exatamente por isso, elas exercem um significado representativo no texto e na voz de Rufino.



Figura 07: Imagem retirada de *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino (1988).

Esse erguer da mulher aconteceu de forma lenta, realizado através de outras mulheres atuantes no processo de luta por igualdade, que viraram mártires e impulsionaram outras mulheres a não aceitarem as realidades impostas. Contudo, encontramos, na poética rufiniana, homenagens ao coletivo dessas mulheres, bem como poemas direcionados, como o que veremos logo abaixo, que fala de Rosa Gouveia da Silva, morta em um atentado terrorista no Peru:

Um jeito de Rosa
Suas lutas pela preservação da vida

Você síntese
Sorriso nos olhos
Um aperto de mãos

Tecendo mensagens
Ora com o grito ora com gemido
Às vezes com o murmúrio das águas

Nos movimentos
Lutas feministas
Diálogos apaixonado
Passando a luta da mulher
Entrelaçada emoção sensibilidade
Transformações

Com um caminho que renasce
Em cada ato em cada luta
Em cada noite sem sono

Companheira
Acordamos deste triste sonho
À procura de nascentes
Mulheres e sementes

O sol cuidará fazendo brilhar
Juntaremos nossas mãos outra vez

Ficou de ti a essência da flor
Para renascer outras vezes
E nos revelar de novo
O outro lado da raiz
Rosas e suor de corpos

Desafiando o escândalo da vida
(Rufino, 1998, p. 58-59).

O poema intitulado “Um jeito de Rosa” discute a luta que tantas mulheres travam a favor da vida e de direitos, fazendo uso de uma linguagem simbólica, em que Rosa buscaria modificar o mundo inteiro. Ela teria destaque, pois sua comunicação dava-se ora com “sorrisos nos olhos” e “aperto de mãos”, ora com “mensagens, grito de gemido, murmúrios”. Rosa Gouveia destacava-se por seu engajamento no feminismo, com o qual se “entrelaça de emoção e sensibilidade” e, principalmente, “transformando na sociedade”. Essa mulher, mesmo com o cansaço das lutas, percorre “um caminho que renasce”. Apesar dos desafios e dificuldades, não desiste, luta “em cada noite sem sono”, sendo que essa força feminina se torna uma semente que brota nas mulheres, que é fonte inspiradora, mostrando a resiliência que se traduz na “essência da flor”, para assim “renascer outras vozes”, embora esse renascimento

ocorra a custo de “suor de corpos”. Para termos os direitos que dispomos hoje, muitas mulheres tiveram que sofrer. Muitas mulheres morreram por serem negras, pobres, lésbicas, prostitutas e periféricas.

Como consequência, passados cento e trinta e seis anos da Lei Áurea, temos ainda grandes prejuízos na produção teórica de autoria negra, contamos com forte influência do período escravista. E isso se reflete em dados que traduzem as dificuldades de acesso e permanência da maioria da população negra na escola. Somado a isso, o maior índice de pessoas presas é o da população negra, sem falar na desvalorização da cultura e religião de matriz africana. O número de obras produzidas por mulheres negras brasileiras é mínimo. Para que isso aconteça, elas precisam burlar o sistema, muitas vezes têm dificuldades para conseguirem apoio e patrocínio, ficando no esquecimento, caso não tenham condições de escrever e publicar suas obras literárias por conta própria.

A população negra não tem acesso aos meios de comunicação adequados. A maioria dos alunos negros não tem acesso a computadores, muitas vezes sendo reduzidos apenas às redes sociais, com acesso à internet somente por smartphones. Sem falar na criminalidade a qual os jovens que vivem nas favelas e bairros mais afastados estão expostos, convivendo diretamente com todo o tipo de violência. Logo, não veem a escola como um espaço de transformação e liberdade.

De maneira geral, tais dados mostram a diferença de tratamento, acesso e permanência na escola em termos de gênero e raça, reforçando que nossa luta não pode parar, em que muitas batalhas precisam ser travadas, posto que o preconceito e a discriminação não estão velados, e sim revelados em dados que sempre apresentam os negros e negras em situações de inferioridade aos brancos.

Tudo isso corroborou para a invisibilidade e o não acesso de negros a espaços de produção nas universidades, o que acarretou a inexistência de uma produção intelectual negra vasta. Aqui, importa que citemos Patrícia Hill Collins (2016), que fala sobre a importância de o feminismo negro ser representado e falado por uma mulher negra.

É nesse sentido que Djamila Ribeiro (2017) discute o lugar de fala, visto por ela como um lugar de pertencimento, um lugar em que se dá voz para quem nunca teve, pois “o falar não se restringe ao ato de imitar palavras, mas de poder existir”. Assim, precisamos pensar: “quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de

transcendência”. Não somos radicais ao ponto de afirmar que “somente o negro pode falar sobre racismo”, a questão aqui discutida tem a ver com as “relações de poder hierárquicas”, as quais “não implicam em se ter as mesmas experiências, porque o autor não nega a dimensão individual” (Ribeiro, 2017, p. 64).

Um espaço negado a mulheres negras, como tantos outros. Entretanto, em contraposição a essa realidade, é importante destacarmos que Conceição Evaristo é um marco, ela é espelho para muitas outras escritoras negras. Suas obras são amplamente lidas e discutidas em diversos espaços, seja acadêmico ou nas indicações para leituras de diversos vestibulares do país. Premiada por suas produções, é tema de diversas dissertações e teses. É visível que o caminho a ser percorrido ainda é longo, e por vezes alimentado e reforçado por discursos opressivos e pejorativos. Precisamos repensar os papéis de alteridade dados às mulheres negras, dando-lhes a oportunidade de fala, de produção e acesso ao meio acadêmico.

Desse modo, uma de nossas armas para minimizar e reduzir essa realidade é a escrita, a voz, o corpo, a força e a união para reprimir situações de racismo e mostrar que temos o que falar. Assim, apresentamos as imagens abaixo, as quais foram retiradas da obra de Rufino, que mostram que a mulher negra está buscando o seu lugar na sociedade, isto é, acesso à cidadania:

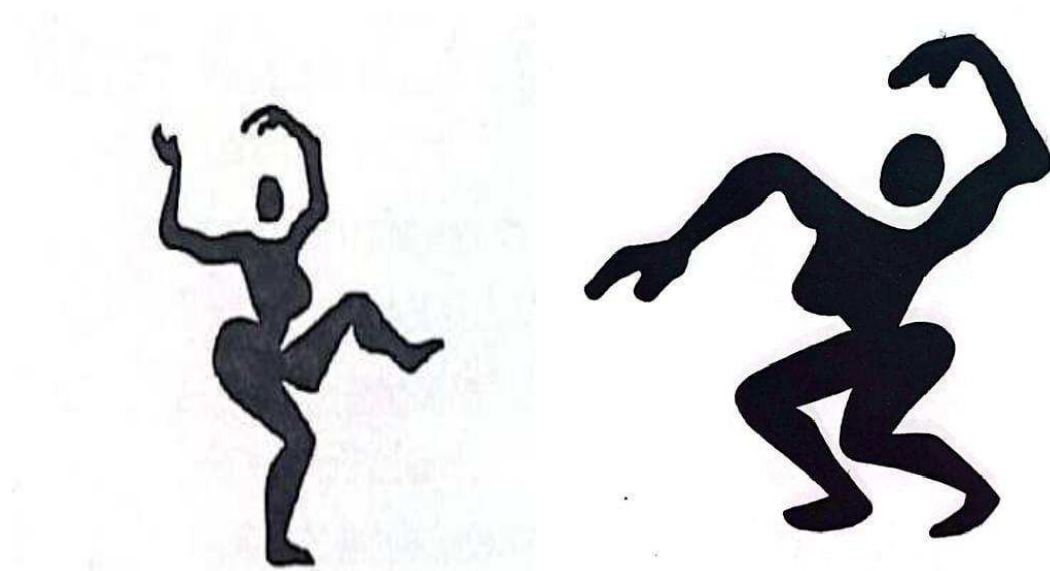


Figura 08 e 09: Imagem retirada de *Eu, mulher negra, resisto*, de Alzira Rufino (1988).

As mulheres negras ergueram seus corpos, suas vozes e assumiram o papel de protagonistas de suas histórias. As escritas dessas mulheres combatem o racismo,

o sexismo e a exclusão social. De maneira geral, elas assumiram seus lugares na narração de suas histórias e na convocação de outras mulheres para a formação de movimentos que estimulem a valorização, o respeito e a participação das mulheres negras na sociedade, nos cargos de chefia, no poder de escolha, na autonomia e no empoderamento. Assim, vemos esse corpo em movimento, transpirando liberdade, um corpo que dança, que comemora e assume papéis importantes na sociedade.

E esse empoderamento é perceptível quando a mulher negra está presente nos lugares, principalmente o de fala; quando ela toma as rédeas da condução da história; quando se faz presente na literatura, quando ergue e levanta a voz a fim de ser ouvida e ter representatividade, tornando-se fonte de inspiração e produzindo conhecimentos, deixando de ser objetificada.

Nesse sentido, a obra *Eu, mulher negra, resisto* é composta por 69 poemas, os quais discutem diversos temas no que tange à condição das mulheres. Neles, Alzira Rufino reforça a luta feminina, trazendo, à luz das discussões, reflexões sobre resistência, violência, ancestralidade, as dores da escravização, a contrariedade de ser negro, o movimento feminista, prostituição, politização, escrita e resgate da identidade de ser negra. Poemas esses que serão analisados no subtópico a seguir, em que falaremos sobre os espaços de fala, espaços esses que, embora tenhamos algumas conquistas, há ainda muito o que se discutir.

3.2 Espaço de fala: a voz e a resistência do corpo em *Eu, mulher negra, resisto*

O espaço de fala é uma luta constante. E Alzira Rufino conquista esse espaço, como é colocado por Lélia Gonzalez, no prefácio da obra *Eu, mulher negra, resisto* (1988). Segundo ela, “os versos de Alzira Rufino parecem ter a estranha capacidade de nos transportar para onde eles estão, ou para onde ela estava no momento em que os gerou” (Gonzalez *apud* Rufino, 1988, p. 11). Suas estrofes tocam nos “seres humanos, em sua subjetividade, aprenderam a estabelecer relações entre a presença física e a presença espiritual” (Gonzalez *apud* Rufino, 1988, p. 11).

Apresentando, desse modo, esse espaço de fala a partir da realidade de ser mulher e negra em nosso país. Ao escrever suas poesias, Rufino rompe com as ideologias que são perpetuadas há séculos em nosso país. Sua escrita é um grito de liberdade, que confina as estruturas de dominação, as quais controlam a força de trabalho e a produção intelectual. Segundo Karl Marx, essas estruturas e

superestruturas foram conceitos cunhados para explicar como o Estado oprime e domina para se manter no poder, pois o conjunto dessas “relações de produção, forma a estrutura econômica da sociedade. Essas estruturas são correlatas e se inter-relacionam dialeticamente, as quais refletem diretamente nas relações sociais” (Marx, 1996, p. 189).

A produção intelectual brasileira, em sua maioria, está concentrada nas mãos da elite branca, que reproduz modelos e ideias que privilegiam seus pares. Criando estereótipos sobre a grande massa, que termina por impedir que escritores que fujam aos padrões estéticos estabelecidos sejam conhecidos ou sejam esquecidos. Como exemplos, temos escritores citados no capítulo anterior, os quais produziram textos e poesias que desafiavam a ordem vigente e traziam novos olhares sobre as relações de produção, precisamente ao contarem uma história a partir da sua realidade, o caso de Alzira Rufino.

Rufino fala de si e do outro, destacando aspectos de seu cotidiano ao questionar preconceitos e estereótipos enraizados em nossa sociedade. Através de suas poesias, denuncia as atrocidades que as mulheres negras sofreram e/ou sofrem, as brutalidades a que em geral as pessoas negras estão sujeitas. Sua poesia de resistência é subversiva, desafia as normas estabelecidas na sociedade, bem como as normas de produção literária. Assim, ela representa, juntamente com outras mulheres, a chamada vanguarda feminegra, onde

elas os fazem saltar sobre o largo divórcio entre a produção real de uma determinada sociedade, suas estruturas/superestruturas e as relações sociais que nelas possam estar ensejadas. Ou seja, através do sonho, ou mesmo da concentração de sentidos num determinado momento, pode-se traçar, de forma particular e única, aspectos da vida humana que nos envolvem a todos, apontando e questionando os mecanismos sociais articulados para reproduzir a alienação. E os poetas são mestres nessa arte (Gonzalez *apud* Rufino, 1988, p. 11).

Essas mulheres são capazes de criar novas realidades, novos conceitos, ideias, ou perpetuar velhos paradigmas. Rufino faz parte do primeiro grupo, que questiona, que desafia, que subverte a ordem estabelecida a fim de denunciar as ideologias dominantes. Com sua arte, ela nos possibilita novos olhares sobre a condição das mulheres negras, como em seu poema “não sei se queres”. Nele, questiona qual o papel que deve assumir perante a sociedade, visto que a mulher negra precisa ter um lugar de fala:

Não sei se queres

Queres que eu fale
 Queres que eu cante
 Não sei se queres
 Que eu bote manto
 Que eu não sinta
 Vulcão e lavas
 A pele em brasa
 Que eu não abra
 Os meus portões
 Que eu não corra
 Pela estrada
 Que não assuma
 A revoadada
 Que dê voo
 À liberdade.
 (Rufino, 1988, p. 65)

O eu poético rufiniano nos revela “a voz e a resistência do corpo”, um direito de fala que não foi conquistado tão facilmente, mas numa luta contra o sistema, como é colocado no poema “não sei se queres”. Como vemos, é questionado se querem ou não que ela fale, que cante ou mesmo que “viva”, pois sobre suas dores são colocados “mantos”, para que não sinta os “vulcões e as lavas” de exclusão da sociedade, por conta da “pele em brasa”. A sociedade brasileira mascara o racismo e sofrimento das mulheres negras, assim, Rufino se questiona sobre a necessidade de esconder as dores e sofrimentos embaixo de um manto imposto pela sociedade.

Entretanto, ela é resistente, não aceita o que lhes é imposto, mesmo “que não abra os seus portões” ou que “não corra pela estrada e assuma a revoadada”. Com a sua escrita, percebemos as conquistas das mulheres e outras que ainda temos que trilhar, para que tenhamos que dar “voo à liberdade”. A caneta representa, para Alzira, a possibilidade de denunciar as atrocidades que as mulheres negras sofreram e sofrem, e ainda irromper com as amarras que cessam sua liberdade. Em seu poema, destrói os portões que a aprisiona, ficando livre para escolher o caminho que deseja trilhar. De acordo com De Sousa:

Enquanto escritora afro-brasileira, Alzira Rufino manifesta em suas obras um caráter de afirmação e revelação da literatura negra brasileira, sendo porta-voz dos sentimentos e anseios de uma cultura e história abafadas e negadas, por uma outra dominante e excludora. Rufino situa-se como uma autêntica escritora da literatura afro-brasileira, rasgando os véus do silêncio e afirmando os sujeitos negros em uma literatura engajada e construída a partir

dos elementos da cultura e da história dos povos negros, dos anseios, dos sentimentos e das lutas dos povos da diáspora (2019, p. 17).

Com o intuito de evidenciar os caminhos trilhados por todas as mulheres negras, com suas conquistas por espaço, Rufino passa a escrever. Seus poemas trazem consigo “sentimentos e anseios” de uma cultura apagada e estereotipada, numa ação de partir “os véus do silêncio”, ela contribui para a construção de um novo olhar histórico dos povos negros.

Para Lélia Gonzalez, a escrita de Rufino se configura numa inquietude que assume “uma forma artística de tradução das inquietudes do nosso tempo” (Gonzalez *apud* Rufino, 1988, p. 11). Porquanto, “trata-se da voz da mulher e do negro; voz tão incômoda, tão produtora de ruídos, quando quer fazer-se ouvir, quando quer fazer ecoar a especificidade da sua mensagem, uma mensagem que deve chegar a todos” (Gonzalez *apud* Rufino, 1988, p. 11).

Em seus escritos poéticos, Rufino traz um olhar diferenciado no que diz respeito à história dos ancestrais. Além disso, também contempla problemas que permeiam os tempos atuais. Ao resgatar essa trajetória de coragem e ação, a autora utiliza a literatura como meio de significação da mulher negra, como vemos no poema abaixo:

Recado de Carmem, a prostituta

Fala o negro marginal
Fala na violência policial
Violência em fuga
Cadê a atenção social
Preocupam-se com o lado verbal
Que é a semântica total e dizem
Negra prostituta marginal
Falam as entidades
Falam mulheres de conceito
Prostituta fala
Eu sou mulher politizada
Tenho um dente de ouro
Conheço o peso e a falta de decoro
Não sou do mundo dos mouros
Eu tenho muita saudade
Do tempo em que eu era criança
E acreditava na verdade
O ser humano era real
Inventaram empalharam
Bichos e pessoas normais
Puseram-nos em exposição
Às filas de curioso do nada
Cadê os imorais cadê os anormais

Cadê os débeis mentais cadê os ideais
 Cadê a mulher negra ativa
 Cadê a mulher branca guerreira
 Cadê a política verdadeira
 Cadê a vida real espanta?
 Cadê os homens meninos
 Cadê a veia vertente
 Cadê luta e o jogo
 Cadê a perda e o ganho
 Cadê o sono e o sonho
 Cadê os girassóis no peito
 Cadê o arco-íris do verbo
 Cadê a poesia.
 (Rufino, 1988, p. 60-61).

O poema “Recado de Carmem, a prostituta” demonstra a anunciação feminina, com uma crítica multifacetada no tocante a questões de heranças culturais, políticas e sociais. Essa mulher de que trata o eu lírico é marginalizada, ela é negra e prostituta, vive em meio a imposições. O eu lírico fala, de algum modo, acerca da falta de atenção social e do direito de fala dessa mulher, que, numa sociedade dominada pela necropolítica como a nossa, é rotulada. De maneira geral, essa sociedade irá negligenciar o sofrimento, perseguindo e extinguindo essa “negra prostituta marginal”. Nela, os abusos cometidos contra as mulheres negras são naturalizados, conforme escreve Davis:

O abuso sexual de mulheres negras, é óbvio, nem sempre se manifesta na forma de uma violência tão aberta e pública. Há o drama diário do racismo representado pelos incontáveis e anônimos enfrentamentos entre as mulheres negras e seus abusadores brancos – homens convencidos de que seus atos são naturais. Essas agressões têm sido ideologicamente sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais. [...] A imposição dessa maneira de enxergar as mulheres negras aos homens brancos da classe trabalhadora foi um momento de triunfo para o avanço da ideologia racista (2016, p. 181).

Vemos o racismo se manifestando em nossa sociedade de forma dissimulada. E isso é preocupante, já que está se perpetuando comodamente. Muitas vezes, é reforçado na literatura, na história e nos costumes, retratando as mulheres negras como sendo promíscuas e imorais, além de reforçarem as “ideologias racistas”. Entretanto, Rufino nos convida a ressignificar e rever esses conceitos, pois essa mulher precisa discorrer sobre suas dores e padecimentos. Ela deve ser “politizada”, conhecer seus direitos. Embora afirmem que a igualdade e a equidade se apresentem em nossa sociedade, devemos salientar que o acesso a elas não é dado a todos.

Os questionamentos no poema “Recado de Carmem, a prostituta” não param. O eu lírico questiona aonde estão os “imortais”, “os anormais”, os “débeis mentais” e os “ideais”. Quanto a essa mulher negra “altiva”, que além disso é “guerreira”, tem “a política verdadeira”, uma vez que a vida real espanta, espanca, atrocida e extermina, quando deveria defender e cuidar.

E as indagações continuam, onde estariam a “veia vertente”, a “luta e o jogo”, “a perda e o ganho”, o “sono e o sonho”? Conhecemos apenas as lutas e as perdas. As lutas são representadas pelos “girassóis no peito” e “o arco-íris do verbo”. Essas imagéticas representam e/ou simbolizam o combate, a injustiça e a agressão. Além disso, também simbolizam a liberdade e a dignidade, que embora distantes, são desejadas e sonhadas, se apresentando num grito de resistência e reflexão, cabendo à poesia trazer essas questões em discussão.

A poesia é a forma de expressão que se apresenta na coletividade, a partir de um olhar individual. Como o poema “sufoco”, que traz a realidade social do negro e da negra, evidenciando como são tratados pelo sistema, apesar de bancarem as ostentações da elite, não são reconhecidos por seus trabalhos. São cobrados, explorados, recebendo baixa remuneração para sobreviverem:

Sufoco

Eu tenho de ir
Pra viela
Do trabalho, do sufoco
Do medo sem liberdade
Do salário que não dá
Nem mesmo pra ver Piaf²⁹
Amanhã vou para a gráfica
Às cinco de la matina
Minha saúde vem pó
Poluição
Em calor, refrigerador
Sem lazer e sem perdão
Mas o patrão diz não,
Eu não queria estar só
Eu queria só mudança
Como criança que brinca
Carrega sua casinha
Mas meu mundo é mais amplo
Queria chutar bola
E derrubar esse esteio
Esteio de falsidade
Montar casa de verdade

²⁹ Édith Piaf, cantora francesa.

Onde tivesse jasmim
 Onde eu soubesse de mim
 (Rufino, 1988, p. 50).

Nesse poema de Rufino, é relatado o cotidiano da maioria dos brasileiros pobres e negros, numa tentativa de conscientização acerca das brutalidades cometidas contra a comunidade negra. Violências essas presentes nos locais de trabalho, nas ruas, nas casas e, em especial cometidas às mulheres negras, que sofrem corriqueiramente brutalidades físicas e psicológicas.

Esse poema traz consigo denúncias sobre o medo que as mulheres têm de sair de casa (“eu tenho de ir pra viela”), visto que estejam sujeitas aos piores tipos de abuso. Contudo, por precisarem “do trabalho”, ignoram as violências sofridas, com salários insalubres, com péssimas condições de trabalho e sem acesso à cultura e ao lazer. Por conta da baixa remuneração, são limitadas, não têm acesso a shows, teatro, cinema e à oportunidade de refinamento e cultura de maneira geral. Seu tempo é dedicado ao trabalho e às tarefas de casa, sendo negligenciado o conhecimento, isto é, o acesso a uma cultura letrada.

Numa rotina fatigante, de ter que acordar cedo (“Às cinco de la matina”), possuem a saúde comprometida, seja pelas condições de trabalho, pela “poluição” ou “falta de descanso”, sobrevivendo “sem lazer e sem perdão”. Essas mulheres vivem em péssimas condições.

Nesse sentido, é necessário lutar e/ou recusar o branqueamento da sociedade. Devemos resistir a essa ferocidade que busca silenciar-nos, que é resultante do segregacionismo. Tais estruturas de pensamento ocasionam as favelas, as vielas, a prostituição e as cadeias. Para tanto, Rufino argumenta que todos que se juntaram a essa luta, “não queria estar só”. Buscava “só mudanças”, como um sonho de “criança que brinca”, que, em seu “mundinho”, consegue fantasiar e viver em “sua casinha”. Mas ela é mais holística, pois seu “mundo é mais amplo”. Queria apenas “chutar a bola” das injustiças, “derrubar esse esteio” do preconceito, para montar uma “casa de verdade”, na qual todos tenham as mesmas oportunidades.

Dessa maneira, ela nos convida a desafiar as relações de poder que dominam os sujeitos negros, as quais privilegiam poucos. Em seus poemas de resistência, são apresentados todos os sofrimentos impostos à mulher negra. Rufino usa sua força e intelectualidade para denunciar as atrocidades cometidas contra esses sujeitos. Faz uso do seu fazer poético e levanta a bandeira para reafirmar sua identidade de mulher

negra e pobre. Assim, seu dizer poético é um chamado para que busquemos:

O movimento pelos direitos civis tinha o poder de transformar a sociedade porque os indivíduos que lutam sozinhos e em comunidade por liberdade e justiça queriam que esses dons fossem para todos, e não apenas para quem estivesse sofrendo e sendo oprimido.[...] Encorajaram as pessoas negras a olhar além de nossas próprias circunstâncias e a assumir responsabilidade pelo planeta. Esse apelo à comunhão com um mundo além do eu, da tribo, da raça, da nação, era um convite constante para expansão pessoal e crescimento. Quando uma multidão de pessoas negras começou a pensar apenas em "nós e eles", internalizando o sistema de valores do patriarcado supremacista branco capitalista, pontos cegos se desenvolveram, e a capacidade de empatia necessária para a construção da comunidade foi reduzida. [...] No momento em que escolhemos amar, começamos a agir contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a avançar em direção à liberdade, a agir de forma a libertar a nós mesmos e aos outros. Essa ação é o testemunho do amor como prática da liberdade (hooks, 2023, p. 413-414).

Dessa maneira, bell hooks (2023), em *Cultura fora da lei: representações de resistência*, nos convida a fazer parte do movimento feminino e negro, mas que não nos limitemos ao “isolacionismo”. É preciso que ele chegue a todos, não somente para “quem esteja sofrendo e sendo oprimido”. A luta precisa ser ampla e contemplar todos, partindo de uma “expansão pessoal e de crescimento coletivo”, sendo essa liberdade traduzida numa libertação para nós mesmos e para os outros. Entretanto, não queremos, aqui, falar que o movimento deve desviar seu foco, pelo contrário. O que queremos é que ele não se perca “em pontos cegos”, ou perca a “capacidade de empatia”, a qual foi reduzida pelo capitalismo. Temos, antes de mais nada, que buscar a conscientização e chamar todos para o “movimento”. Inicialmente, dando força para as mulheres negras e, posteriormente, ampliando para todos. Ao vozearem e darem oportunidade às mulheres negras que antes eram invisíveis na sociedade, elas deixam de ser apenas números estatísticos e passam a ter nome e um rosto, não se curvando diante das violências sofridas constantemente. Vejamos o poema de Rufino abaixo:

Movimentos

Que as pedras caiam
Em meu corpo
Atiradas pela distância
Haverá dentro de mim
Uma força
Como há em mim
O coração em sangue
E neurônios cansados

Meu cérebro ultrapassa
Essas pedras distantes
Meu sono meu medo

Não mostro palavras
Apenas
No que sou
A solidariedade
O afeto
Não cronometram a distância.
(Rufino, 1988, p. 67).

O poema “Movimentos” nos apresenta a imagética de “que as pedras caiam” e caem a todo momento sob “o corpo”, pedras essas que representam o convencionalismo e a hostilidade, que se convertem em descaso, em negligência e que, mesmo “atiradas pela distância”, ferem a alma. Para tanto, apesar de todos os percalços, “haverá dentro” de si “uma força forte” que alimenta o “coração em sangue” e os “neurônios cansados”.

Rufino ultrapassa todas as barreiras que a sociedade lhe impõe, mesmo com “sono” e com “medo”, não se limita apenas a palavras. Ela faz uso delas para representar com “solidariedade” e “afeto” os anseios dos sujeitos oprimidos. Por conseguinte, precisamos falar, discutir, mobilizar e nos unir a fim de informar e orientar a população acerca do pensamento e movimento feminista. Para Judith Butler (2018), em *Problemas de gênero-feminismo e subversão de identidade*, precisamos empreender e agregar-nos em um movimento único, com base firme, levando em consideração as dimensões de classe e de raça, pois essas categorias se entrelaçam e são interseccionais, devendo se articular ao gênero (Butler, 2018).

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2003) tece reflexões sobre a necessidade de o movimento feminista “enegrecer”, pois:

Buscamos assinalar com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedade multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pode-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 18).

Desse modo, busca-se enegrecer o movimento com o intuito de que este seja

mais amplo em suas reivindicações, que busque integrar “diferentes expressões”, buscando contemplar uma sociedade que seja multicultural e pluriétnica. É importante que o movimento levante as bandeiras não somente de gênero, mas que contemple e vá além do “intragênero”, que busque integrar a mulher em sua generalidade, seja ela negra e/ou pobre. Além disso, ao enegrecer o movimento, também revelaremos suas identidades, representando as sociedades em suas essências, sendo elas “multirraciais e pluriculturais”. Portanto, criando um movimento que luta pelo antirracismo e para o reconhecimento do ser negro e ser humano em sua totalidade.

De acordo com Cuti (2010, p. 56), dizer-se *negro*, além de desdizer o que foi dito, é um dizer-se sou humano. Logo, Alzira Rufino, respaldada pela força de sua representação por meio do poema, conclama a mulher negra para a sua fala, e para que esta fala negra não continue a ser um segredo, um sigilo. A autora compreende que sua alocução erguida tem poder e que sua exclamação pode ecoar todos os lugares de sua existência. Ela nos convida, no poema abaixo, a denunciar as formas de discriminação:

Boletim de Ocorrência

Mulher negra,
 Não para
 Por essa coisa bruta
 Por essa discriminação morna,
 Tua força ainda é segredo,
 mostra tua fala nos poros
 O grito ecoará na cidade,
 Capinam como mato venenoso
 a tua dignidade,
 ferem-te com flechas encomendadas
 te fazem alvo da experiências,
 Tua negritude incomoda
 Teu redemoinho de forças afoga
 Não querem a tua presença
 Riscam teu nome com ausência.
 Mulher negra, chega
 Mulher negra, seja
 Mulher negra, veja
 Depois do temporal.
 (Rufino, 1988, p. 19).

O eu lírico “Boletim de Ocorrência” se revolta contra o silenciamento, posto que a “mulher negra, não para”, tendo uma luta constante contra as dores sofridas, devendo resistir a todas as brutalidades que lhes são imputadas, bem como

vivenciando uma “discriminação morna”, caracterizada por um racismo velado e uma suposta democracia racial. As mulheres negras, que são vítimas de violência e discriminação, têm suas dignidades e honras questionadas constantemente. Por isso, “capinam como mato venenoso a tua dignidade”, associando a sua cor e o seu corpo à prostituição e a empregos inferiores. Contudo, a “negritude incomoda”, uma vez que “não querem a tua presença”. Em contrapartida, “riscam teu nome com ausência”.

Rufino deixa clara a sua intenção de enfrentamento, de não mais aceitar a mordida colonial, capitalista e racista que oprime o gênero e a raça de sua ancestralidade por uma vida inteira. Nos versos acima destacados, o eu lírico rufiano grita sem reservas, sem medo, sem limitação. E com esse mesmo sentimento de empoderamento e de urgência, temos o trabalho das ativistas Angela Davis, Gina Dent, Erica R. Miener e Beth E. Richie, *Abolicionismo. Feminismo. Já.*, em que ressaltam o seguinte:

Sentimento de urgência e tem como objetivo encorajar ações ponderadas e baseadas em princípios; não pretende sugerir que haja uma resposta ao alcance neste momento. Queremos dizer: faça perguntas diferentes *já*; considere ações alternativas *já*; envolva-se com mais pessoas *já*; complique a análise *já*, mude de ideia, peça desculpas, recalcule e tente novamente *já*. *Já* é o momento de ajuda mútua e autocuidado. *Já* é o momento da raiva justificada e de resolução na dolorosa realidade da carnificina que as prisões, o policiamento e a detenção – todos confinamentos forçados – criaram para nós. Devemos ser lembrados *já* de como estupro, espancamento, perseguição, trabalho sexual criminalizado, violência dirigida a pessoas trans e remoção de crianças de suas famílias estão arruinando vidas. E *já* é a hora de lamentar as vidas perdidas em várias pandemias, incêndios descontrolados, furacões e terremotos, guerras sem fim, exploração capitalista e racial e ocupações. Em vez de oferecer o *já* como o ponto-final – como em “afinal” – nós o oferecemos como um ponto de partida crítico e alegre (Davis *et. al*, 2022, p. 198-199).

Por conseguinte, precisamos responder às diferentes perguntas, mas não somente responder com palavras, e sim com ações contra as coações que sofremos, seja na “dolorosa realidade da carnificina” dos “sistemas prisionais”, seja no que concerne ao “estupro, espancamento, perseguição”. Davis, do mesmo jeito que muitas outras estudiosas, nos apresenta o advérbio de tempo “já” como uma ação que não está acabada, isto é, “como um ponto-final”. Pelo contrário, é posto como um agir e reagir, nos convidando a pensá-lo “como um ponto de partida crítico e alegre”.

E essas ideias estão em diálogo com os poemas de Rufino, que nos apresenta outra perspectiva sobre os negros. Quando Rufino escreve, destaca aspectos da cultura e mostra para a sociedade que os negros possuem as mesmas capacidades,

precisando apenas de oportunidade. Além disso, desmitifica a forma como a sociedade vê o negro, sendo limitados às páginas policiais. Ora, as prisões para as quais são destinados podem ser vistas como escolas de formação de profissionais especializados no crime, como também uma forma de segregacionismo ao povo negro, pois são ocupadas em sua maioria por negros, alimentando a desigualdade social.

Essa discussão é colocada por Angela Davis, em *O sentido da liberdade* (2022):

As prisões, é claro, se alimentam das desigualdades de classe, das desigualdades raciais, das desigualdades de gênero. Elas produzem e reproduzem essas desigualdades, porque segregam e isolam os indivíduos que punem. As prisões ocultam as desigualdades que reproduzem. O perigo oculto de confiar no encarceramento como a principal solução para comportamentos que, muitas vezes, são subprodutos da pobreza é que a solução reproduz o problema que pretende resolver. Desse modo, podemos começar a compreender por que a população carcerária aumenta constantemente não apenas em números absolutos, mas também em termos proporcionais. Isso não tem relação com o aumento das estatísticas de crimes. À medida que a taxa de criminalidade diminui, as populações carcerárias aumentam. Obviamente, as prisões reproduzem esses problemas porque os recursos quase sempre migram da educação, da habitação e da saúde para as chamadas instituições correcionais. Portanto, uma criação gera outra (Davis, 2022, p. 112).

Para os governantes, é muito mais fácil investir em sistemas carcerários do que em educação, saúde, habitação e lazer. Alimentar as desigualdades de classe, racial e de gênero é uma solução rápida e barata. Segundo Foucault (1996, p. 98), em *A verdade e as formas jurídicas*, essa “ideia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa ideia paradoxal, bizarra, sem fundamento ou justificação alguma ao nível do comportamento humano, tem origem precisamente nesta prática”. Assim, as prisões são chamadas “instituições correcionais”, sendo elas um lugar sem volta, pois os sistemas prisionais não reiteram, não reintegram e nem mesmo ressocializam, mas marginalizam, dividem, separam e excluem.

Segundo Rufino, “o povo negro só possui visibilidade nas páginas policiais”, o que aumenta o preconceito racial. Do mesmo modo, ela dá destaque para as mulheres negras, tirando-as da invisibilidade. A autora, com esse olhar diferenciado, valoriza a beleza negra, enxuga as suas lágrimas, não como um consolo, mas como uma valorização, como verificamos em “Levante”:

nêgo chorará não
não chorará não
vão te pôr

pra fazer esse chão
 sei que teu mundo
 é de guerra
 nego bonito
 tu não sabes
 que força odara
 tu tens de obá
 teus pés amarrados
 correntes de safado
 qué te segurá
 (Rufino, 1988, p. 20).

Rufino nos incita a resistir e tomar partido dessa situação. Nos convida a lutar e não nos curvar diante das hostilidades. Fazendo uso dos “nãos”, de forma imperativa, espera-se que o interlocutor realize a ação. Visto como um ato de resistência, um orgulho de ser negro. Apesar de todos os empecilhos da vida, esse negro não se abate e nem se deixa vencer. Ainda que sofra com as piores condições de vida possíveis, possui espírito guerreiro e forte. E tal força é fruto da sua ancestralidade, das suas memórias, dos seus deuses e do seu povo. Mesmo diante das mais adversas situações, dos “teus pés amarrados”, dos teus algozes, ele é “nó na madeira”, como diz o eu lírico do poema “Travo”:

Sou nó na madeira
 Coisa que o machado
 Insiste
 Coisa que a lâmina
 Resiste
 Chora
 Porque vai me cortar
 (Rufino, 1988, p. 84).

Rufino traz, por meio das metáforas usadas no poema “travo”, um sabor amargo, que se traduz na dor e nos traumas dos negros. É, para tanto, usada a imagem do travo, que significa amargor, algo desagradável. Por outro lado, o negro é esse nó que existe na madeira, algo resistente, que, apesar das insistências, não é fácil de ser desfeito. Ainda assim, são cortados. Um corte que o acompanha desde sua concepção, seja na luta para sobreviver no ventre mal alimentado da mãe ou com a fome, a pobreza e a miséria.

Resistir é tema da poética de Alzira Rufino, o caso do poema “Ladainha”, em que ela chama as mulheres negras para participar do movimento feminegro. Que sejam elas politizadas, que tenham consciência e se façam presentes nas discussões

políticas, culturais e sociais, que seus protestos e direitos sejam ouvidos e que mudem suas formas de viver, que avancem em suas posições e nas tomadas de decisões. Vejamos o que diz o eu lírico de “Ladainha”:

Vamos lá
 Não pra ver o que é que dá
 Vamos lá para virar
 Não são milhas pra partir
 São encruzilhadas
 Barricadas
 Pra proteger e curar
 Essas feridas que sangram
 Cicatrizes que ficam marcas que reivindicam
 Um grito de verdade
 (Rufino, 1988, p. 85).

Como uma espécie de “ladainha”, metaforicamente uma oração, Alzira nos chama para “acordar”, sermos ativas. Nos incentiva e evoca para a luta, pois não temos nada a perder: “ver o que é que dá” e/ou “vamos lá pra virar”. Temos duas escolhas possíveis — permanecer e deixar a história nos levar, mantendo tudo como está, ou mudar e criarmos “barricadas” para nos “proteger e curar”. Mas não somente isso, devemos ir à luta e atacar, mesmo com as “feridas que sangram”, com as “cicatrizes que ficam”. Isso tudo não nos impedirá de “reivindicar”. Esse “grito de verdade” se fará ouvido, seja nos escritos e/ou nas discussões levantadas, isto é, na resistência e ressignificação da nossa verdade, contada e escrita por nós, como vemos em:

Resgate
 Sou negra ponto final
 Devolvo-me a identidade
 Rasgo minha certidão
 Sou negra
 Sem reticências
 Sem vírgula sem ausências
 Sou negra balacobaco
 Sou negra noite cansaço
 Sou negra
 Ponto final
 (Rufino, 1988, p. 88).

O poema “Resgate” fala sobre identidade e reafirmação do ser negro. Ele resgata essa autoidentificação e autoestima de ser mulher e negra, de ter orgulho de

suas origens, a fim de construir e reconstruir uma identidade roubada. Nesse poema, o eu lírico rufiniano é ativo, rasga sua “certidão forjada” e se assume “negro”, um negro “sem reticências”, “sem vírgula” e “sem ausência”. Esse orgulho de ser negro é extravasado nas palavras e no pensamento dela. Sendo ainda representados nas conquistas das mulheres negras, ao ocuparem cargos antes improváveis, como médicas, advogadas, engenheiras, diplomadas e juízas.

Corroborando com o pensamento de Rufino, bell hooks (2019), em *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, ressalta o seguinte:

Recentemente, os esforços de mulheres negras escritoras para chamar a atenção para o nosso trabalho servem para sublinhar tanto nossa presença quanto nossa ausência. Sempre que examino livrarias especializadas em mulheres, não fico impressionada com o rápido crescimento do corpo de literatura feminista escrita por mulheres negras, mas com a escassez de material publicado disponível. O número daquelas de nós que escrevem e são publicadas continua reduzido. As razões do silêncio são variadas e multidimensionais. As mais óbvias são as expressões do racismo, do machismo e da exploração de classe para reprimir e silenciar. As menos óbvias são as lutas internas, os esforços feitos para ganhar a confiança necessária para escrever, reescrever, desenvolver por completo a arte e a habilidade e o ponto em que tais esforços falham (hooks, 2019, p. 37).

Nesse sentido, bell hooks (2019) argumenta que, para iniciar uma carreira de pensadora e escritora independente, teve que “erguer a voz”. Segundo ela, “fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, um gesto de cura que liberta. Esse “ato de fala” não é somente “um mero gesto de palavras vazias”, mas constitui-se como “uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito” (hooks, 2019, p. 38-39), trazendo à tona a voz, e essa “voz liberta” (hooks, 2019).

Os negros e negras estão escrevendo suas próprias histórias, sendo os narradores de seus próprios destinos. Assumindo o protagonismo e fazendo a sociedade entender que eles são seres dotados de intelectualidade e que possuem o direito de estar em qualquer lugar, basta desejarem. E Rufino tem uma contribuição relevante para essas conquistas, seja no expressar do eu lírico de seus poemas, seja com suas críticas às injustiças nos meios de comunicação. Como bem vemos em uma publicação feita no jornal *Cidade de Santos*, publicada em 13 de maio de 1986:

O povo negro foi posto à venda. Acorrentaram-no e puseram-no a leilão. Decretaram que ele não pertencia à espécie humana, destituído de alma e de intelecto. Trabalhando para enriquecer a colônia, o seu salário foi o chicote, o estupro, a segregação da senzala. Dirão alguns que essa vergonha nacional terminou na gloriosa data de 13 de maio de 1888, com o gesto

magnânimo da princesa Isabel. E aí fomos todos felizes igualmente na democracia racial brasileira. Aliás, orgulhamo-nos disso diante desses horríveis e primitivos apartheids que existem na África do Sul e nos Estados Unidos. Aqui não. Aqui o negro não está preso ou morto por ser negro, não é impedido de morar junto com o branco - desde que seja na favela, nos cortiços, na FEBEM, na cadeia. Nas blitzes policiais, todos os negros são automaticamente suspeitos, mas isso é sinal de racismo?

Falou em racismo aqui no Brasil, é logo taxado de radical, agitador. Afinal de contas quase ninguém sabe que a "Abolição" não foi presente da princesa. Ignoram-se os quatro séculos de luta do povo negro, que procurou por todos os meios a sua liberdade, rebelando-se nas cidades, formando quilombos, chegando até a criar um estado independente dentro da colônia. O Quilombo dos Palmares, resistindo durante cem anos aos poderosos exércitos holandês e português, abrigando mais de 30 mil pessoas, liderado pelo herói da resistência negra, Zumbi, é o melhor desmentido que a história pode oferecer de que o negro não lutou pela sua liberdade.

Imediatamente após a "abolição", os ex-escravos enfrentaram uma realidade que até hoje perdura. O desemprego e o subemprego. O governo da época estimulou a entrada de imigrantes europeus, marginalizando novamente a população negra, agora não tendo sequer a garantia da comida. E já que os negros não podiam votar, inclui-se na 1ª Constituição a proibição ao voto do analfabeto. Uma forma "legal" de tirar o voto da população negra, que no período da escravidão jamais teve acesso à instrução.

Democracia racial... cem anos depois, se somos metade da população do Brasil, por que apenas 0,4% dos negros são empregadores? Por que metade dos negros ganha menos que um salário-mínimo? Por que 41% são analfabetos ou têm menos de um ano de escola? Não foram o sangue e o suor dos negros que transformaram as matas virgens em plantações, em riquezas, em desenvolvimento para o país? Se construímos tanto, por que a democracia racial nos concede tão pouco ou tão nada? Eis a "abolição": liberdade sem emprego!

Será que isso explica a porcentagem de 80% de negros entre os menores infratores? Será que viraram marginais por que ignoram que vivemos na democracia racial? Se eles a ignoram, estão nisso bem acompanhados. O Ministério das Relações Exteriores garantia, em 1996, num livro de propaganda do Brasil, que a população é branca, "sendo diminuta a porcentagem de pessoas de sangue misto". Depois dessa afirmação, fica mais fácil entender a distribuição indiscriminada de anticoncepcionais às mulheres faveladas que, nada por acaso, são de cor negra em sua maioria.

Hoje a consciência negra manifesta-se: as feridas abertas pela discriminação não serão curadas com lágrimas, mas com luta. Não mendigaremos emprego, tapinhas nas costas, não alisaremos o cabelo, não abaixaremos a cabeça. Vamos conquistar o nosso espaço, ocupá-lo. Porque, se não lutarmos, vamos continuar chorando (Rufino, 2019, p. 96).

Quando faz uma denúncia, a forma de tratamento dada pelo sistema televisivo brasileiro às mulheres negras, em especial na minissérie JK, exibida na rede Globo, coloca em evidência a discriminação e o preconceito sofrido pelas mulheres negras, precisamente ao reproduzirem cenas de violência, estupro e violação da integridade física e psicológica dessas mulheres. O negro, desde sempre, quando se fala das

representações artísticas, teve papéis pejorativos, sempre em situações subalternas: o homem negro é o bandido e a mulher negra é a empregada doméstica.

Do mesmo modo, temos a literatura. Pegamos, por exemplo, *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1875), que foi adaptada depois para a televisão. Além dessa novela de época, existem: “Chica da Silva” (1996), “Força de um desejo” (1999), “Sinhá moça” (1986; 2006) e “Cabocla” (2004). Nelas, as mulheres eram escolhidas para atuarem como figurantes ou coadjuvantes. Sobre isso, Lélia Gonzalez (2020) afirma que em nosso país temos um racismo “à la brasileira”, onde “no teatro, no cinema ou na televisão as atrizes negras só vivem personagens secundárias e subalternas (sobretudo como empregadas domésticas)” (Gonzalez, 2020, p. 201-202).

A exemplo disso, a montagem do elenco da novela “Gabriela, cravo e canela” (1975). Nela, o papel principal era destinado à negra Vera Manhães, mas, numa tentativa de embranquecer a personagem, “preferiram dar o papel-título para a ‘morena’ Sônia Braga” (Gonzalez, 2020, p. 201-202). Tal fato não ocorre somente em nosso país. Na cinematografia, há um embranquecimento de personagens negras, como, por exemplo, o fato de “a rainha Cleópatra (que era negra) aparece[r] nos filmes de Hollywood sob a imagem de Elizabeth Taylor” (Gonzalez, 2020, p. 204).

Ainda falando das novelas brasileiras, temos “Lado a lado”, novela em que Isabel, interpretada por Camila Pitanga, representa a luta da mulher negra nos pós-abolição, seja pelo preconceito racial ou estigmas da sociedade. Além dela, temos a novela “A cor do pecado” (2019), a qual reforça estereótipos desde o título, exaltando a sexualidade por meio da cor feminina negra, protagonizada por Thaís Araújo.

Do mesmo modo, a novela “O outro lado do paraíso” (2017) apresenta uma personagem negra, Raquel, interpretada por Erica Januza, que é uma empregada doméstica que sofre racismo. Anos depois, reaparece como uma rica juíza, mesmo assim, ainda sofre preconceito. Segundo Sandra Roza (2019, *online*),

Há uma estrutura racista na sociedade, que também está presente na mídia. Essa estrutura dita os locais de pessoas negras e brancas no meio social. As primeiras seriam as que devem servir (ideia racista que vem desde a escravidão) e as segundas seriam as que são servidas. Ao longo dos anos, essa estrutura vem mudando, principalmente em razão das ações dos movimentos negros no país, que contribuem para que pessoas negras tenham mais oportunidades de trabalho e estudos para que, assim, possam ocupar outras áreas de atuação além da de serviços. Porém, ainda, é importante ressaltar que embora essa estrutura esteja sendo abalada, a lógica social brasileira funciona com ideal de que pessoas negras devem servir e as brancas devem ser servidas. E isso reflete na maioria das vagas que são destinadas às pessoas negras no país, onde elas são a maioria que

trabalha servindo.

Nos anos 2024 e 2025, o sujeito negro tem ocupado lugar de visibilidade e protagonismo na televisão brasileira, quando falamos das novelas produzidas pela rede Globo. Como exemplo disso, temos as atrizes negras Gabz, Jéssica Ellen e Duda Santos, as quais atuam respectivamente nas produções: “Mania de você”, “Volta por cima” e “Garota do Momento”, ambas de 2024. Entretanto, não podemos esquecer que o pioneirismo negro nascera com as atrizes Ruth de Sousa, Zezé Mota e Léa Garcia que, embora não tenham tido a oportunidade de atuar em papéis principais, abriram o caminho para as demais, como Thaís Araújo, Camila Pitanga, Bárbara Reis, Sheron Menezes, Roberta Rodrigues, Erica Januza e tantos outros nomes, que conquistaram seu espaço e reforçam o poder da mulher negra.

Rufino, ao longo da obra *Eu, mulher negra, resisto*, traz à tona discussões acerca da condição da mulher negra, fala de seus dramas, suas dores e suas conquistas. Em seus versos de resistência, Rufino fala sobre as gerações do passado, chama a atenção para o presente e para o futuro. Com sua escrita, atua como defensora da causa, trazendo para a atualidade temas provocantes e extremamente necessários, destacando a memória e ressignificando a história e a cultura negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas nesta dissertação apresentam novos significantes e significados quanto às mulheres negras. Como vimos, Alzira Rufino dá visibilidade e voz às mulheres negras, na medida em que questiona os padrões estabelecidos na sociedade brasileira, desde o período colonial até os dias atuais.

Rufino, através de seus livros, convoca o leitor à ponderação, nos estimula ao confronto e ao questionamento. Seus escritos focam principalmente nas mulheres negras que sofreram e sofrem racismo diariamente, sendo objeto da crueldade de homens e mulheres. Com sua escrita, Rufino possibilita que outras mulheres possam reescrever suas histórias. Ela projeta um novo olhar sobre os sujeitos antes silenciados e narrados sob o ponto de vista do colonizador. Outrossim, a escrita poética de Rufino permite que as mulheres negras sejam representadas sob novas perspectivas. Rompendo com a ideia de submissão e procriação, trazendo, portanto, para a literatura negra, outros aspectos, como o psicológico e o social. Na poética de

Rufino, notamos que as mulheres negras enfrentam, de maneira exacerbada, grandes dificuldades, a fim de sobreviverem em uma sociedade racista, sexista e classista.

Portanto, os textos de Alzira são instrumentos de luta e de resistência, os quais denunciam a violência e o racismo que as mulheres negras sofrem em seus lares e também nas ruas. Desse modo, ela rompe com as barreiras impostas pela sociedade, e instiga as mulheres negras a terem orgulho de sua cor e de sua cultura. A mulher negra, antes explorada e oprimida, é chamada para a luta por seus direitos. Logo, a escrita de Rufino rasga o véu do silêncio, questionando as desigualdades existentes na sociedade. Ao valorizar a sua cultura e religiosidade, ela rompe com as barreiras do esquecimento e do silenciamento que a mulher negra teve durante séculos.

A escrita de resistência é marca de Rufino, a mulher negra resiste a tudo e a todos para sobreviver. A simples presença do negro na sociedade, ocupando ou transitando por locais ditos cultos, é alvo de olhares e críticas. Entretanto, Alzira reafirma que o lugar da mulher negra é onde ela quiser estar, seja na política ou ocupando cargos públicos de prestígio.

O racismo velado que Alzira denuncia tem a ver com a segregação dos negros nas favelas, o índice de criminalidade e extermínio de mulheres e jovens que acontecem rotineiramente nas favelas das grandes e pequenas cidades. A poesia de Rufino é questionadora e reflexiva, mostra os estereótipos que são determinados pela sociedade, desconstrói o cânone literário, subverte a ordem, desafia as estruturas consolidadas e mostra que sua cor não define seu futuro. Sua cor é motivo de medo na sociedade. Ela mostra que estruturas colônias continuam presentes nos dias atuais, através de políticas de segregação que beneficiam os brancos e são feitas em sua maioria por homens brancos, ou mesmo a ausência destas direcionada aos negros.

Assim, “resistência” é uma das palavras-chave da obra de Rufino. Resistir a todas as formas de violência e discriminação. Ao escrever sobre si, Rufino cria, portanto, uma representatividade coletiva, questionando a literatura do homem branco, conservador e machista. Dessa maneira, sua poética traz à tona sujeitos antes esquecidos na literatura, conta suas histórias de sofrimento e de luta. Ela possibilita, também, que as mulheres negras se sintam representadas, criando uma identidade coletiva capaz de enfrentar as ideologias racistas presentes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Silvia Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia* | Roland Barthes tradução de Izidoro Blikstein. -- 16. ed. -- São Paulo : Cultrix, 2006.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BERTOLINO, Linda Maria de Jesus; CHAVES, Leocádia Aparecida. *Aos corpos desfeitos, o refazer presente na obra Odisseia*. In: Odisseia, Natal, RN, v. 8, n. esp., p. 363-382, jul. dez. 2023. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/32361>. Acesso: 25 nov. 2024.
- BERTOLINO, Linda Maria de Jesus. *O universo ficcional de Ronaldo C. Fernandes: corpo, sujeito de paisagens*. Brasília: UNB, 2022. Disponível: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/44495>. Acesso: 05 dez. 2024.
- BHABHA, H. K. *A Questão do 'Outro': diferença, discriminação e discurso do colonialismo*. In: HOLLANDA, H. B. (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero- feminismo e subversão da identidade*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CADERNOS NEGROS. *Poemas afro-brasileiros*. Vol. 21. Org. Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa e Sônia Fátima. São Paulo: Quilombhoje: Editora Anita, 1998.
- CANDIDO, A. *O direito à literatura*. In: CANDIDO, A. Vários escritos. 4ª ed. Rio de janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, 17(49), p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2002.
- CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira: consciência em debate*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*. Gragoatá, Niterói, n. 24, p. 203-219, 1. sem. 2008.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33169/19156>. Acesso em: 22 mar. 2025.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, política e cultura*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Ângela. *O sentido da liberdade*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE SOUSA, Douglas. *Sou negra e ponto final: a poética de Alzira Rufino*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade*. Revista Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 63-78, 2º sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4368/4513>. Acessado em: 09 set. 2024.

ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Scripta, 13(25), 17-31. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>. Acessado em: 09 set. 2024.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Org.: Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Violência e Sexualidade em Romances de Autoria Feminina*. Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura, São Cristóvão-SE, v. 32, n. 1, p. 137-149, 2020. DOI: 10.47250/intrell.v32i1.12872. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/12872>. Acesso em: 20, nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de

Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1988.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural da Amefricanidade*. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.): *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas-negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos e Lugar de negro*. Org.: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2025.

GUIMARÃES, Geni Mariano. *Leite do peito: contos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2000.

hooks, bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. Trad. Sandra Silva. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. *Cultura fora da lei: representação de resistência*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2023.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Bhuvli Libanio. 21. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. 21ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI – SP, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Dulcilei da Conceição. *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do Feminismo Negro*. 162f. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/9f4bfe5b-a2b0-4af0-8f33-ea1bbed1d3ae/content>. Acessado em: 20 mar. 2025.

MARX, Karl [(1867:189)1996]. *O Capital*. In. FONSECA, Maria Nazareth Soares.(org.). Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora; Ação Educativa, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombo e movimentos*. Org. Alex Ratts. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NUNES, Kelly Cristiane. *A voz da resistência negra na poesia Lírica de Alzira Rufino, Beatriz Nascimento e Esmeralda Ribeiro*. 2022.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PAULA, Claudemir da Silva. *Negra sem reticências: corpo e corporeidade na poesia de escritoras afro-brasileiras*. São José do Rio Preto, 2015.

POLLAK Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>. Acessado em: 20 mar. 2025.

RICOEUR, Paul. *Memória e imaginação*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROZA, Sandra. *A mídia não me apresentou uma princesa negra. Mas EU SOU UMA PRINCESA SIM!* Medium. 2019. Disponível em: <https://medium.com/sandra-roza/onde-est%C3%A3o-as-rainhas-negras-8e9e3c3215d4>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala: feminismos plurais*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

REIS. Maria Firmino dos Reis. *Úrsula: romance; A escrava: conto*. 7. Ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

RUFINO, Alzira. *Eu, Mulher Negra, Resisto*. Santos (SP): Edição da autora, 1988.

RUFINO, Alzira. *Eu, Alzira Rufino, resisto*. 2. ed. São Paulo: Futurama Editora, 2019.

RUFINO, Alzira. *Bolsa poética*. Santos: Demar, 2010.

RUFINO, Alzira. *O poder muda de mãos, não de cor*. 2. ed. Santos: Série Mulher Negra, 1997.

SANTOS, Thaíse de Santana. *Mulheres negras atlânticas: representação do corpo na poesia são tomense e brasileira*. 230f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff;hrowse/bitstream/handle/1/35610/TESE%20THAISE%20DE%20SANTANA%20%20SANTOS%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20 mar. 2025.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa P. Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



Emitido em 11/12/2025

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 7374/2025 - DPARQ (11.14.68.07.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 17:54)

CRISTIANE DE JESUS PEREIRA GASPAR

SECRETARIO III

866500

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:
7374, ano: **2025**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **11/12/2025** e o código de
verificação: **32e43150b2**

